

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ANA CAROLINA MOMESSO

**A Ciência da Informação no Brasil:
gênese, expansão e consolidação
(1944-2000)**

**São Paulo
2024**

ANA CAROLINA MOMESSO

**A Ciência da Informação no Brasil:
gênese, expansão e consolidação
(1944-2000)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Cultura e Informação

Linha de Pesquisa: Apropriação Social da Informação

Orientadora: Profa. Dra. Ivete Pieruccini

**São Paulo
2024**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, mas sugiro que a autoria seja citada.

Momesso, Ana Carolina

M732c Ciência da Informação no Brasil: gênese, expansão e consolidação (1944-2000) / Ana Carolina Momesso; orientadora Ivete Pieruccini – São Paulo, 2024.

154f.

Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2024

1. Ciência da Informação - história - Brasil. 2. Análise do discurso.
I. Pieruccini, Ivete. II. Título

CDD 020

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Ana Carolina Momesso

Título: A Ciência da Informação no Brasil: gênese, expansão e consolidação (1944-2000).

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Cultura e Informação

Linha de Pesquisa: Apropriação Social da Informação

Aprovado em: ____/____/2024

Profa. Dra. Ivete Pieruccini (Presidente)

Instituição: Escola de Comunicação e Artes - USP

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Já que o doutorado é uma continuidade da experiência na pós-graduação, vou retomar meus agradecimentos da época do mestrado. Naquela ocasião eu me questionava sobre para que servia, afinal, esta parte do documento e conclui que se tratava de um espaço para lamentações sobre o desgaste do trabalho acadêmico seguido de reconhecimento aos que tornaram o sofrimento suportável.

Mas apesar dessa constatação eu também me dei conta de que por mais desgastante que fosse a pesquisa, pior ainda era a história nacional daquele momento. Era 2017 e ainda estava sofrendo os efeitos do golpe do ano anterior, como podia imaginar que tudo pioraria tanto...

Refleti sobre não haver dificuldade acadêmica que superasse a frustração, o sentimento de impotência e a desesperança que vínhamos experimentamos naquele momento, mal sabendo que era só o prenúncio de catástrofes maiores.

Assim como naquela época, perdi a conta de quantas vezes me questionei de que serviria este trabalho. Continuei me sentindo um tanto inútil, mas sem esquecer Pessoa: “Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada. À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo”

E se antes percebi, agora tenho certeza, de que manter todos os sonhos do mundo em mim seria impossível sem toda fraternidade que me cerca.

Então novamente, para não correr o risco de esquecer de nada do que é importante, entendi por bem não nomear ninguém...

Fica meu agradecimento aos que me geram, geraram, educam, educaram, acompanham, acompanharam, orientam, orientaram...

E aos que orientam, pela paciência, estímulo, incentivo e confiança.

A toda minha rede de apoio que, hoje, ontem ou amanhã, participam do caminho que trilho.

Aos encontros acidentais ou marcados, às despedidas impostas ou necessárias, às aproximações e desencontros que a vida proporciona.

Aos irmãos de sangue, de copo e de cruz.

Ao simplesmente companheiro...

Aos que me fizeram e aos que me fazem...

Todo meu carinho, consideração e reconhecimento...

E gratidão eterna às entrelinhas e às reticências...

[...] no meio das trevas, sorrio à vida,
como se conhecesse a fórmula mágica
que transforma o mal e a tristeza
em claridade e em felicidade.
Então, procuro uma razão para esta alegria,
não a acho e não posso deixar de rir de mim mesma.
Creio que a própria vida é o único segredo

Rosa Luxemburgo

RESUMO

MOMESSO, Ana Carolina. **A Ciência da Informação no Brasil: gênese, expansão e consolidação (1944-2000)**. 2024. (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

A pesquisa teve como objetivo geral identificar elementos capazes de promover a compreensão sobre o contexto de surgimento da Ciência da Informação no Brasil e a adoção da denominação em substituição Biblioteconomia e/ou Documentação em programas de pós-graduação e instituições de estudos e pesquisas. Para tanto, utilizou-se de publicações da Biblioteca do Departamento de Administração do Serviço Público, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e dos departamentos de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de Brasília, além dos anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e publicações de eventos conjuntos da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Compreendidos entre os anos de 1944 e 2000, foram selecionados 288 documentos, dos quais foram analisados 266. Utilizando-se da definição de campo de Bourdieu e da análise do discurso institucional observou-se a luta concorrencial pela autoridade científica da Ciência da Informação em relação à Biblioteconomia e Documentação. Interpretada a partir da noção de fórmula, identificou-se sua gênese no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, seguida de sua circulação nos eventos, cristalizando-se no discurso das instituições de ensino e pesquisa a medida em que se processava sua aceitabilidade como área de conhecimento. Enquanto percorre esse caminho a fórmula evidencia suas propriedades, demonstrando-se como referente social, no sentido em que é reconhecida no discurso, ao mesmo tempo em que instaura seu caráter polêmico, à medida que disputa com disciplinas já constituídas e institui-se como lugar de memória, considerando a narrativa que constrói sobre suas origens ao passo que promove o apagamento de outras versões da história. Por fim, o que se constatou foi que a Ciência da Informação tem sua origem, no Brasil, em fins da década de 1960, relacionada à formação de um certo tipo de profissional especializado, portanto mais como área de trabalho do que área do conhecimento. Ganhou força como denominação de uma área do conhecimento na década de 1980, primeiro como estratégia de reconhecimento de status no meio acadêmico por denotar mais prestígio que a Biblioteconomia e Documentação e depois como forma de atrair para atrair mais alunos para os cursos de mestrado existentes à época. E se consolidou na década de 1990 dando continuidade à estratégia adotada na década anterior, impulsionada pelo discurso neoliberal e amparada pelas oportunidades de fomento proporcionadas pelos planos de governo para a sociedade da informação.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência da Informação no Brasil. Análise do discurso.

ABSTRACT

MOMESSO, Ana Carolina. **Information Science in Brazil: genesis, expansion and consolidation (1944-2000)**. 2024. (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

This research aimed to identify elements capable of promoting the understanding of the emergence of Information Science in Brazil and the adoption of this term in place of Library Science and/or Documentation in postgraduate programs and research institutions. To achieve this, we resorted to publications from the Library of the Brazilian Department of Public Service Administration, the Brazilian Institute of Bibliography and Documentation, the Departments of Library Science and Documentation of the Federal Universities of Minas Gerais and Brasília, along with the proceedings of the Brazilian Congress of Library Science and Documentation, as well as publications from joint events of Library Science, Documentation, and Information Science. 288 documents covering the years between 1944 and 2000 were selected, of which 266 were analyzed. Using Bourdieu's definition of Field and Institutional Discourse Analysis, one can observe a competitive struggle for the scientific authority of Information Science over Library Science and Documentation. Interpreted through the concept of Formula, its genesis was identified in the Brazilian Institute of Bibliography and Documentation, followed by its circulation in events, crystallizing in the discourse of educational and research institutions as its acceptability as a field of knowledge progressed. While traversing this path, the Formula demonstrates its properties, functioning as a social referent, recognized in discourse, while simultaneously establishing its controversial character as it contends with established disciplines and becomes a site of memory, considering the narrative it constructs about its origins as it promotes the erasure of other versions of history. In conclusion, it was observed that Information Science in Brazil originated in the late 1960s, associated with the training of a specific type of specialized professional, more as a field of work than a field of knowledge. It gained strength as a designation of an area of knowledge in the 1980s, initially as a strategy for academic status recognition by conveying more prestige than Library Science and Documentation and later as a means to attract more students to existing master's programs at that time. It consolidated in the 1990s, continuing the strategy adopted in the previous decade, driven by neoliberal discourse, and supported by funding opportunities provided by government plans for the Information Society.

KEYWORDS: Information Science in Brazil. Discourse analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-------------|--|-----|
| GRÁFICO 1 - | Distribuição anual dos artigos publicados sobre Ciência da Informação entre 1970 e 2000 nas revistas brasileiras reunidas na BRAPCI | 25 |
| QUADRO 1 - | Artigos publicados sobre Ciência da Informação entre 1970 e 2000 nas revistas brasileiras reunidas na BRAPCI | 22 |
| QUADRO 2 - | Edições do CBBB ocorridas entre 1970 e 2000 | 24 |
| QUADRO 3 - | Eventos conjuntos de Biblioteconomia e Ciência da Informação realizados entre 1970 e 2000 | 24 |
| QUADRO 4 - | Publicações dos eventos conjuntos de Biblioteconomia e Ciência da Informação realizados entre 1970 e 2000 | 38 |
| QUADRO 5 - | Quantidade total de documentos analisados | 39 |
| QUADRO 6 - | Comparação entre as disciplinas do núcleo comum dos cursos de "Pesquisas bibliográficas" e o curso de "Documentação científica". | 70 |
| QUADRO 7 - | Comparação entre os objetos e atividades da Documentação e Ciência da Informação apresentados na proposta de criação do doutorado da UNB | 116 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ABEBD | Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação |
| ABECIN | Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação |
| ANCIB | Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, atualmente Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação |
| BN | Biblioteca Nacional |
| BRAPCI | Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, atualmente Base de Dados em Ciência da Informação |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CBBB | Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação |
| CBD | Departamento de Biblioteconomia e Documentação [USP] |
| CDD | Código Decimal de Dewey |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| COMUT | Serviço de Comutação Bibliográfica |
| CRB-8 | Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região |
| DASP | Departamento Administrativo do Serviço Público |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| ECA | Escola de Comunicação e Artes [USP] |
| ENANCIB | Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, atualmente Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação |
| FEBAB | Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| FID | Federação Internacional de Documentação |
| FID/CLA | Comissão Latino Americana da Federação Internacional de Documentação |
| GTRU | Grupo de Trabalho da Reforma Universitária |
| IBBD | Informação no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação |
| IBECC | Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |
| IDORT | Instituto de Organização Racional do Trabalho |
| IFLA | Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias |
| IIB | Instituto Internacional de Bibliografia |
| IMPA | Instituto de Matemática Pura e Aplicada |
| INPA | Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia |
| IPR | Instituto de Pesquisas Rodoviárias |
| MEC | Ministério da Educação |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |

continua

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

continuação

| | |
|---------|--|
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PBDCT | Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| PND | Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento |
| PUCCAMP | Pontifícia Universidade Católica de Campinas |
| SBPC | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência |
| SERPRO | Serviço Federal de Processamento de Dados |
| SIC | Serviço de Intercâmbio de catalogação |
| SNDCT | Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| SNICT | Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica |
| TCC | Trabalho de conclusão de curso |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba |
| UFPR | Universidade Federal do Paraná |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| USAID | Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional |
| USP | Universidade de São Paulo |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1. APRESENTAÇÃO | 1 |
| 2. INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 3. RECURSOS METODOLÓGICOS..... | 15 |
| 3.1 <i>Discursos institucionais e a noção de fórmula</i> | 15 |
| 3.2 <i>Definição do corpus documental</i> | 19 |
| 3.3 <i>Caracterização geral das publicações analisadas</i> | 29 |
| 4. PERCURSO DISCURSIVO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL . | 40 |
| 4.1 <i>Da biblioteca moderna ao centro bibliográfico brasileiro</i> | 41 |
| 4.2 <i>A Bibliografia, a Documentação Científica e a Ciência da Informação: a gênese da fórmula</i> | 58 |
| 4.3 <i>A transformação dos nomes: circulação e cristalização da fórmula</i> | 80 |
| 4.4 <i>A Ciência da Informação como área do conhecimento: o processo de aceitação da fórmula.</i> | 108 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 129 |
| REFERÊNCIAS | 134 |
| ANEXOS..... | 149 |

1. APRESENTAÇÃO

A escrita acadêmico-científica pode ser pouco generosa com a experiência do pesquisador. A objetividade que a comunicação dos resultados de uma pesquisa exige acaba por ocultar etapas importantes do desenvolvimento do estudo que lhe dá origem e nesse ocultamento o papel do autor se apaga um pouco também.

As regras de apresentação de um trabalho acadêmico sequer consideram a possibilidade de o autor pronunciar-se em alguma das partes que o compõe. Alguma liberdade lhe é dada num dos elementos pré-textuais: os agradecimentos. Fora isso, caso decida relatar alguns detalhes de suas indagações, motivações, conjecturas e toda uma gama de elementos que participam do processo, mas não necessariamente se apresentam na redação, deverá fazê-lo junto à introdução.

Contudo, apresentar o cenário em que a ideia de uma pesquisa se construiu não se enquadra exatamente na introdução, por isso a seção *Apresentação* se insere aqui para registrar e comunicar os acontecimentos que impulsionaram esta investigação dando voz a autora, portanto, em forma de relato.

Apesar de o doutorado ter tido início em 2019, as inquietações que nortearam o projeto apresentado na seleção me acompanham desde 2006 quando ingressei no curso de bacharelado em Ciência da Informação com habilitação em Biblioteconomia oferecido pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Queria ter tido a ideia de guardar o manual do aluno daquele ano com a descrição do curso, mas minha memória gravou que a proposta era a de formação de um profissional capaz de lidar com as demandas informacionais nos mais variados ambientes, podendo atuar em arquivos, museus e bibliotecas. Naquela época eu trabalhava com arquivos médicos e acreditei que essa seria uma boa forma de qualificar meu trabalho e ocupar vagas melhor remuneradas.

As disciplinas, no entanto, eram muito mais voltadas à Biblioteconomia, e se justificavam pela habilitação que prometia. Três disciplinas tratavam de arquivos e nenhuma especificamente de museus. O que se ensinava sobre bibliotecas levava nome de unidades de informação (processos e serviços em unidades de informação; informática para unidades de informação, de unidades de informação etc.) e o que dizia respeito a livros e documentos passava a ser chamado de informação e/ou informacional (fontes e redes de informação; gestão de acervos informacionais etc.).

Considerando a colocação no mercado de trabalho dos egressos e as vagas de estágio abertas, em pouco tempo ficou claro que estávamos sendo preparados para trabalhar em bibliotecas.

As exigências impostas pela divisão social do trabalho decretaram o fim do curso que havia formado pelo menos três turmas de bacharelados em Ciência da Informação com habilitação em Biblioteconomia. Isso porque, embora promettesse uma formação multidisciplinar, seus formados, geralmente ocupavam vagas de bibliotecários, mas não estavam exercendo a profissão nas regras da Lei n.4.084, de 30 de junho de 1962 que determina:

Art 2º O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido:

a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas; [...] (Brasil, 1962).

E da Lei n.9.674, de 25 de junho de 1998 que “Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências”:

Art. 1º O exercício da profissão de Bibliotecário, em todo o território nacional, somente é permitido quando atendidas as qualificações estabelecidas nesta Lei. Parágrafo único. A designação "Bibliotecário", incluída no Quadro das Profissões Liberais, Grupo 19, da Consolidação das Leis do Trabalho, é privativa dos Bacharéis em Biblioteconomia.
[...]

Art. 3º O exercício da profissão de Bibliotecário é privativo:

I - dos portadores de diploma de Bacharel em Biblioteconomia, expedido por instituições de ensino superior oficialmente reconhecidas, registradas nos órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor; [...] (Brasil, 1998).

Retomando as referências legislativas citadas, por volta do ano de 2008, o Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região (CRB-8) deixou de conceder registro aos formados em Ciência da Informação e revogou os expedidos nos anos anteriores.

Eis que então surgia a questão: afinal, por que Ciência da Informação? Se a Biblioteconomia atendia às exigências de mercado daquela região e só um título de bacharel em Biblioteconomia garantiria a ocupação legal dessas vagas, sob qual justificativa foi efetuada sua substituição? O que se pretendia com isso?

O trabalho de conclusão do curso surgiu como oportunidade de pesquisar um pouco mais sobre o assunto. Imaginava que se identificasse as características de seu principal produto, ou seja, teses e dissertações, poderia entender do que afinal ela tratava. Como seria uma pesquisa desenvolvida em

pouco tempo, escolhi analisar as dissertações do próprio Programa de Pós-Graduação da PUCCAMP que, aliás, havia sido descredenciado pelo Ministério da Educação (MEC) por aquela mesma época.

Já naquela ocasião foi possível identificar as relações entre o surgimento da Ciência da Informação, a pós-graduação e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD):

Para Miranda e Barreto (1999/2000)¹ a pós-graduação na área também deve ser compreendida como efeito de uma ação organizacional no cenário dos sistemas de informação, resultante da criação da demanda para a formação de uma massa crítica oriunda da motivação para a pesquisa que surgiu a medida em que se criaram um ambiente adequado para a problematização das questões relativas à informação.

A criação desse ambiente adequado, de que falam os autores, teria tido início em 1955, quando o IBBDD passou a oferecer o Curso de Documentação Científica/Curso de Especialização em Informação e Documentação (CDC). Por essa razão, de acordo com Chistovão (1995, p.31)², em 1970 quando criou o Curso de Mestrado em Ciência da Informação o IBBDD já possuía “tradição e excelência nas áreas de ensino e comunicação da informação” (Momesso, 2009, p.26).

Também foram identificados indícios de que a implantação de um curso de pós-graduação em Ciência da Informação atenderia aos interesses das políticas do Estado brasileiro já que parecia estar relacionado ao Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1971 que previa um Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT):

Na configuração do SNICT, o CNPq exerceria as funções de coordenação e operação: através de uma comissão de coordenação e órgãos de apoio estariam encarregados de oferecer ao SNICT informações e dados de interesse geral; proporcionar coleções de último recurso; fornecer assessoria e assistência técnica; promover a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos; corresponder a centros referenciais; preparar padrões e normas; consolidar estatísticas e orientar os usuários. Inicialmente, estavam previstos como órgãos de apoio o IBBDD e a Biblioteca Nacional (BN), este último como centro referencial. [...]

A iniciativa brasileira de incluir o IBBDD e a BN como órgãos de apoio ao SNICT, para Monte-Mor (1977)³ conferiria às bibliotecas, aos arquivos e aos centros de documentação o lugar que lhes cabia no complemento auxiliar e, até mesmo,

¹ MIRANDA, Antonio; BARRETO, Aldo de A. Pesquisa em ciência da informação no Brasil: síntese e perspectiva. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n.3, p. 277-292, 1999/2000. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/89343>>. Acesso em: 18 maio 2022.

² CHRISTOVÃO, Heloísa Tardin. A ciência da informação no contexto da pós-graduação do IBICT. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, p.31-35, jan./abr.1995. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/54045>>. Acesso em: 18 maio 2022.

³ MONTE-MOR, Janice. Bibliotecas nacionais e atividades de pesquisa. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 5, n.1, p. 417-448, jan./jun. 1977. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/88921>>. Acesso em: 18 maio 2022.

impulsionador do progresso científico e tecnológico de uma nação. Firmava a convicção de que a Biblioteconomia e a Documentação também poderiam beneficiar-se das verdades gerais que a pesquisa científica intenta descobrir, de modo a não mais dependerem de conhecimentos, quase que exclusivamente, adquiridos numa experiência de tentativas de acerto e erro.

Não podemos ignorar que para atender às exigências do SNICT era preciso contar com recursos humanos qualificados e uma estrutura e tradição de pesquisa com a qual a área da Biblioteconomia e Documentação não contava, significativamente, até então.

Por essa razão, há certo consenso em identificar as origens da pesquisa científica na área da Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação no Brasil a partir do advento da pós-graduação nessas áreas (Momesso, 2009, p.25-26).

Apesar dessas “descobertas”, uma definição para a Ciência da Informação ainda não se mostrava alcançável:

No entanto, apesar desses quase 40 anos de existência, a Ciência da Informação ainda não conta com teorias capazes de lhe assegurar um corpo de fundamentos teóricos que possa delinear o seu horizonte científico, encontrando ainda em um estado de fragilidade teórico-conceitual (PINHEIRO e LOUREIRO, 1995)⁴.

Acreditamos que essa fragilidade possa estar relacionada ao fato de que um campo científico não pode nascer apenas a partir de políticas públicas de incentivo à ciência como parece ter sido o caso da Ciência da Informação. Assim como uma descoberta científica passa a existir pelo seu reconhecimento e sua apropriação por toda comunidade científica e não por força da autoridade moral ou do talento literário de seu criador (ZIMAN, 1979)⁵, o mesmo podemos dizer de um campo científico.

Somado esses fatores, estabelecer o campo da Ciência da Informação tornou-se uma tarefa complexa, isso porque não encontramos consenso entre os autores da área sobre o assunto. A fronteira entre a Ciência da Informação e outras disciplinas afins não se mostraram claramente definidas (Momesso, 2009, p.28).

Provavelmente analisar o comportamento de citação dos pesquisadores a partir das referências utilizadas nas dissertações não foi a melhor estratégia para alcançar os objetivos definidos, então pensei que mudando o método teria êxito, e foi com a proposta de identificar a trajetória da Ciência da Informação brasileira a partir de seus temas de pesquisa que busquei ingresso no mestrado.

O objetivo da pesquisa era “identificar a trajetória da Ciência da Informação no Brasil, a partir da produção dos cursos de Pós-Graduação, considerando suas temáticas de pesquisa” (Momesso, 2017, p.6) e não se pode afirmar que o esperado tenha sido alcançado, mas algumas novas

⁴ PINHEIRO, Lena Vânia R.; LOUREIRO, José Mauro M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, p.42-53, jan./abr.1995. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53596>>. Acesso em: 18 maio 2022.

⁵ ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. Tradução de: Public Knowledge.

interpretações sobre os mesmos fenômenos investigados se mostraram:

Muitas vezes, o surgimento da Ciência da Informação no Brasil, foi, e provavelmente continuará sendo atribuído ao advento da Pós-Graduação. E quando se propõe um recuo histórico, a criação do primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) é um marco preponderante. A Ciência da Informação, no entanto, não surgiu no Brasil em terreno estéril. Sua emergência ocorreu num espaço de outros saberes constituídos em momento que antecede a esse (Momesso, 2017, p.7).

Tal interpretação se apoiou em descobertas relacionadas ao “surgimento da Documentação” no Brasil e em inúmeros acontecimentos que pareceram possíveis de serem tomados como referenciais para o entendimento de que muito já havia sido construído antes do advento da pós-graduação.

Contudo, encontrar uma definição para a Ciência da Informação ainda se impunha como questão. Terminei com ainda mais dúvidas do que havia iniciado, sobretudo porque já não me parecia mais tão concreta a ideia da existência de uma Ciência da Informação propriamente brasileira. Falhei em identificar as condições materiais do surgimento e desdobramentos da Ciência da Informação enquanto me preocupava com as temáticas abordadas ao longo dos anos.

E como projetos inacabados são incômodos, dar continuidade a investigação motivou o ingresso no doutorado. De certa maneira já não importava mais saber o que é a Ciência da Informação, mas, antes, por que Ciência da Informação? Por que não Biblioteconomia Especializada, Documentação Científica, por que um novo nome?

Se descobrir o que é a Ciência da Informação estava se tornando tarefa inglória, talvez entendê-la “pelo que ela diz ser” fosse um caminho profícuo.

Lembrei do manual do aluno que deixei de guardar e busquei pelas publicações que dessem notícia sobre a criação do primeiro mestrado em busca de explicações e justificativas para o seu surgimento, afinal o que o mestrado em Ciência da Informação prometia oferecer?

E responder a esse questionamento implicava em retomar a introdução da Documentação no Brasil, os primórdios do IBBB, as oportunidades de formação e qualificação profissional oferecidas pelo Instituto, a pós-graduação... os mesmos elementos já investigados anteriormente, mas agora sob uma outra estratégia de análise e sobre outras fontes de informação.

E já que o que intriga é o nome, o que diz de si, como se apresenta...; como analisar? Então esbarro em Foucault, a trajetória das palavras, o discurso... e é por esse caminho que sigo nessa nova jornada.

Daí em diante foram mais de cinco anos de muito trabalho, interrupções forçadas, pandemia, quarentena, jornadas múltiplas, saúde frágil.... Foram muitos contratemplos, muito trabalho, mas muitas alegrias.

Aliás quando na tese eu disser bibliotecas visitadas, foram muitas! Estive em várias da própria Universidade de São Paulo (USP), outras na Universidade de Campinas (UNICAMP) e, como boa filha a casa, torna visitei algumas vezes a saudosa biblioteca da PUCCAMP.

Nas próximas páginas fica registrada toda essa aventura em forma de tese, em que defendo o que entendi como forma possível de compreensão de um fenômeno que vou contando tentando sempre recorrer às fontes primárias por isso tantas citações diretas, sempre necessárias para que o discurso fosse colocado em evidência e nelas também optei por manter a grafia de sua época correspondente.

Um processo exaustivo, sem dúvida! Mas gratificante na mesma proporção.

2. INTRODUÇÃO

Atualmente a Ciência da Informação é reconhecida como uma subárea do conhecimento, pertencente à área do conhecimento (área básica) *Comunicação e Informação*, que por sua vez está submetida à grande área, *Ciências Sociais Aplicadas* segundo a classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁶.

Cabe esclarecer que por grande área deve ser entendido a “aglomeração de diversas áreas do conhecimento, em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos”; por área do conhecimento (área básica) o “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas” e por subárea “segmentação da área do conhecimento (ou área básica) estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados” (CAPES, 2022).

Assim como a CAPES o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também apresenta uma *Tabela de Áreas do Conhecimento* dividida em quatro níveis de classificação, embora não explique qual a definição de cada nível. De qualquer modo, nesta divisão, a Ciência da Informação ocupa o seu segundo nível estando diretamente submetida à *Ciências Sociais Aplicadas* (CNPq, [2022]).

Curiosamente, em ambos os casos, a Biblioteconomia é uma subdivisão da Ciência da Informação. Na CAPES ela é uma especialidade da Ciência da Informação, isto é, a “caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino” (CAPES, 2022).

Diante deste cenário, considerando a longa história da Biblioteconomia no Brasil, surge o questionamento: como uma área do conhecimento recém surgida submeteu outra área secular à condição de sua temática?

⁶ Criada em 1951 como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por força do Decreto nº 29.741. Em 1964, o Decreto nº 53.932, determina a reunião da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos e com o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico, compondo a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Pensar essa questão exige o entendimento sobre como se estabelece uma área do conhecimento e nesse sentido a definição de Bourdieu para o campo científico se mostra um instrumento capaz de melhor orientar essa interpretação.

É preciso ter em mente que o autor considera o campo científico como um campo social como qualquer outro “com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas” (Bourdieu 1983, grifo do autor, p.122)

Considerando que o campo científico é onde a ciência acontece, uma espécie de palco para seus atores, onde se estabelece as condições materiais de produção da ciência e, portanto

[...] o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.

[...]

Dizer que o campo é o lugar das lutas [...]. É também recordar que o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse (Bourdieu 1983, grifos do autor, p.122-123).

Explorando essas ideias para a realidade brasileira pode-se dizer que esse espaço de luta concorrencial ganha novos contornos com a criação da pós-graduação no país. A partir daquele momento fica institucionalizado os limites de um campo científico, bem como as regras do jogo, segundo as quais o monopólio científico será estabelecido a partir do reconhecimento de uma certa área de estudos e pesquisas como uma grande área do conhecimento a qual se submetem outras áreas, que por sua vez comportam subáreas e suas especificações.

Não que essa tenha sido a divisão dos saberes científicos desde a criação da pós-graduação, mas é aquela que se estabeleceu a partir da luta pela autoridade científica e hoje submete a Biblioteconomia à condição de subordinação da Ciência da Informação.

Para entender como se deu essa competição parece lógico revisitar a criação do curso de mestrado em Ciência da Informação no IBBD, já que esse é tido como o marco criador da área e impulsionador da história, ou seja, a partir de sua criação outros cursos foram sendo criados fortalecendo a luta pelo monopólio científico.

Tem-se definido, então, o problema de pesquisa a ser investigado: Como se deu a conquista pelo monopólio científico alcançado pela Ciência da Informação no Brasil?

Alguns indícios já são identificáveis, a partir das afirmações de pesquisadores que se dedicaram a história da Ciência da Informação no Brasil, e assim se sabe que:

O curso pioneiro (IBICT-UFRJ, desde o seu início foi intitulado Ciência da Informação, enquanto a maioria dos demais Cursos e Programas modificariam a sua denominação, de Biblioteconomia e/ou Documentação para Ciência da Informação, na década de 90: em 1991, o da UFMG [criado em 1976], da UNB [criado em 1978] e da USP [criado como área de concentração do Mestrado em Ciências da Comunicação em 1972]; em 1995 o da PUCCAMP [criado em 1977], e em 1997, o da UFPB [criado em 1977] (Pinheiro, 2007).

Ao que parece, nessa luta, os espaços conquistados por Biblioteconomia e Documentação como áreas de pesquisa vão sendo subvertidos em espaços dedicados à Ciência da Informação.

Mas e se essa subversão já tiver sido algo presente desde sua origem, isto é, e se o acúmulo de capital científico, capital social proveniente da luta pela autoridade científica, ainda nas definições de Bourdieu (1983, p.127), conquistado pela Biblioteconomia e Documentação também tiver sido subvertido quando da criação do curso pioneiro?

É uma possibilidade que pode ser apontada considerando uma testemunha da história:

É interessante verificar que não conseguimos encontrar qualquer preocupação do IBBD em definir o que se entende por Ciência da Informação, considerando-se as diferenças de ponto de vista acerca dessa disciplina.

[...]

Antes de se cogitar da formação de profissionais de uma ciência ainda difusa e indefinida, deveremos revigorar, atualizar e enriquecer a Biblioteconomia, incorporando-lhe os descobrimentos que lhe forem pertinentes realizados sob o rótulo de Ciência da Informação em função precípua dos interesses nacionais e de uma visão coerente, sistemática e integrada de todas as técnicas que, em qualquer nível ou sob qualquer nome, têm o mesmo objetivo universal: recolher, organizar, recuperar e difundir os registros do conhecimento, em sentido mais amplo (Lemos, 1973, p.55 e 57).

O questionamento, no entanto, parece datado. Atualmente a criação do curso de mestrado em Ciência da Informação no IBBD é recorrentemente citada como “data de fundação” da área no Brasil, tanto que em 2021 a XXI edição do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) teve como tema *50 anos de Ciência da Informação no Brasil*.

No Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) órgão sucessor do IBBD e que detém a responsabilidade pelo curso até hoje, o discurso sobre a história Ciência da Informação no Brasil é que ela teria surgido de uma evolução natural da experiência exitosa do IBBD em cursos de formação profissional, impulsionada pelo advento da Pós-Graduação e somada a um corpo docente de professores estrangeiros de alta expressão na comunidade científica internacional consagrando-se como pioneiro no ensino de pós-graduação em Ciência da Informação no país e na América Latina (IBICT, [2020]).

Entretanto, aspectos contextuais relacionados à política, à ciência e à educação brasileiras, são ignorados na narrativa da “evolução natural”, fazendo com que a trajetória da área seja relegada a uma abordagem a-histórica e desideologizada.

A análise do discurso, por sua vez se mostrou capaz de proporcionar uma leitura crítica e reflexiva da luta pelo monopólio científico conquistado pela Ciência da Informação no Brasil.

Na análise do discurso de perspectiva teórica francesa dois conceitos se tornam nucleares: o de ideologia e o de discurso, em que ideologia é, antes de mais nada um instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas ideias passem a ser ideia de todos, mas também como mediadora na interação social, na coesão do grupo e como concepção de mundo, como forma legítima e verdadeira de pensar o mundo, ao passo que o discurso é o espaço em que emergem as significações (Brandão, 1999?, p.21, 24-25, 35).

[...] a Análise do Discurso volta-se para o “exterior” linguístico, procurando apreender como no linguístico inscrevem-se as condições sócio-históricas de produção.

[...] o desafio a que a Análise do Discurso se propõe é o de realizar leituras críticas e reflexivas que não reduzam o discurso a análises de aspectos puramente linguísticos nem o dissolvam num trabalho histórico sobre ideologia (Brandão 1999?, p.83).

E antes que suscite questionamentos sobre esta investigação ser executada fora do âmbito das pesquisas em linguística, Krieg-Planque (2018, p.233-234) defende que:

De fato, para praticar a análise do discurso não é necessário estar munido de uma potência teórica tal que permita dominar um mar de conceitos, ou utilizar técnicas que autorizam o manejo de uma bateria de categorias de análise. Trata-se menos ainda de equipar-se de filtros e crivos de todo gênero para esgotar recenseamentos, contagens e calibrações (“estudar sistematicamente” os aspectos do texto, aplicar a pilha de documentos “grades” de malha fina...). É preciso, sobretudo, estar atento a fenômenos que o funcionamento da língua no discurso torna possível e discernir usos sociais dos textos e discursos. Valer-se de práticas de leitura, de observação e de escuta para sublinhar elementos relevantes.

Como ocorre em geral nas ciências humanas e sociais, o trabalho consiste principalmente em uma fina atenção consagrada à observação, no tempo dedicado à análise e no rigor de uma exposição que dê conta disso que se descreve e interpreta. É preciso, ainda, desde o começo, ter algumas ideias – mesmo que soem incipientes – sobre o que se está observando e sobre as opções teóricas que esses observáveis suportariam.

A autora também afirma que um dos pontos de observação importantes da análise do discurso está no uso das palavras, já que elas apresentam sempre características particularmente pertinentes de serem estudadas no discurso sendo necessário considerá-las de acordo com seu entorno:

Do ponto de vista da análise do discurso, o mais interessante é que o sentido da palavra muda conforme seu uso. Nessa perspectiva, os fenômenos de sobreposição, de seleção e de deslocamento de sentido importam muito mais do que os casos comuns de polissemia [...]. Assim, a análise do discurso dedica uma atenção particular ao fato de que o sentido se constrói em um dado contexto e em uma dada situação, no fio do discurso em relação com outros discursos (Krieg-Planque 2018, p.100).

Na esteira da “importância das palavras” surge a noção de fórmula, que, por sua vez, vem somar à análise já que dirige o olhar para as razões sócio-históricas do surgimento de uma determinada “palavra” e de como foi alçada ao estatuto de referente social, fazendo-a circular e tornando-a objeto de encontro e confronto de discursos (Oliveira, H. e Possenti, 2021, p.10).

Além disso, também seria uma propriedade constitutiva das fórmulas discursivas atuarem como “lugar de memória”. Uma vez “localizada entre história e memória, a fórmula se apresenta como elo discursivo que liga essas duas instâncias, nos discursos em que figura” (Oliveira, H., 2020, p.173).

Como resume Motta e Salgado (2011, p.5)

A fórmula seria, portanto, uma espécie de síntese [...].

Se pensarmos que toda síntese recobre articulações forjando uma unidade complexa, heterogênea, híbrida, entenderemos que fórmulas como *slogans*, ditados e frases feitas, entre outras, embora possam parecer territórios de apaziguamento, são ao contrário, posicionamentos que denunciam a rede de disputas em que se inserem e de que relevam.

[...]

Assim é que toda fórmula discursiva comporta uma densidade histórica que se presentifica na sua circulação, apoiada em pré-construídos e voltada a novas construções.

Vale ressaltar, no entanto, que mobilizar todos esses elementos não tem como objetivo “[...] procurar o “verdadeiro” sentido de certa expressão, mas antes de tudo, de explorar uma disseminação” (Maingueneau 2015, p.95).

E como bem explica Oliveira, H. (2021, p.16)

[...] circunscrever, descrever e analisar uma fórmula discursiva significa mobilizar conceitos que se apresentam, simultaneamente, como abstração teórica que fundamenta a análise e como prática metodológica que direciona e delimita a coleta e o tratamento dos dados.

O autor também alerta que “é necessário dizer que as pesquisas sobre fórmulas discursivas não se resumem a simplesmente concluir se tal palavra é ou não uma fórmula: trata-se de explorar a participação dessa palavra nas questões relevantes em um contexto e período determinados” (Oliveira, H., 2021, p.24).

Diante do exposto, propõe-se analisar o discurso do IBBD, quando da adoção da denominação Ciência da Informação para seu primeiro curso de mestrado, em 1970, e das instituições de ensino superior que, mesmo tendo criado, mais ou menos na mesma época do IBBD, cursos de mestrado em Biblioteconomia e Documentação, posteriormente alteraram suas denominações para Ciência da Informação. Para tanto apoiando-se em algumas premissas:

- a) a adoção da denominação Ciência da Informação no IBBD não é resultado de discussões conceituais anteriores à criação do curso de mestrado;
- b) a adoção posterior da denominação por outros cursos criados à mesma época do curso do IBBD é um fenômeno de assujeitamento ideológico, isto é, a condição em que os sujeitos são levados a identificar-se ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social sem que tomem consciência plena do fato, mas ao contrário, acreditem ser senhores de sua própria vontade;

- c) as discussões conceituais anteriores à criação do primeiro mestrado em Ciência da Informação estão registradas nas publicações do IBBD e eventos da época;
- d) a mudança na nomenclatura dos mestrados em Biblioteconomia e Documentação para Ciência da Informação no Brasil é matéria ignorada;
- e) os fatores que determinaram a mudança na nomenclatura dos cursos podem ser identificados a partir das publicações dos programas envolvidos na mudança e eventos da época;
- f) a análise do discurso institucional é uma chave de interpretação adequada aos resultados esperados;
- g) a noção de fórmula em análise do discurso é um referencial analítico capaz de promover entendimento sobre o fenômeno de “surgimento e disseminação” da denominação Ciência da Informação no Brasil.

Diante dessas premissas, construiu-se a hipótese de que a denominação Ciência da Informação surge de ordem impositiva, intencionalmente utilizada, porque nomear é apreender a realidade sob um determinado nome; o nome torna o que foi nomeado aceitável, existente; o ato de nomear estabelece uma relação de dominação; e o nome dá a palavra o poder de agir.

E que no caso da Ciência da Informação no Brasil a ação determinada era a própria submissão da Biblioteconomia e da Documentação às condições, prioridades e interesses de políticas de trabalho, de pesquisa em ciência e tecnologia, e de educação de nível superior inicialmente adotadas pelo projeto civilizatório imposto pela ditadura empresarial civil-militar continuado mesmo depois do processo de redemocratização.

Resultando na definição dos seguintes objetivos:

Objetivo geral

Identificar elementos capazes de promover a compreensão sobre o contexto de surgimento da Ciência da Informação no Brasil e a adoção da denominação em substituição Biblioteconomia e/ou Documentação em programas de pós-graduação e instituições de estudos e pesquisas.

Objetivos específicos

- a) identificar as características que definiram a luta concorrencial pela autoridade científica entre a Ciência da Informação e a Biblioteconomia e Documentação;
- b) analisar a denominação Ciência da Informação segundo a noção de fórmula.

3. RECURSOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa; de natureza básica; de objetivo exploratório; de procedimentos bibliográficos e documentais; e usando a análise do discurso como instrumento de análise e interpretação.

Qualitativa porque seus objetivos não pretendem outro resultado senão o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização sem a preocupação com a representação numérica dos fenômenos; de natureza básica, uma vez que pretende gerar novos conhecimentos, sem aplicação prática prevista; de objetivo exploratório, já que espera proporcionar maior familiaridade com o problema, buscando construir hipóteses e torna-lo mais explícito; e que adota procedimentos bibliográficos e documentais pois parte de levantamentos de referências teóricas já analisadas e publicadas, mas também de fontes sem tratamento analítico como revistas, documentos oficiais, relatórios... (Gerhardt e Silveira, D., 2009). Além disso utilizando a análise do discurso institucional e a noção de fórmula em análise do discurso como recurso de observação, análise e interpretação dos fenômenos, estes últimos explicados em detalhes a seguir.

3.1 Discursos institucionais e a noção de fórmula

Se o que se pretende aqui é compreender a Ciência da Informação pelo que “ela se diz ser” e considerando que ela é denominação que surgiu no IBBD, circulou nos ambientes de formação, se difundiu em encontros de práticas e de pesquisa, e se consolidou renomeando cursos e associações de classe. Então, é possível afirmar que “seu pronunciamento” se deu a partir do discurso das instituições que participaram desse processo.

O entendimento de que o discurso das instituições também pode ser compreendido como um objeto de análise se apoia no trabalho de Krieg-Planque (2018, p.35-36), segundo a qual:

A existência de instituições supõe uma linguagem que permite a formação, a expressão, a transmissão e a transformação de crenças e atitudes por meio das quais são criadas e organizadas formas e as estruturas sociais que conformam as instituições: a linguagem é, então, essencial às instituições.

[...]

Mais além, certas instituições existem principalmente porque produzem discurso.

A escolha da análise do discurso como procedimento de observação, análise e interpretação do fenômeno também se justifica pois diz respeito aos modos de construção e de estabilização do sentido e da referência sobre quais o léxico participa ao nomear, categorizar e enquadrar, em especial ao sustentar um ponto de vista apreendendo a realidade sob um certo nome (Krieg-Planque 2018, p.104).

A noção de fórmula em análise do discurso, por sua vez, se revela particularmente pertinente para a análise dos discursos institucionais. A entrada de uma fórmula no discurso se dá antes de tudo pela “palavra”, daí a interpretação de “Ciência da Informação” poder ser considerada uma fórmula discursiva.

Contudo,

[...] o aumento da incidência de uma palavra não significa que ela seja uma fórmula.

[Por outro lado...] a quantificação das ocorrências das fórmulas é um critério menor dentro da problemática discursiva

[Já que...] importa muito menos a quantidade de vezes que a fórmula aparece do que as possíveis definições, reformulações e respectivas implicações construídas por esse discurso institucional específico, em um dado período (Oliveira, H., 2021, p.14, 41-42).

Mas afinal o que define a fórmula? De acordo com Krieg-Planque (2010, p.9 e 14) a fórmula pode ser compreendida como

[...] um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem ao mesmo tempo para construir.

[...] um conjunto de práticas languageiras e de relações de poder e de opinião, em um momento dado, em um espaço público dado [...].

Ainda segundo a autora, a fórmula “[...] manifesta quatro propriedades complementares, cuja convergência ajuda a identificar sua existência em um determinado *corpus*” (2018, p.126). Estas quatro propriedades essenciais são: ter um caráter cristalizado; inscreve-se numa dimensão discursiva; funcionar como um referencial social; comportar um aspecto polêmico.

Sobre o caráter cristalizado, a autora afirma que a fórmula

[...] é sustentada por uma forma significativa relativamente estável. Deve ser possível seguir uma fórmula pelos rastros de sua forma [...]. Assim, a sequência identificada como fórmula pode ser – eis aí o que parece fundamental – uma unidade lexical simples (“humanitaire”; “perestroika”; “immigration”) [...] Mas ela também pode ser uma unidade lexical complexa, uma unidade léxico-sintática ou uma sequência autônoma (“frase”) tendendo à cristalização nos três casos. (Krieg-Planque, 2010, p.61-62)

O caráter discursivo da fórmula determina que ela “[...] não existe sem os usos que a tornam uma fórmula” enquanto “o caráter de referente social traduz seu aspecto dominante, num dado momento e num dado espaço sociopolítico”. E por fim, [...] “o caráter polêmico da fórmula é indissociável do fato de que ela constitui um referente social: é porque há um denominador comum, um território partilhado, que há polêmica” (Krieg-Planque, 2010, p.81, 90 e 100)

Salgado e Damaceno (2021, p. 77) sintetizam de forma muito objetiva as quatro propriedades:

Por estrutura formal cristalizada deve-se entender uma superfície linguística cuja circulação se pode acompanhar com alguma ferramenta de rastreamento de textos. A questão é que, inscrito em uma dimensão discursiva, o termo aparece em um dado momento, em um dado espaço, convergindo para as questões sociais que o constituem, isto é, que lhe conferem dados sentidos precisamente ali onde aparece que, e ao mesmo tempo, o termo garante ao aparecer. Assim, dada sua recorrência ou, conforme Krieg-Planque, “uma explosão de ocorrências”, esse termo é alçado a referente social, pois se torna passagem obrigatória na cena pública, onde é passível de avaliações, eufóricas e disfóricas, por parte dos diversos atores sociais. Daí decorre seu caráter polêmico: o termo se torna alvo de disputa a partir das múltiplas posições que o convocam.

Oliveira, H. no entanto, acrescenta às propriedades apresentadas a condição de lugar de memória e justifica tal interpretação da seguinte maneira:

Em minha concepção, a fórmula discursiva funciona de maneira bastante próxima à operação da memória discursiva no tecido social, ambas, aliás, constitutivas do tecido social. Na verdade, a fórmula atua como peça-chave no *start* das engrenagens que colocam em movimento memória e discurso.

[...]

Considerar a fórmula como “lugar de memória” é uma maneira de explicitar seu caráter histórico e de demonstrar como ela participa da história de uma comunidade (um grupo, um espaço social ou mesmo um país). Uma vez que não é meramente cronológica, a história que a memória discursiva faz emergir ou esquecer, sob os auspícios da fórmula, se estratifica em diferentes durações. Com efeito, essa propriedade de atuar como agente mobilizador da memória discursiva, que aqui propomos como parte essencial do funcionamento formulaico, coloca a

fórmula no centro da problemática apontada por Possenti (2015)⁷, a saber, a importância das durações históricas na descrição dos discursos, em especial, dos acontecimentos discursivos. (Oliveira, H., 2018, p.107 e 111).

Ainda apropriando-se dos escritos de Krieg-Planque, entende-se que a fórmula segue “um certo movimento”: a gênese, a circulação, a cristalização, e o processo de aceitabilidade.

No “momento da gênese” seria possível observar o surgimento da fórmula como denominação para algo novo, que pode não chegar de repente ao discurso de seu promotor inicial, mas que no contexto em que se emprega torna-se objeto de um uso político.

A circulação, por sua vez,

[...] não resulta de uma mecânica do linguístico, mas de práticas languageiras e de relações de poder e de opinião que se observam na discursividade. A fórmula circula com o apoio de certos usos que lhe dão um caráter conflituoso ou problemático, e com o apoio de acontecimentos ou de outros discursos que motivam sua utilização, que dão razões aos locutores para recorrerem a ela de uma maneira ou de outra. A ideia de que a palavra possa “cair de paraquedas” nos discursos só poderia ser mantida se se admitisse que existe também, em terra firme, no universo discursivo a axiológico do momento, um dispositivo pronto para acolhê-la e, se se pode dizer, a sua espera (Krieg-Planque, 2010, p.43).

Ao achar esse dispositivo pronto para acolhê-la, a fórmula encontraria condições para a cristalização, momento em que a denominação se consolida, por assim dizer.

Desse modo, a cristalização se dá quando desaparece a distância entre o surgimento da palavra e seu reconhecimento, que pode ser identificado pela própria “transformação da palavra”, quando por exemplo uma nova palavra se forma por justaposição ou aglutinação, ou simplesmente uma certa grafia se estabelece em relação às suas variantes.

Por fim, a fórmula “alcançaria” o processo de aceitabilidade. A função da fórmula, em última instância, é [...] “tornar alguma coisa aceitável”, [...] é o processo de aceitabilidade efetuado pela fórmula que anuncia a consagração da palavra como questão política: é ele que dá às palavras um de seus poderes mais espantosos: - agir. (Krieg-Planq, 2010, p.45 e 46).

⁷ POSSENTI, Sírio. Durações históricas e suas relações com o público e o privado. In: LARA; LAMBERTI (orgs.). **Discurso e desigualdade social**. São Paulo, Contexto, 2015, p. 49-60.

A noção de fórmula, portanto, mostra-se compatível com a investigação proposta pois é possível encontrar suas características (embora algumas como hipótese) e propriedades na denominação Ciência da Informação:

- a gênese: o discurso institucional do IBBD e o surgimento da “palavra” Ciência da Informação;
- a circulação: propagação da ideia de superação em relação ao discurso vigente (Biblioteconomia e Documentação);
- a cristalização: a adoção da denominação como “agregadora” para as práticas e estudos centrados na informação;
- o processo de aceitabilidade: a gradativa substituição dos programas de pós graduação em Biblioteconomia e Documentação por programas de pós graduação em Ciência da Informação; a adoção do nome por associações de classe e instituições de pesquisa; e a assunção da denominação como área do conhecimento no CNPq e subárea na CAPES.

Já sobre suas propriedades:

- o caráter cristalizado: surge já denominando um curso pioneiro de uma instituição reconhecidamente consagrada em sua área de atuação;
- o caráter discursivo: não tendo antecedentes no debate conceitual da área em que se insere, não existe sem os usos que a tornam uma fórmula;
- o caráter de referente social: à medida que depõe contra a Biblioteconomia e Documentação como ultrapassadas ou a ela subordinada, demonstra seu aspecto dominante;
- o caráter polêmico da fórmula: tendo como denominador comum a informação e um terreno partilhado com a Biblioteconomia e a Documentação, se insere na polêmica;
- o lugar de memória: porque mobiliza a tensão entre memória e esquecimento em relação à Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.

3.2 Definição do corpus documental

Ainda na esteira das proposições de Krieg-Planque (2018), os documentos produzidos pelas instituições mostram regularidades que olhadas mais de perto advêm de diferentes níveis (palavra, frase, texto) e associam o léxico e a sintaxe de modo complexo; e, como princípio geral de análise, a noção de cristalização permite dar conta dos diferentes modos de estabilização dos discursos.

Por isso, analisar a documentação gerada pelas instituições envolvidas com a gênese, circulação e cristalização da fórmula Ciência da Informação demonstra-se como um caminho indicado. Quanto aos documentos administrativos como atas, ofícios, circulares etc., o acesso mostrou-se inviável; seja pela extinção de órgãos e falta de registro sobre a destinação de seus documentos; seja pela própria política de gestão arquivística e as eliminações pós tempo de guarda; ou ainda pela dificuldade de acesso do que foi preservado quando faltam instrumentos de pesquisas que possibilite

a identificação de sua existência ou pelo acesso propriamente dito já que são únicos e só podem ser consultados localmente no arquivo em que se encontram.

Por outro lado, uma instituição não produz apenas documentos administrativos, é possível encontrar documentos de divulgação como cartazes, banners, folders, guias, informativos etc. que por suas características podem ser considerados tanto documento arquivístico como documento bibliográfico, mas sobretudo “portadores do discurso da institucional”.

Ocorre que esses tipos citados oferecem maior possibilidade de acesso, principalmente porque foram criados em quantidade para promover divulgação. A depender de sua finalidade, o material era encaminhado a outras instituições de interesse, podendo ser preservado em mais de um acervo, portanto.

Essa dinâmica é fácil de ser observada na produção e distribuição de boletins e informativos. A instituição produtora utiliza-se desses veículos para publicizar seus feitos, oferecer seus produtos e serviços, promover convênios, lançar-se como referência etc, e distribui o material para outras instituições que foram identificadas pelo remetente como potencialmente interessada em seus produtos e serviços, em suas parcerias ou mesmo porque pode exercer sobre a destinatária alguma influência.

Aos olhos desatentos pode até parecer um material sem muita importância, mas não se pode negar que as mensagens que ali se veiculam são escolhidas segundo a intencionalidade de uma instituição sobre o que pretende publicizar sobre si, por isso ignorar seu valor como fonte de pesquisa seria um erro.

E uma vez estabelecido seu valor, buscou-se a identificação desse tipo de documento pelas instituições envolvidas, a começar pelas primeiras, as que teriam registrado a gênese da fórmula, a saber a Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) onde foi gestado o IBBD.

Como já era de se esperar, foram identificadas apenas publicações que foram consideradas bibliográficas e por essa razão preservadas em bibliotecas. É possível imaginar que tanto a biblioteca do DASP como o IBBD encaminhavam seus materiais de divulgação para produtores de pesquisa e

bibliotecas, nesses lugares os boletins e informativos, identificados como documento bibliográfico, passavam a compor o acervo e assim foram preservados até os dias atuais.

Graças a preservação desses materiais nas bibliotecas foi possível identificar uma publicação da Biblioteca do DASP intitulada *A Biblioteca* publicada entre os anos de 1954 e 1959 e três publicações do IBBD: *Boletim Informativo do IBBD* publicado entre 1955 e 1958; *Notícias Diversas* publicada entre 1961 e 1964; e *Notícias* publicada entre 1967-1970.

A partir da década de 1970, com o estabelecimento da pós-graduação no Brasil, os informativos e boletins passarão a dar espaço às revistas científicas. Essas passaram a ser o principal veículo de divulgação da pesquisa brasileira. E de certo modo seguiu também servindo de instrumento de publicização institucional porque além dos artigos científicos costuma conter sessões como Opinião, Entrevista, Resenhas, Dossiês, Informativos e Editorial, onde melhor se traduz o discurso institucional.

Se analisar o discurso dos informativos e boletins da Biblioteca do DASP e do IBBD tem como objetivo a identificação da gênese da fórmula, estudar o discurso das revistas criadas a partir de 1970, quando do “surgimento da Ciência da Informação” no Brasil, tem como objetivo identificar como a fórmula circulou por outros programas e acabou alterado seus próprios discursos.

Mas sabendo-se que mais ou menos na mesma época da criação do curso do IBBD, cinco outros cursos de pós graduação em Biblioteconomia foram criados, quais analisar?

Lembrando que esses cursos são: da USP, criado como área de concentração do Mestrado em Ciência da Comunicação em 1972; da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criado em 1976; da Universidade de Brasília (UNB), criado em 1978; e os da PUCAMP e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), criados em 1977. E que todos eles mudaram sua nomenclatura em algum momento da década de 1990.

Recorreu-se a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)⁸, que “[...] atualmente disponibiliza referências e resumos de 19.255 textos publicados em

⁸ Em 2024, a sigla BRAPCI passou a denominar-se Base de Dados em Ciência da Informação pois já não se restringe a fornecer dados referenciais de artigos de periódicos, permitindo acesso à íntegra dos artigos.

Aplicados da Universidade de Brasília com a experiência e o apoio administrativo e financeiro da Associação de Bibliotecários do Distrito Federal [...]” (Redação, 1973, p.1).

Dada suas origens a revista provavelmente assumiu a função de principal veículo do mestrado da UNB criado em 1978 e como fonte de seu discurso será um dos títulos analisados. Cabe nota que a revista teve seu encerramento em 2001, portanto, atendendo ao recorte temporal estabelecido para a análise.

Nos postos posteriores do ranking das revistas que mais publicaram sobre Ciência da Informação entre os anos de 1970 e os anos 2000 estão mais dois veículos de divulgação de um programa de pós-graduação criado em 1976, o da UFMG, trata-se da *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, publicada entre os anos 1972 e 1995 e sua substituta a revista *Perspectivas em Ciência da Informação* criada em 1996 e corrente até os dias atuais.

Estas últimas tornam ainda mais claro seu potencial para fonte de investigação sobre o discurso institucional já que altera seu próprio nome pouco depois da mudança de denominação do programa de pós-graduação da UFMG. Por essa razão o título também foi selecionado para a análise.

Outros títulos do quadro estão diretamente relacionados a programas de pós-graduação que passaram pela mudança como é o caso da *Informação e sociedade* da UFPB e *Transinformação* da PUCCAMP, mas a primeira surge apenas em 1991 e a segunda em 1989, portanto, quando o processo de mudança já estava estabelecido.

Mas além das publicações dos cursos, que criados a mesma época do curso do IBBD, alteraram suas nomenclaturas na década de 1990, a circulação e a cristalização da fórmula também têm possibilidade de serem identificadas nos eventos de Biblioteconomia e Documentação e conjuntos com a Ciência da Informação.

Até hoje, o principal evento de Biblioteconomia é o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), cuja primeira edição ocorreu em 1954. Para os interesses da pesquisa proposta, considerando que a fórmula surge a partir de 1970 seria suficiente selecionar as edições ocorridas a partir desta data, contudo, por sua quinta edição ter acontecido muito pouco tempo antes, optou-se por sua inclusão também. Sendo assim, para o período a ser investigado foram selecionadas as 15 edições realizadas entre os anos de 1967 e 2000:

QUADRO 2 – Edições do CBBBD ocorridas entre 1967 e 2000

| Edição | Ano de realização | Local de realização |
|-------------|-------------------|---------------------|
| VCBBBD | 1967 | São Paulo |
| VI CBBBD | 1971 | Belo Horizonte |
| VII CBBBD | 1973 | Belém |
| VIII CBB | 1975 | Brasília |
| IX CBBBD | 1977 | Porto Alegre |
| X CBBBD | 1979 | Curitiba |
| XI CBBBD | 1982 | João Pessoa |
| XII CBBBD | 1983 | Camboriú |
| XIII CBBBD | 1985 | Vitória |
| XIV CBBBD | 1987 | Recife |
| XV CBBBD | 1989 | Rio de Janeiro |
| XVI CBBBD | 1991 | Salvador |
| XVII CBBBD | 1994 | Belo Horizonte |
| XVIII CBBBD | 1997 | São Luís |
| XIX CBBBD | 2000 | Porto Alegre |

Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento bibliográfico em catálogos e obras de referência, em 2021.

Além do CBBBD alguns outros eventos já com a Ciência da Informação como participante também foram identificados:

QUADRO 3 – Eventos conjuntos de Biblioteconomia e Ciência da Informação realizados entre 1970 e 2000

| Nome do Evento | Ano | Local |
|---|------|----------------|
| I Encontro sobre Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação | 1976 | Brasília |
| II Encontro sobre Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação | 1978 | João Pessoa |
| III Encontro de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação | 1979 | Rio de Janeiro |
| IV Reunião de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação | 1980 | Belo Horizonte |
| V Encontro (não foi possível identificar qual o nome exato utilizado) | 1981 | Brasília |
| VI Encontro (não foi possível identificar qual o nome exato utilizado) | 1982 | Brasília |
| VII Encontro de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação | 1983 | Brasília |
| VIII Encontro de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação | 1986 | Campinas |
| IX Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação | 1988 | São Paulo |
| X Encontro (não foi possível identificar qual o nome exato utilizado) | 1989 | Brasília |
| XI Encontro dos Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação | 1990 | João Pessoa |
| XII Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia | 1992 | São Paulo |
| XIII Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia* | 1994 | Belo Horizonte |
| I Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia* | 1994 | Belo Horizonte |
| II Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia** | 1995 | Valinhos |
| Obs.: O evento * constou como parte da programação do evento **. | | |

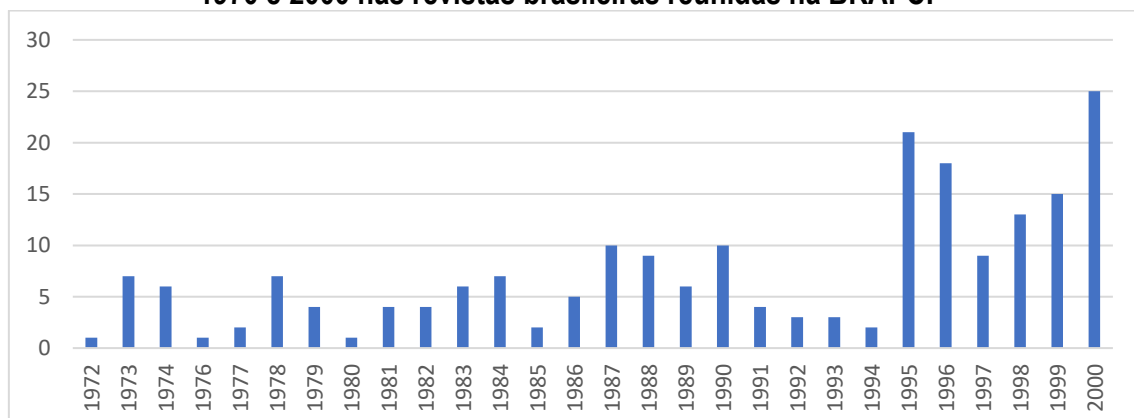
Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento em catálogos, e de informações encontradas nos anais das próprias edições dos eventos, entre 2021 e 2023.

Cabe ressaltar que os I e II Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia são as primeiras edições do que hoje é conhecido como ENANCIB. Em sua edição de 1997, realizada no Rio de Janeiro, o evento recebeu o nome de III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, a ANCIB, por isso passou a ser conhecido como ENANCIB. Em sua próxima edição, realizada em Brasília no ano 2000 o evento já passa a ser identificado simplesmente como IV ENANCIB. Atualmente segue sendo reconhecido pela comunidade apenas como ENANCIB, mas seu nome oficial passou a ser Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, (embora conservando na sigla o “B” da Biblioteconomia).

Um fato interessante que pode ser observado nos nomes dos eventos é que se até a década 1990 a Biblioteconomia precede a Ciência da Informação, a partir do evento realizado em 1992 acontece uma inversão. Então, considerando todos os elementos apresentados até aqui, inclusive desses detalhes que somam às hipóteses construídas sobre o “movimento da fórmula”, esperou-se que as revistas selecionadas e as publicações dos eventos relacionados fossem fontes suficientes para observação da circulação e cristalização da fórmula. E à medida que circula e se cristaliza no discurso tornando-se um referente social a fórmula constrói seu processo de aceitabilidade que aqui parece encontrar seu ápice entre o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Essa hipótese de que a fórmula passa a circular com maior intensidade a partir dos anos 1990, vai se cristalizando ao longo da década e encontra seu ápice de aceitabilidade em 2000, revela alguma consistência a partir dos dados levantados na BRAPCI que determinou a escolha das revistas a serem analisadas, conforme se pode observar a seguir:

GRÁFICO 1 – Distribuição anual dos artigos publicados sobre Ciência da Informação entre 1970 e 2000 nas revistas brasileiras reunidas na BRAPCI



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados coletados na BRAPCI em 2022.

É notável que as publicações aumentam visivelmente em 1995, e isso pode dever-se em parte às comemorações de 25 anos de criação do mestrado do IBBD, mas se apenas a efeméride fosse a razão do salto, nos anos seguintes seria notado uma baixa, fato não observado, ao contrário, observa-se certa estabilidade no tema e um novo crescimento em 2000.

O ano 2000 também foi marcado por outros acontecimentos que corroboram a ideia de que a fórmula “finaliza” seu processo de aceitabilidade nessa época. Uma breve investigação sobre os documentos de área da CAPES mostrou que em até 1996 as divisões de área do conhecimento não previam a Ciência da Informação já que na apresentação do documento a identificação é a seguinte: “Ciências Sociais Aplicadas (Administração/Contabilidade, Arquitetura e urbanismo, Biblioteconomia, Comunicação, Direito, Economia, Planejamento urbano e regional, Serviço Social/Economia doméstica)” (InfoCapes, 1997, p.21).

Contudo, já no início da apresentação relativa à avaliação da “subárea” Biblioteconomia figura a seguinte informação: “Os critérios utilizados na análise dos dados enviados por esses programas à Capes foram especificados no documento CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO - CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO” (InfoCapes, 1997, p.26). Ao que parece, ainda que a CAPES identificasse a área como Biblioteconomia, os consultores responsáveis pela análise dos relatórios enviados pelos sete programas existentes na época, optaram por nomeá-la como Ciência da Informação.

Na avaliação seguinte, referente a divisão das áreas do conhecimento apresenta-se da seguinte maneira: “ÁREA DE AVALIAÇÃO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS II: BIBLIOTECONOMIA. Áreas básicas: Ciência da Informação; Biblioteconomia” (InfoCapes, 1999, p.86). Surge então uma área básica e nela a Ciência da Informação antecede à Biblioteconomia, trata-se de detalhes importantes de serem notados, sobretudo porque essas serão as únicas duas ocasiões em que a denominação Biblioteconomia aparecerá, daí em diante figura apenas a denominação Ciência da Informação:

A Comissão de Avaliação das áreas básicas de Ciências da Informação e Comunicação foi constituída de sete docentes indicados pelo representante da área [...]

[...]

A Comissão de Avaliação das áreas básicas de Ciências da Informação e Comunicação, com a presença da maioria de seus membros [...], realizou o trabalho da avaliação propriamente dita no período de 25 a 30 do mês de maio de 1998, analisando, cuidadosamente, os dados dos relatórios elaborados pelos programas para o biênio de 1996-1997.

[...]

Os relatórios da área básica de Ciências da Informação foram analisados pelos consultores Johanna Smit e Aldo Barreto. Foram, portanto, avaliados os programas da PUCCAMP, UFMG, UFRJ, UFPb, UnB e USP, sendo que o programa da USP, por ter sido transformado em área de concentração de Ciências da Comunicação, deixou de ser considerado (InfoCapes, 1999, p.86,87).

E para se ter alguma dimensão do momento enfrentado pela área, vale citar outro trecho do documento:

Os resultados da avaliação, traduzidos nos conceitos atribuídos, mostram que os programas desta área básica não realizaram progressos muito expressivos no biênio, o que permite apontar a existência de uma certa estagnação. [...]. No caso, o fator que nos parece mais evidente se manifesta no resultado sobre determinado por uma seqüência de fatos que, de maneira sucinta, serão apontados nas considerações feitas a seguir. A ciência da informação teve seu aparecimento e expansão no período de pós-guerra, principalmente a partir de 1950 quando pesquisas e documentos mantidos fora do fluxo normal de informação foram liberados para o conhecimento público. Nessa época, o grande problema enfrentado pela área foi precisamente o de gerenciar o volume de informação que entrava no sistema, problema que, mesmo não tendo sido resolvido, foi bastante minimizado por meio das possibilidades de solução abertas pelo processamento eletrônico de dados e o armazenamento e recuperação de textos em memória magnética. Nesse sentido, as mudanças nas tecnologias de veiculação da informação ocorridas nos últimos 50 anos provocaram a reorganização das atividades associadas à ciência da informação. Essa nova ambiência de mudanças aceleradas teve reflexo nos programas, tanto no que diz respeito à escolaridade quanto no que tange à pesquisa. Pode-se dizer, com base nisso, que os programas que iniciaram seus cursos de mestrado na década de 1970 foram construindo suas propostas, áreas de concentração e linhas de pesquisa influenciados por essas mudanças tecnológicas. Nessas circunstâncias, os cursos em questão cresceram horizontalmente, já que direcionaram a infra-estrutura acadêmica existente no rumo da expansão de novas áreas de concentração e linhas de pesquisa. Ausente, em certa medida, desse processo, o sincronismo da verticalização, o entrosamento entre áreas de concentração e linhas de pesquisa não encontrou ainda suas plataformas mais seguras e profundas. Esse parece ser, no momento, o fator determinante da estagnação constatável nos conceitos atribuídos aos itens dos quesitos em que se baseia a avaliação (InfoCapes, 1999, p.87).

Interessante notar que não fosse pela denominação determinada pela CAPES e apontada no cabeçalho do documento, toda a redação do relatório se dá em função de uma área do conhecimento ainda não reconhecida pelo órgão máximo da pós-graduação brasileira e que a argumentação sobre as condições da área é totalmente construída em função dessa mesma área. Parece ocorrer uma equivalência dissimulada, nenhuma justificativa é dada ao fato de o nome da área não corresponder ao conteúdo do documento.

Na avaliação referente aos anos 1998, 1999 e 2000 a divisão das áreas é notadamente alterada para: Ciências Sociais Aplicadas: Ciências Sociais Aplicadas I: Comunicação; Ciência da Informação (InfoCapes 2002, p.131).

Na ocasião a área era representada da seguinte maneira:

A comissão da área de avaliação «Ciências Sociais Aplicadas I» da Capes, no período compreendido entre 7 de maio e 22 de junho de 2001, avaliou o desempenho, nos anos de 1998, 1999 e 2000, dos 19 programas de Comunicação e Ciência da Informação participantes do sistema nacional de pós-graduação. Cinco desses programas estão inscritos na área de Ciência da Informação, um deles é explicitamente de Comunicação e Informação e outros treze são de Comunicação (InfoCapes 2002, p.131).

Cabe ressaltar que o relatório é mais pormenorizado que o anterior, mas em tudo parece querer apagar a Biblioteconomia e Documentação como parte da existência dessa área do conhecimento que agora passa a ser reconhecida pela CAPES:

A área de Ciência da Informação completa, no momento desta avaliação, 30 anos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil: o primeiro curso de mestrado foi criado no IBICT, com mandato acadêmico da UFRJ, em 1970. Ainda na década de 70 iniciaram suas atividades a USP (inserido no curso de Comunicação, em 1972), a UFMG (1976), a PUC/CAMP (1977), UnB (1978) e UFPB (1978). Excetuado o doutorado da USP (ainda inserido no programa de Comunicação, iniciado em 1980), os doutorados da área de Ciência da Informação iniciaram na década de 90: UFRJ/IBICT em 1991, UnB em 1992 e UFMG em 1997. Após 30 anos de cursos de mestrado e dez anos de doutorado em Ciência da Informação, qual diagnóstico é possível para a área?

O conhecimento na área da Ciência da Informação é produzido, no Brasil, quase que exclusivamente, no âmbito da pós-graduação: em particular na pós-graduação *stricto sensu*, pois a pós-graduação *lato sensu*, freqüente na área, objetiva primordialmente a capacitação profissional embora tenha gerado conhecimentos de forma periférica. A análise aqui proposta centra-se na produção da pós-graduação *stricto sensu*, tal como esta é retratada pelos relatórios CAPES (InfoCapes 2002, p.144).

Como se nota, os anos entre 1997 e 2000 foram determinantes para a completa aceitabilidade da fórmula, inclusive porque em 2001, logo após os citados acontecimentos em relação a avaliação dos programas pela CAPES, a Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), criada em 13 de janeiro de 1967, passa a denominar-se Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), configurando-se como o último marco institucional “conquistado”.

3.3 Caracterização geral das publicações analisadas

Uma vez definidas as fontes de informação, e justificados os critérios de sua escolha, seguiu-se para sua consulta. Infelizmente nem todos os documentos identificados foram localizados, por isso nem todos foram analisados. A seguir, apresenta-se cada uma das publicações em suas características gerais:

✓ **A Biblioteca**

Publicada entre os anos de 1944 e 1959, com interrupção no ano de 1956, teve 102 fascículos publicados com periodicidade mensal.

Teve como subtítulo *Suplemento mensal do boletim do DASP* até dezembro de 1945, e *Publicação da biblioteca do DASP* desta data em diante até seu encerramento.

Manteve suas características principais preservadas ao longo de todos os 15 anos de publicação servindo como informativo sobre os produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca do DASP, bem como de sua rotina através de seções como *Movimento Estatístico*, *Livros Catalogados*, *Bibliografias Compiladas* etc., além de noticiar visitas ilustres e eventos.

Seu formato se manteve estável em todos os anos de publicação, mantendo quase sempre a mesma capa apenas com alteração na cor. Apesar de apresentar poucas páginas, raras edições foram compostas só de textos, quadros decorativos para dar ênfase a mensagem contida e ilustrações foram frequentes na maior parte dos fascículos, assim como fotografias das dependências da própria biblioteca, de outras bibliotecas federais e de espaços do DASP, e de pessoas ilustres que fizeram parte da equipe de funcionários ou que visitaram a instituição.

Em sua primeira edição apresenta-se da seguinte maneira:

O ano de 1944 encontrou, na Biblioteca do DASP, um programa amplo, variado e entusiasta, que tem por fim o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de suas relações com o público. De acordo com êsse programa, deverão ser feitas publicações que instruem os leitores sobre as diversas coleções especiais de livro, assim como bibliografias sobre todos os assuntos que caibam em sua especialização.

[...]

Pertencem ainda a êsse programa, uma série de conferências a serem realizadas no próprio recinto da Biblioteca e a publicação deste boletim bibliográfico, "A Biblioteca", suplemento mensal do "Boletim do DASP" que pretende, reiteradamente, convidar os leitores a travarem conhecimento com as aquisições de livros que forem sendo feitas (Biblioteca, A., 1944a, p.1).

Não foi identificada versão digital para a publicação, e nem todos os 102 números publicados foram localizados, tendo sido analisados 96 deles: no ano de 1944 foram publicados 12 números, mas apenas oito foram localizados e no ano de 1946 foram publicados 12 números, dos quais 10 foram localizados.

✓ **Boletim Informativo do IBBD**

Publicado entre 1955 e 1957, teve 14 fascículos publicados em periodicidade bimestral, nem sempre cumprida já que os primeiro e segundo números de 1956 foram lançados cumulativamente, assim como seus últimos três números publicados em 1957.

Não foi identificado repositório com versão digital dos fascículos, porém todos foram localizados nas bibliotecas visitadas e seu conteúdo e apresentação devidamente analisados.

De modo geral, manteve-se alinhado ao proposto em seu primeiro editorial como sendo *A razão de ser desse boletim*:

Dizer o que está fazendo ou pretendendo fazer o IBBD, dar notícias atuais e de interesse para a pesquisa bibliográfica, registrando o que se passa no mundo científico e tecnológico brasileiro, principalmente o que tiver relacionado com os trabalhos do Conselho Nacional de Pesquisas e instituições que lhe são subordinadas – eis o programa deste boletim (Boletim, 1955a, p.1).

Todos os fascículos apresentam conteúdo informativo, de divulgação dos produtos e serviços do IBBD, e noticiário do CNPq e dos órgãos a ele subordinados: o próprio IBBD; o Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA); e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

Seu encerramento não é mencionado em seu último número, demonstrando uma provável suspensão súbita da publicação.

✓ **Notícias Diversas**

Apesar de haver registro no catálogo da USP da existência de publicações mensais do título no ano de 1961, a coleção não foi localizada pela única biblioteca que poderia possuí-la. Há registro de que exista na Biblioteca Nacional (BN), mas não foi obtido retorno da mesma sobre a confirmação de sua existência. Em contato com a biblioteca do IBICT teve-se confirmação de sua existência em seu acervo, contudo, o envio de cópias via Serviço de Comutação Bibliográfica (COMUT) não se mostrou

viável por somar algo em torno de 600 páginas. Tanto no caso da BN, como no caso do IBICT, a consulta *in loco* não foi possível por estarem localizadas em outros estados.

Nenhum repositório com versão digital dos volumes foi localizado, sendo assim, restou analisar os dez fascículos publicados mensalmente no ano de 1964. Não foram localizados os números correspondentes aos meses de novembro e dezembro, o que pode indicar uma suspensão súbita da publicação.

Fazendo jus ao nome que leva, o conteúdo é diversificado e não apresenta regularidade. Embora o primeiro fascículo de 1961 provavelmente possa esclarecer as razões da interrupção da publicação nos anos de 1962 e 1963, a ficha catalográfica de todos os fascículos de 1964 incluem nota sobre tratar-se de uma continuidade do título publicado entre 1954 e 1957, a saber, o *Boletim Informativo do IBBD*.

A retomada da publicação em 1964 apresenta breve menção a sua interrupção: “[...] com este número [...] Notícias Diversas volta a circular, inaugurando uma nova fase” (Notícias diversas, 1964a, p.1, grifo original), e também esclarece sobre seus propósitos:

[...] seu principal objetivo é oferecer informações sucintas, porém atualizadas, sobre as atividades de documentação no Brasil e no mundo. [...] um de seus empenhos é que as notícias a esse respeito cheguem às mãos dos documentalistas, bibliotecários, estudiosos, cientistas e, de modo geral, de todas as pessoas que se interessem pelo desenvolvimento das técnicas de produção e uso da documentação (Notícias diversas, 1964a, p.1).

De modo geral os fascículos são bastante curtos e os assuntos abordados de forma sucinta.

✓ **Notícias**

Consta da ficha catalográfica de todos os seus fascículos que o título é um substituto aos títulos *Boletim Informativo* e *Notícias Diversas*. Iniciado em 1967, foi publicado até 1970 quando, assim como os títulos anteriores, foi subitamente suspenso.

Em seu primeiro ano de existência, o periódico teve cinco fascículos publicados, bimestralmente, entretanto os dois últimos de forma cumulativa. No ano seguinte são publicados três fascículos, bimestralmente, embora todos tenham sido cumulativos. Nos anos de 1969 e 1970 foram oito fascículos publicados trimestralmente. No total, portanto, 16 fascículos publicados em seus quatro anos de existência organizados segundo a proposta inicial de sua criação:

O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD – inicia a publicação do periódico “NOTÍCIAS” que deverá ser uma síntese do movimento científico brasileiro. Ocupa, desse modo, mais uma posição de singular importância para a campanha que promove no sentido de informar e documentar o progresso da pesquisa, tornando-se presente, com mais frequência, nos laboratórios de investigação, nas bibliotecas e ao alcance do público (Notícias, 1967, p.2).

De modo geral os números retomam diversos elementos do antigo *Boletim Informativo* apresentando estrutura mais ou menos estável e com algumas seções recorrentes.

Não foi localizado repositório com versões digitais dos documentos, contudo, todos os números publicados foram localizados nas bibliotecas visitadas e devidamente analisados.

✓ ***Revista de Biblioteconomia de Brasília***

Periódico criado em 1973, sob a responsabilidade do corpo docente do Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília e com apoio administrativo e financeiro da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal. Em sua apresentação no número de estreia, a redação da revista relata alguns detalhes de sua origem:

A Associação de Bibliotecários do Distrito Federal iniciou em 1969 a publicação de um modesto Boletim, cuja surpreendente receptividade foi um estímulo para que fosse progressivamente ampliando o seu conteúdo, até chegar ao ponto crítico de redefinir seus objetivos: ou manter-se dentro da linha de um noticiário atualizado, mas limitado, ou tentar enfrentar o desafio de uma publicação técnica. Reunindo-se os esforços do corpo docente do Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília com a experiência e o apoio administrativo e financeiro da Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, resolveu-se enfrentar o desafio (Redação, 1973, p.1-2).

O último número da revista, v.25, n.2, datado de jul./dez. 2001, não menciona seu encerramento, o que pode ser entendido como uma interrupção ou suspensão forçada a exemplo do que teria ocorrido entre os anos de 1990 e 1995 conforme relatado no editorial do número de retomada:

Com este número, a Revista de Biblioteconomia de Brasília, RBB, retoma a sua publicação, que havia sido interrompida no segundo fascículo do volume 18, datado de 1990. Como tantas outras, a RBB havia caído vítima dos problemas que atingiram tão duramente a sociedade brasileira neste passado recente. A retomada de publicação agora, com este fascículo, volume 19, número 1, se deve exclusivamente à coragem e à persistência do atual presidente da ABDF, José de Albuquerque Moreira, e à dedicação de Edilenice Passos, a diretora de editoração, que ignorando os pessimistas e acreditando na Revista, conseguiram vencer as inúmeras dificuldades encontradas pelo caminho.

[...]

A retomada da publicação de uma revista profissional interrompida por tanto tempo nunca é tarefa fácil. A RBB sempre manteve um alto nível de qualidade. Todos os nossos esforços estão sendo dirigidos para isto. A colaboração de nossos leitores, com críticas e sugestões será sempre muito bem-vinda (Mueller, 1995, p.1-2).

Ao longo do período em que esteve ativa, foram 50 fascículos publicados, registrando-se uma interrupção entre os anos de 1990 e 1995, conforme relatado anteriormente. Fora esse episódio, manteve sempre sua periodicidade semestral sendo que os quatro números referentes aos anos de 1999 e 2000 foram publicados conjuntamente e identificados como números especiais, provavelmente em compensação a um possível atraso na periodicidade estabelecida.

Todos os números foram publicados originalmente no formato impresso e posteriormente digitalizados e disponibilizados em página na internet⁹. Considerando o contato disponível nesta mesma página, o trabalho de digitalização e disponibilização de seu conteúdo parece ter sido realizado pela Coordenadoria de Gestão da Informação Digital da Biblioteca Central da UNB que optou pela publicação de cada fascículo parte a parte, ou seja, não existe um arquivo digital capa a capa. Por isso, temendo que alguma parte pudesse ter ficado de fora da digitalização, optou-se pela consulta da coleção no formato impresso de modo que todos os fascículos foram verificados.

A apresentação gráfica da revista não teve qualquer alteração ao longo dos anos, apenas a capa mudava de cor a cada edição, mas mantendo o mesmo desenho. O verso da capa traz os créditos da edição, informação de tiragem e de contato. Dada sua organização e formato, entendeu-se o editorial e a apresentação, como seções de maior interesse, já que é onde o corpo editorial se pronuncia explicitamente sobre os propósitos da revista e a escolha de suas temáticas. Dos 50 fascículos analisados 20 deles não apresentaram nem editorial, nem apresentação. Os demais foram analisados por seu conteúdo, sobretudo em relação a quantidade de artigos dedicados à discussão sobre Ciência da Informação.

⁹ Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/issue/archive>>. Acesso em: 05 jan. 2024

✓ **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**

Assim como a *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, a *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG* foi originalmente publicada em formato impresso e posteriormente digitalizada e disponibilizada em página na internet¹⁰. A considerar o contato da página, o trabalho de digitalização e divulgação foi coordenado pela Escola de Ciência da Informação da UFMG, que, assim como ocorrido a revista de Brasília, optou por fragmentar o conteúdo em partes, deixando de fora capa, folha de rosto e outros elementos pré e pós-textuais, razão pela qual foi realizada consulta aos itens impressos.

A revista foi publicada de 1972 a 1995, sem interrupções e mantendo sua periodicidade semestral, somando 49 fascículos já que um deles era um número especial publicado em 1990.

Em relação a sua apresentação gráfica, a revista manteve as mesmas características alterando sua capa em 1990 e mantendo o mesmo estilo até seu encerramento. Na folha de rosto fazia constar os créditos da edição e informações de contato.

Em seu fascículo de estreia apresenta-se da seguinte maneira:

Estamos caminhando para a emancipação da Biblioteconomia nacional. Até há pouco a maior parte de nossa bibliografia técnica era importada o que nos permitiu manter padrão satisfatório. No momento par timos para maior autonomia, mais adaptação às características nacionais.

[...]

Eis a Revista da Escola de Biblioteconomia. Mais um instrumento a serviço da Universidade brasileira. Já em outros setores há órgãos especializados, chegou a vez de semelhante iniciativa na Biblioteconomia, com objetivo marcado de incentivar a pesquisa, para circulação de valores, comunicação de experiências brasileiras e de estudos realizados em diversas regiões do Brasil. Estaremos trazendo contribuição à Biblioteconomia brasileira com perspectivas de oferta de subsídios à Biblioteconomia internacional. Possa o idealismo que inspirou a Equipe Coordenadora atingir em breve tempo seus objetivos. Esses os nossos augúrios. Esperamos se tornem realidade pela benevolência, apoio e crítica construtiva que certamente recebemos de nossos leitores (Carvalho, M., 1972).

Interessante notar que a *Revista de Biblioteconomia de Brasília* aponta o vanguardismo da *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG* na apresentação de seu primeiro número:

¹⁰ Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/issue/archive>>. Acesso em: 05 jan. 2024

Como conseqüência de uma confluência de fatores que se foram acumulando durante décadas, porém, principalmente, a partir de 1963, e entre os quais se destacam a sistematização do ensino da Biblioteconomia com a aprovação do currículo mínimo, a regulamentação do exercício da profissão de bibliotecário e a ampliação e diversificação do mercado de trabalho, foi possível que em 1972 a Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais quebrasse o velho ciclo e lançasse sua revista pioneira (Redação, 1973, p.1).

Ao contrário da revista de Brasília, em seu último número a revista anuncia seu encerramento e substituição:

A Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG encerra, com este número, sua publicação, devendo ser substituída por **Perspectivas em Ciência da Informação**. Acreditamos que, nestes 23 anos de publicação ininterrupta, a Revista tenha atingido o objetivo de divulgar a pesquisa e a prática da biblioteconomia e da ciência da **informação** (Comissão editorial, 1995, grifo original).

Infelizmente, o último número é dos poucos que apresentam editorial e/ou apresentação. Dos 49 fascículos consultados estas seções foram identificadas em apenas 13, sendo que em um deles como *Apresentando*, em quatro como *Introdução*, em sete como *Editorial*, e um deles tendo *Introdução* e *Editorial*. Os demais foram analisados principalmente pela temática de seus conteúdos e discussões sobre a Ciência da Informação.

✓ **Perspectivas em Ciência da Informação**

Continuação declarada da *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, o título teve seu primeiro número publicado em 1996 e segue ininterrupto até os dias atuais, mantendo sua periodicidade semestral.

Para a análise proposta serão utilizados apenas os números publicados entre os anos de 1996 e 2000, que somam 11 porque em 2000 houve a publicação de um número especial.

Assim como ocorrido com a *Revista de Biblioteconomia de Brasília* e a *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG* todos seus números estão disponíveis em página na internet¹¹, mas não fica claro se foram digitalizados posteriormente ou se são nato-digitais. De qualquer modo, também

¹¹ Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/issue/archive>>. Acesso em: 05 jan. 2024.

como as revistas citadas, seu conteúdo foi divulgado em partes, deixando de fora elementos pré e pós-textuais, optando-se pela consulta das versões impressas.

Uma vez que *Editorial* e *Apresentação* foram definidos como melhores seções para a identificação do discurso institucional, registra-se que apenas quatro números apresentaram tais seções e a exemplo do que foi aplicado nos outros títulos, os demais fascículos foram analisados principalmente pela temática de seus conteúdos e discussões sobre a Ciência da Informação.

Exceção feita às seções citadas, o conteúdo da revista mostra-se estável, já que em quase todos os fascículos são apresentados artigos, resenhas, e resumos de teses e dissertações, características já delineadas em seu lançamento: “Além de trabalhos inéditos, a revista pretende também publicar resenhas críticas da literatura da área, buscando contribuir para a melhoria de nossa produção editorial” (Campello, 1996, p.5).

✓ ***Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação***

O Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação teve sua primeira edição em 1954. O recorte para a análise aqui proposta é das 15 edições do evento ocorridas entre os anos de 1967 e 2000. Dado seu grande porte, não resta dúvidas de que materiais de divulgação tenham sido produzidos, mas por muitas vezes não serem considerados documentos bibliográficos acabaram não sendo preservados, o que prejudica a análise do discurso institucional já que é nesse material que os organizadores apresentam e justificam as temáticas escolhidas e os objetivos do evento.

Na falta de programas, folders de divulgação, cartas convites etc. os anais são fontes de informação importantes porque ainda que tragam apenas os trabalhos apresentados, são pistas do discurso prevalente.

Sobre o acesso às publicações dos congressos, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB)¹² possui um repositório digital¹³ com

¹² Cabe nota que durante seus primeiros anos a FEBAB teve como nome oficial apenas Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, não tendo sido possível identificar a partir de que momento passou a incluir “cientistas de informação e instituições” em seu nome.

¹³ Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/cbbd>>. Acesso em 06 jan. 2024

todo o material de que dispunham sobre cada uma das edições do evento, mas mesmo assim, diversas edições seguem em processo de digitalização.

Diante da possibilidade de encontrar materiais complementares aos já inseridos no repositório, e outros ainda não incluídos, foi realizada consulta aos itens impressos. Notou-se que em diversas ocasiões o evento foi organizado em torno de temários, e os anais gerados também foram impressos seguindo esta organização, por isso não foi incomum encontrar nas bibliotecas visitadas os trabalhos referentes a apenas um ou outro temário, o que torna inviável a análise já que impede a investigação do evento em sua totalidade temática, pelo menos.

Diante destas dificuldades, puderam ser analisadas as edições com material disponível no repositório da FEBAB: da V de 1967 a XI de 1982; e as que puderam ser encontradas nas bibliotecas visitadas: XII de 1983, XIV de 1987, XV de 1989, XVI de 1991, XVII de 1994.

As edições XVIII de 1997 e a XIX de 2000 foram publicadas em mídias atualmente obsoletas, disquete e CD respectivamente, não sendo possível acessar seu conteúdo. Somando-se, portanto, 12 anais analisados.

✓ ***Publicações dos eventos conjuntos de Biblioteconomia e Ciência da Informação***

Embora tenham sido identificados 12 eventos conjuntos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, foram identificadas publicações para apenas nove:

QUADRO 4 - Publicações dos eventos conjuntos de Biblioteconomia e Ciência da Informação realizados entre 1970 e 2000

| Evento | Publicação |
|---|---|
| I Encontro sobre Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação | LITTO, Fredric M.; LITTO, Inês Maria Fonseca. Cursos brasileiros de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Boletim informativo . São Paulo, ECA, v.1, n.1, 1º sem. 1977 |
| II Encontro sobre Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação | CARVALHO, Abigail de Oliveira; FERREIRA, Maria Luiza A. G. Relatório do II Encontro sobre Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, 1978. Boletim ABDF , v.2, n.2, abr./jun. 1979. |
| III Encontro de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação | FIGUEIREDO, Laura M. de. Relatório final do Encontro de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação . Rio de Janeiro, IBICT, 1979. Mimeografado. |
| IV Reunião de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação | CESARINO, Maria Augusta da Nobrega; FERREIRA, Maria Luiza A. G. Relatório da IV Reunião de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG , v10, n.2, p.254-281, set. 1981. |
| VII Encontro de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação | Síntese das conclusões do Encontro de Coordenadores de Cursos de Pós-graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 7. Revista de Biblioteconomia de Brasília , v.11, n.2, p.285-328, jul./dez. 1983 |
| VIII Encontro de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação | Encontro de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, 8, 1986, Campinas. Anais... Brasília: IBICT, 1987. |
| XI Encontro dos Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação | Encontro dos Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 11, 1990, João Pessoa. Anais... João Pessoa: ANCIB, 1992. |
| XII Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia | Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 12, 1992, São Paulo. Anais... São Paulo: ANCIB, 1993. |
| I Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia | Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 1, 1994, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANCIB, 1994. |
| II Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia | Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2, 1995, Valinhos. Resumos... Valinhos: ANCIB, 1995. |

Fonte: elaborado pela autora a partir de levantamento em catálogos e de informações encontradas nos anais das próprias edições dos eventos, entre 2021 e 2023.

Das publicações elencadas não foram localizadas a do *I Encontro sobre Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, pois o fascículo não foi localizado e o *III Encontro de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, por tratar-se de obra mimeografada, da qual provavelmente foram efetuadas poucas cópias e nenhuma delas consta das bibliotecas consultadas. Os demais sete registros foram objeto da análise.

Por fim, foram analisados 264 documentos entre fascículos de revista, publicações de eventos e anais, perfazendo 92% de todo o material selecionado:

QUADRO 5 – Quantidade total de documentos analisados

| Revistas e eventos selecionados | Publicações identificadas | Publicações analisadas |
|--|---------------------------|------------------------|
| A biblioteca | 102 | 96 |
| Boletim informativo do IBBD | 14 | 14 |
| Notícias diversas | 22 | 10 |
| Notícias | 16 | 16 |
| Revista de Biblioteconomia de Brasília | 50 | 50 |
| Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG | 49 | 49 |
| Perspectivas em Ciência da Informação | 11 | 11 |
| CBBD | 15 | 12 |
| Eventos conjuntos | 10 | 8 |
| Total | 288 | 266 |
| % | | 92% |

Fonte: elaborada pela autora a partir da definição e consulta ao corpus documental (2023).

Nas seções a seguir são apresentadas, em detalhes, as análises efetuadas.

4. PERCURSO DISCURSIVO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Recapitulando o recorte temporal de análise do fenômeno “Ciência da Informação no Brasil”, dois marcos históricos fundamentais são identificados:

- A criação do primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação;
- A transformação dos cursos de mestrado em Biblioteconomia em Ciência da Informação;

Tais eventos podem ser separados em fases marcantes da seguinte maneira:

- 1944 a 1954: movimentações na biblioteca do DASP para a criação do IBBD;
- 1954 a 1971: oferta de cursos de preparação pelo IBBD, institucionalização da pós-graduação no Brasil, reforma acadêmica e criação do primeiro mestrado em Ciência da Informação;
- 1971 a 1992: criação de cursos de mestrado em Biblioteconomia e início da transformação desses mesmos cursos em mestrados em Ciência da Informação;
- 1992 a 2000: processo de transformação dos mestrados em Biblioteconomia em Ciência da Informação e criação dos doutorados.

Considerando que essas são divisões são interessantes para a compreensão do fenômeno estudado, a análise dos documentos seguiu nesse mesmo sentido:

- a) análise do discurso do DASP para a criação do IBBD;
- b) análise do discurso do IBBD em relação a Ciência da Informação;
- c) análise do discurso das instituições de ensino e pesquisa sobre a pós-graduação, a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação;
- d) análise das instituições de ensino e pesquisa sobre a Ciência da Informação como área do conhecimento predominante à Biblioteconomia e Documentação.

Assim, as seções a seguir desenvolverão esse desenho analisando cada um dos documentos selecionados em relação à época de sua produção, aos demais documentos de mesma data, e noção de fórmula aplicada à denominação Ciência da Informação.

4.1 Da biblioteca moderna ao centro bibliográfico brasileiro

Antes que se inicie a discussão sobre a análise do discurso da Biblioteca do DASP em relação à criação do IBBD vale a pena melhor entender o que foi o DASP.

Como todo movimento desta pesquisa tem sido em função dos discursos institucionais, recorrer a uma publicação oficial para entender o contexto de criação do DASP é uma escolha mais do que justificável, e nesse sentido recorreu-se a *Revista do Serviço Público*, criada em 1937, pelo governo federal, e que configurará um importante instrumento de divulgação e legitimação de suas ações. Lembrando que o governo instituído no mesmo ano é o Estado Novo, do então presidente Getúlio Vargas, e partir do que nela se divulgava é viável para se interpretar o contexto político administrativo da época.

A primeira edição da revista, por exemplo, ao apresentar-se, acaba por resumir o que era o discurso do Estado Novo sobre a Administração pública:

[...] expondo as razões do nosso aparecimento, teremos implicitamente formulado o programa pelo qual nos nortearemos.

Entre os problemas nacionais, para cuja solução o novo regimen já contribuiu com reformas de considerável alcance figura a reorganização do serviço público civil, com o objetivo de aperfeiçoar a maquinaria administrativa do Estado, tornando-a ao mesmo tempo mais adequada a facilitar o trabalho dos que a manipulam nos diferentes departamentos. As determinantes dessas reformas, iremos encontrá-las, não somente na necessidade de suprimir anomalias por todos reconhecidas, como também na influência de causas derivadas do aspecto novo que o problema da administração veio a apresentar, deante de um conceito do Estado que se vai impondo em todos os países.

[..]

O serviço público, devido em parte à extensão e complexidade da esfera a que se estendem hoje as novas atribuições do Estado, mas também por terem surgido novos métodos técnicos, imprimindo ao velho trabalho burocrático uma fisionomia racional e científica, tornou-se uma profissão análoga às carreiras em que é imprescindível o estudo constante para não perder contacto com o progresso teórico e prático nos métodos de atividade profissional.

[...]

Nas outras profissões, os erros e as deficiências prejudicam apenas um círculo mais ou menos limitado de indivíduos, ao passo que na carreira do funcionalismo a ineficiência se reflete em conseqüências nefastas aos interesses do Estado e da sociedade, podendo ser por vezes irreparável ou de enorme repercussão um erro cometido por um servidor da nação na rotina do seu trabalho.

[...]

Hoje, felizmente, as cousas se passam de modo muito diferente. Um espírito novo anima a administração pública.

[...]

Bastaria o reconhecimento desses fatos para justificar o aparecimento da "Revista de Serviço Público", que consagrará uma parte considerável das suas páginas à publicação de artigos teóricos e doutrinários e de informes de caráter prático relativos à questão primacial do incessante aperfeiçoamento da maquinaria administrativa do Estado.

[...]

Em uma época de reformas progressivas, como esta que se inicia, têm de ocorrer forçosamente alterações freqüentes nas normas do trabalho administrativo e na própria organização material das repartições, que representa aspecto de primacial relevância para a eficiência dos serviços que ali se executam. Tais medidas - concretizadas em novos atos dos altos poderes da República, na interpretação das leis e decretos já em vigor, e em melhoramentos, no tocante ao equipamento das repartições - acham-se agora centralizadas todas no supremo órgão coordenador da administração pública, que é o Conselho do Serviço Público Civil.

[...]

No esforço para atingir as finalidades visadas, a "Revista do Serviço Público", será inspirada e animada apenas por duas preocupações. Uma delas é prestar ao funcionalismo um serviço, que conscienciosamente julgamos lhe será de inestimável valor. A outra, que certamente será compartilhada por todos os servidores do Estado, é colaborar na obra animada pelo espírito novo, que surgiu com a revolução de Outubro, e concorrer assim para o progresso e grandeza do Brasil (Revista..., 1938, p.3-5).

As reformas mencionadas na apresentação da revista foram instituídas pela Constituição outorgada em 10 de novembro de 1937, que respaldava o regime autoritário que se impunha e por isso, extremamente centralizadora, concedendo ao governo federal poderes praticamente ilimitados é apresentada pela mesma revista da seguinte maneira:

A nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada a 10 de novembro de 1937 pelo presidente Getúlio Vargas, com o apoio das forças armadas e o aplauso da opinião nacional, encerra uma concepção do serviço público inspirada pela experiência contemporânea da totalidade dos países civilizados. Demonstra a esse respeito a nossa atual lei básica uma compreensão impossível de ser encontrada na Constituição de 1934.

Nas presentes condições econômicas e sociais, nenhuma organização e, menos do que todas, a mais importante sob o ponto de vista nacional - o Estado - pode existir e funcionar proveitosamente si, tanto em sua estrutura, como em sua ação, não se fizer sentir o cuidado constante de alcançar um melhor rendimento.

A Constituição de 10 de novembro se exprime a tal propósito com meridiana clareza, o que certamente muito poderá contribuir para consolidar os resultados do trabalho governamental que já vinha sendo feito nesse sentido (Serviço público..., O, 1938, p.3).

É nela também que se encontra a proposição para o que viria ser o DASP:

Art 67 - Haverá junto à Presidência da República, organizado por decreto do Presidente, um Departamento Administrativo com as seguintes atribuições:

- a) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;
- b) organizar anualmente, de acordo com as instruções do Presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;
- c) fiscalizar, por delegação do Presidente da República e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária (Brasil, 2012, p.70).

A criação do departamento que viria ser o DASP também é anunciada na *Revista do Serviço Público*¹⁴:

Um órgão novo - o Departamento Administrativo - será criado tendo justamente como seu principal objetivo a racionalização do conjunto de nosso serviço público, considerado em suas várias faces. A atuação desse Departamento, diretamente subordinado ao Presidente da República, irá, sem dúvida, concorrer poderosamente para acelerar o ritmo da transformação de nossos métodos e processos administrativos.

[...]

A criação do Departamento Administrativo virá, pois, capacitar o Estado brasileiro a imprimir à atividade de seus múltiplos aparelhos componentes um cunho muito diverso da sobrevivente rotina de outros tempos. Às praxes do empirismo improfícuo e dispendioso substituir-se-ão normas de ação traçadas em obediência a critérios rigorosamente objetivos.

A existência do Departamento Administrativo será a melhor garantia do desenvolvimento contínuo e cumulativo de um esforço sistemático com o objetivo de elevar ao máximo possível a eficiência do governo nacional.

E não é só isso: o fato de achar-se a criação desse Departamento expressamente determinada no texto constitucional, com a enumeração precisa de suas atribuições, demonstra uma notável mudança na maneira de encarar a significação do serviço público. O Estado Novo brasileiro reconhece que o aumento da eficiência administrativa deve constituir um motivo de preocupação constante do poder político (O serviço público..., 1938, p.4-5).

¹⁴ Para saber mais DASP há outros artigos na revista: O Departamento Administrativo e a Revista do Serviço Público; O DASP; A Instalação do Departamento Administrativo do Serviço Público: como a imprensa recebeu a criação do novo órgão, todos publicados no v.3, n.2, 1938. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/9702>>. Acesso em: 07 jan. 2024

Cabe nota que a própria Revista do Serviço Público passará a ser publicada pelo DASP, criado então em 30 de julho de 1938, por força do Decreto-Lei n.579, e que em sua estrutura já previa a necessidade de uma biblioteca:

Art. 11. Além das Divisões, o D.A.S.P. terá os seguintes Serviços Auxiliares, para atender às necessidades comuns:
Biblioteca,
Serviço de Comunicações,
Serviço de Mecanografia,
Serviço de Material,
Serviço de Publicidade (Brasil, 1938).

A biblioteca também será apresentada pela *Revista do Serviço Público*, confirmando seu papel de divulgadora dos feitos do governo federal acerca das ações referentes à administração pública:

A biblioteca do D.A.S.P. [...], é a primeira e, até agora, a única especializada em assuntos administrativos no Brasil.

[...]

A organização da Biblioteca do D.A.S.P obedece a modernas prescrições da técnica biblioteconômica norte-americana.

[...]

Embora ainda em fase de organização e com apenas alguns meses de existência, a biblioteca do D.A.S.P. já possui mais de mil obras técnicas nacionais e estrangeiras, sobre vários ramos da administração (Bibliotheca..., A, 1939, p.68).

Entendeu-se como necessário estabelecer suas origens porque, apesar de sua criação datar da criação do próprio DASP, somente em 1944 a biblioteca passará a contar com um veículo de divulgação próprio, que foi fonte da presente análise. Antes desta data não foi identificado material de divulgação produzido pela mesma. Contudo, em pelo menos cinco ocasiões, a *Revista do Serviço Público* apresentou como seção *A Biblioteca do DASP* e nesse espaço foi apresentado instruções sobre o funcionamento do catálogo dicionário¹⁵; a tradução de um texto sobre o serviço público canadense¹⁶; e dois artigos relacionados à Biblioteconomia escritos por funcionárias de bibliotecas do serviço público¹⁷.

¹⁵ v.4, n.1, 1940. Disponível em: <<https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/9328>> e v.1 n.1, 1941. Disponível em: <<https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/8968/6003>>. Acesso em: 07 jan. 2024.

¹⁶ v. 2 n. 3, 1939. **Administração do pessoal no serviço público civil do Canadá**. Monografia de autoria de Charles H. Bland, traduzida do livro "Civil Service Abroad", por Lydia de Queiroz Sambaquy, ajudante técnico da Biblioteca do DASP. Disponível em: <<https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/9453/6485>>. Acesso em: 07 jan. 2024.

¹⁷ SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. **O que a biblioteca moderna**. v.3, n.1-2, 1939. Disponível em:<<https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/9467>> e

MARCONDES, Francisca Portugal. **A publicidade dos serviços de biblioteca**. v.2, n.2, 1940. Disponível em: <<https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/9175>>. Acesso em: 07 jan. 2024.

Oddone, relata em suas pesquisas informações sobre o desenvolvimento da Biblioteca do DASP entre o ano de sua fundação e o início da década de 1940. Segundo a autora, a bibliotecária Sylvia de Queiroz Grillo, então funcionária do Ministério da Fazenda, teria sido enviada em 1937 para a Universidade de Columbia nos Estados Unidos, com bolsa do governo brasileiro, para completar o curso de Biblioteconomia e ficar à frente da Biblioteca do DASP, tendo sido oficialmente nomeada em outubro de 1938, mesmo ano em que começou a oferecer treinamentos aos que procuravam a Biblioteca do DASP para aprender o ofício da Biblioteconomia. Dentre estas figura Lydia de Queiroz Sambaquy, sua própria irmã, que após iniciar o treinamento decidiu se matricular no curso de Biblioteconomia mantido pela BN, tendo sido diplomada em 1941, ano em que passou a trabalhar regularmente na Biblioteca do DASP e posteriormente, com o afastamento de Grillo, assumindo sua direção. Nas palavras da autora: “Com a orientação de Sylvia de Queiroz Grillo e sob a direção de Lydia de Queiroz Sambaquy, a Biblioteca do DASP ia pouco a pouco ganhando estatura e visibilidade” (Oddone, 2013, p.82).

Contudo, uma publicação de 1945 registra outras informações sobre a criação e desenvolvimento da biblioteca. Mas antes de abordá-las é preciso lembrar que em 1937 havia sido criado o Conselho Federal do Serviço Público Civil, cujo diretor, Luís Simões Lopes, havia sido nomeado pelo presidente Vargas. O Conselho Federal do Serviço Público Civil, se transformou em DASP no ano seguinte, em 1938, mantendo seu diretor. Em 1945, com o fim do Estado Novo e a destituição de Vargas do poder, Luís Simões Lopes renunciava ao cargo de diretor do DASP.

Por ocasião de sua saída, em dezembro de 1945, uma homenagem lhe é dirigida com a seguinte chamada: “As bibliotecas do Brasil muito devem ao Sr. Luiz Simões Lopes”:

Ainda em 1939, época em que o D.A.S.P. começou efetivamente a pôr em prática os seus planos de reorganização dos serviços públicos federais, as bibliotecas brasileiras eram, em sua maioria, simples depósitos de livros empoeirados e esquecidos, que serviam apenas de alimento às traças e baratas, e que eram guardados cumentamente por bibliotecários não muito conscientes de sua real função.

[..]

Hoje, ao contrário, o aspecto de nossas bibliotecas mudou integralmente e, o que é incontestável, graças à benéfica influência do entusiasmo e dedicação com que, sempre, Luiz Simões Lopes amparou e procurou desenvolver os trabalhos de reabilitação de nossos bibliotecários e de nossas bibliotecas.

Em janeiro de 1939, promovia, no próprio Departamento Administrativo do Serviço Público, a instalação de uma biblioteca, que deveria funcionar como um verdadeiro laboratório de pesquisas sobre os métodos da moderna técnica bibliotecária, e, generosamente, ao contrário da prática usual nas repartições públicas, tornou acessível essa biblioteca a todos que se interessassem pelo estudo da ciência da administração.

A Biblioteca do D.A.S.P. tendo como função essencial servir ao leitor, passou imediatamente a facultar-lhe todos os privilégios que de qualquer modo pudessem contribuir para auxiliar as pesquisas e estudos, permitindo, assim, como pioneira, o livre acesso às estantes, o empréstimo de livros para leitura a domicílio, informações pelo telefone, reserva de publicações etc., no que foi secundada por numerosas bibliotecas, não só no âmbito federal, mas também estadual e municipal.

Foram ainda iniciativas de Luiz Simões Lopes [...] a organização de um curso de biblioteconomia no D.A.S.P., [...] a organização de um sistema de intercâmbio de catalogação por intermédio da Biblioteca do D.A.S.P. e da Imprensa Nacional [...] (Biblioteca, A, 1945d, p.132 e 144).

E é nesse ambiente de “estatura e visibilidade” que será lançado o boletim *A biblioteca*, surgido como um boletim bibliográfico onde se noticiará as aquisições de livros que fossem sendo feitas pela biblioteca, mas que também prestará contas sobre a própria rotina da biblioteca.

Em todos os seus números se encarregará de publicizar o movimento estatístico da biblioteca referente ao mês em que se publica, fazendo constar a quantidade de consultas, leitores, novas aquisições e a quantia em valor monetário das multas aplicadas. Em boa parte dos números haverá a divulgação dos “livros de maior circulação na biblioteca”, em que circulação será sinônimo de empréstimos já que contabilizará os livros mais emprestados num certo período de tempo.

Além disso, também sempre contabilizou na estatística a quantidade de fichas elaboradas para o catálogo e fichas comercializadas através da Imprensa Nacional. Sobre esse serviço, em diversos números haverá quadros de publicidade em que se lê “Compre a catalogação de seus livros”, com tabela de preços e propaganda das revistas que vinham sendo catalogadas analiticamente, ou seja, artigo por artigo.

Pelo que se entende do conteúdo apresentado, as fichas eram produzidas pelo Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), sediado na Biblioteca do DASP, encaminhadas para a Imprensa Nacional que as imprimia em quantidade e comercializava.

Além desse serviço, oferecia a compilação de bibliografias, mas para estas parecia não haver custos, em geral atendiam a editais para concurso de ingresso a alguma carreira do funcionalismo público, embora em alguns momentos existam anúncios do serviço disponível para pesquisadores.

Abundam convites para a utilização da biblioteca com quadros ornamentados em que se lê frases como: procure conhecer a administração brasileira estudando na biblioteca do DASP; prepare-se para o seu concurso estudando na biblioteca do DASP; procure sempre conhecer as novas aquisições da biblioteca do DASP.

O boletim também trazia resenhas ou breves resumos sobre obras dentre livros e artigos de revista que tratavam de administração pública, mas com o passar do tempo os assuntos vão se ampliando, não se restringindo apenas a esse tema.

Publicações oficiais recebidas também são sempre listadas, imagina-se que na intenção de notificar os destinatários do boletim sobre a disponibilidade desse material no acervo da biblioteca. É sempre bom lembrar que nada sequer parecido com a *internet* existia na época, por isso os boletins bibliográficos e as bibliografias cumpriam um papel importantíssimo de divulgação e localização de obras.

Em alguns números, o excedente da biblioteca será oferecido em doação, isto é, duplicatas destas publicações oficiais são colocadas à disposição, o que reforça a ideia de que o boletim era enviado a bibliotecas de todo país que poderiam se interessar pelo material ofertado.

Aliás, sobre a distribuição do boletim não há qualquer registro sobre como era feito, cogita-se que fosse enviado para órgãos da administração pública, considerando a especialidade da biblioteca, e entidades de ensino da administração, e assim fazendo circular informações sobre o acervo da biblioteca, os serviços que oferecia e a política de organização que a norteava e que parecia pretender fazer irradiar às demais bibliotecas.

Isso, porque, em diversos números haverá críticas à organização e funcionamento das bibliotecas, e declarada defesa do que a instituição entende por “biblioteca moderna”. Por exemplo, em foto da “Vista da sala de leitura da Biblioteca do DASP”, publicada no fascículo de estreia do boletim, a legenda é a seguinte: “onde os leitores encontram **ambiente moderno** e confortável para realizarem suas pesquisas” (Biblioteca, A, 1944a, p.6, grifo nosso). Ao longo da análise serão apresentados outros exemplos deste discurso de modernidade.

O veículo também é utilizado para comunicar informações aos leitores, são instruções sobre as regras de uso e sobre a utilização do catálogo dicionário, o que era de fato, para época era uma grande inovação, já que reunia todos os catálogos em um só. O comum era a biblioteca manter e alimentar pelo menos três catálogos simultâneos: um de autoria, um de título, e um de assunto; no catálogo dicionário todos os catálogos se juntam permitindo ao usuário buscar num único lugar.

Outra notícia comum é a de estagiários da biblioteca, algumas vezes apresentados apenas em quantidade, e em outros são divulgados seus nomes. Na primeira edição o nome de Lydia Maria de Queiroz Sambaquy configura como uma das qualificadas como bibliotecária. Ao que parece, o treinamento oferecido na biblioteca era parte da formação de bibliotecários em curso pela BN ou em cursos que passaram a ser oferecidos pelo próprio DASP, mas também há registros de estagiários que já trabalhavam em bibliotecas de outras instituições e até mesmo de outros Estados e que encontram nesses treinamentos oportunidade de contato com outras práticas biblioteconômicas.

O curso de formação de bibliotecários da BN foi de importância incontestável para a Biblioteconomia brasileira, e a criação do DASP não só somou como espaço de aprendizagem prática oferecendo campo de estágio como também passou a oferecer um curso de preparação decorrente das ações instituídas pelo decreto-lei 2.166 de maio de 1940 que desdobrava a carreira de bibliotecário em bibliotecário e bibliotecário-auxiliar. A versão acessível do documento em questão é incompleta, mas permite entender que os funcionários efetivos do Ministério da Educação e Saúde, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, enquadrados na função de bibliotecário passaram por uma reestruturação de carreira e àqueles que com o desdobramento da carreira passaram a ocupar a função de bibliotecário-auxiliar foi oferecido um curso de preparação como requisito para serem nomeados para a classe inicial da carreira de Bibliotecário (Brasil, 1940a)

Em 1940, por força do decreto nº 6.416, o DASP passou organizar e oferecer o curso exigido para a nova carreira de bibliotecário, com duração de seis meses e com pelo menos três disciplinas: Catalogação e Classificação; Administração e organização de bibliotecas; Bibliografia e referência; e no qual terão preferência para matrícula os funcionários das últimas classes da carreira de bibliotecário-auxiliar (Brasil, 1940b).

A *Revista do Serviço Público* noticiará o término da primeira turma do curso e não parece exagero considerar que se mais tarde o IBBD será conhecido por seus cursos de preparação profissional, a experiência para tanto terá tido seu início aqui, no curso para adequação da carreira de bibliotecário do DASP, considerando sua estrutura, com aulas teóricas, trabalhos práticos, visitas técnicas, estudos críticos, estágio e verificação do aproveitamento:

A turma teve seis horas diárias de trabalho: 3 dedicadas às aulas e 3 a estágio na biblioteca do D.A.S.P., dirigido e acompanhado pelos professores.

Nos primeiro e segundo bimestres, atendendo gentilmente a convite do coordenador do curso, ofereceram aulas especiais à turma os Srs: Dr. Rubens Borba de Moraes, Diretor da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura da Municipalidade de S. Paulo e o Prof. Ernesto Gietz, bibliotecário da Faculdade de Ciências Exatas da Universidade de Buenos Ayres.

Por diversas vezes foram autorizadas visitas à Biblioteca Nacional, com o fito de proporcionar aos estudantes instrução em ambiente de maior extensão bem como estimular o espírito de cooperação entre profissionais da mesma carreira

[...]

Lecionaram as disciplinas do curso os seguintes professores: Administração de Bibliotecas - Joaquim Rufino Ramos Jubé Junior; Catalogação e Classificação - Lidia de Queiroz Sambaquí (sic); Bibliografia e Referência - Paulo Celso de Almeida Moutinho (Aperfeiçoamento, 1941).

A propósito dos visitantes, a presença dos professores convidados, bibliotecários em formação de outras unidades administrativas, representantes de instituições e do governo, serão sempre noticiadas no boletim, algumas vezes, seguidas, inclusive, de fotografia do indivíduo.

Retomando a análise do “discurso da modernidade”, o segundo fascículo do ano de 1944 trará ilustrações sobre a biblioteca antiga e a biblioteca moderna (ANEXO 1) e na legenda da imagem se lê:

Antigamente... os livros eram manuscritos, raros e preciosos e, porisso cuidadosamente acorrentados às estantes. **O saber era privilégio de poucos.**

Hoje... as bibliotecas fazem questão de emprestar os seus livros para leitores a domicílio e a sua eficiência é avaliada pela quantidade de livros emprestados.

Houve a democratização do saber (Biblioteca, A, 1944b, p.14-15, grifo nosso).

Em passagem com informações aos leitores, sobre a consulta na biblioteca, esclarece:

A biblioteca permite o LIVRE ACESSO dos leitores às estantes, e a consulta de publicações na sua sala de leitura pode ser feita, independentemente de quaisquer formalidades.

Roga-se, entretanto, que o leitor não recoloque nas estantes as obras consultadas (Biblioteca, A, 1944b, p.22, grifo original).

É inquestionável que o livre acesso às estantes era uma grande inovação para época, mas daí a conclusão de que ao tomar essa atitude a biblioteca promoveu a democratização do saber, é um passo muito grande.

O ano era 1944 e em 1940 saía o resultado de um censo populacional, de acordo com o qual, segundo Gil (2022), o país apresentou uma taxa de analfabetismo de 56,70%. É fato, no entanto, que o Rio de Janeiro, teve registrado um índice de alfabetização consideravelmente alto, de 78,87%, fruto dos esforços do governo Vargas na criação de escolas e ampliação de vagas, mas como lembra a mesma autora, esses avanços caminharam paralelamente à ampliação das desigualdades regionais.

Diante disso, é de se considerar que embora uma parte significativa da população carioca pudesse ter relativo acesso à leitura com a modernização das bibliotecas, ainda era bastante prematuro afirmar que o saber deixava de ser privilégio de poucos. Se não era essa uma verdade nem mesmo para a população do distrito federal, que dirá para o restante do país.

Além disso, o Brasil não contava ainda com um parque gráfico notável¹⁸, de modo que a maior parte das publicações eram de língua estrangeira, comprovando-se, portanto, que para acessar, de fato, o acervo da Biblioteca do DASP era preciso ser muito mais que simplesmente alfabetizado.

Por isso é possível interpretar as afirmações considerando o público atendido pela biblioteca do DASP, um público especializado. A lógica parece a seguinte, se o leitor alcançar o nível de acesso a informação que o acervo especializado da biblioteca do DASP tem a oferecer ele disfrutará de uma experiência mais moderna e “democrática”.

Novamente, no fascículo terceiro de seu primeiro ano presencia-se mais um pronunciamento sobre a biblioteca moderna. Num quando em que se destaca o serviço de empréstimo entre bibliotecas, registra-se o seguinte argumento:

¹⁸ A esse respeito desse assunto ver: Hallewell, Laurence. **O livro no Brasil**. 2.ed. São Paulo: EdUSP, 2005.

Biblioteca moderna, isto é, a biblioteca-escola – que existe para bem servir, que procura tirar o maior proveito possível de sua coleção, que tem como objetivo principal conseguir um livro para cada leitor e um leitor para cada um de seus livros – já ergueu definitivamente, no Brasil, alicerces sólidos e promissores. Em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, na Bahia e em outros Estados, já existem bibliotecas modelos que viverão, certamente, a vida de uma semente que já caiu em terra fértil e boa.

E assim, apesar dos dias tumultuosos e incertos que vivemos¹⁹, apesar dos inúmeros empecilhos que existem atualmente para a formação de coleções adequadas de livros, devido às dificuldades ocasionadas pela falta dos meios normais de transporte, aqui já vemos surgir, dia a dia, mais bibliotecas, todas com grande entusiasmo e animadas pelo mesmo interesse de contribuir eficazmente para o progresso cultural do povo brasileiro e, portanto, para o engrandecimento do país em todos os seus aspectos.

[...]

Já é tempo de pensar em unir nossas bibliotecas, por um inteligente, estreito e constante intercâmbio, afim de que, quanto antes, venham a constituir poderosa e eficiente rede bibliotecária servindo a todo o Brasil (Biblioteca, A, 1944c, p.24).

Considerando como certa a distribuição do boletim para outras bibliotecas, essa passagem pode ser lida até como uma espécie de chamamento aos novos tempos. É interessante perceber que as ilustrações literalmente desenhavam o que a instituição considerava um modelo ultrapassado de biblioteca em relação a concepção moderna. A legenda de uma ilustração da mesma edição (ANEXO 2) faz a seguinte afirmação:

Ainda há bem pouco tempo, na biblioteca antiga, entre os leitores e livros existia uma barreira intransponível... e mais o bibliotecário.

Hoje, na biblioteca moderna, os leitores gozam o privilégio do livre acesso às estantes e podem facilmente escolher o livro que necessitam (Biblioteca, A, 1944c, p.26-27, grifo original)

A passagem faz menção a um novo elemento essencial à biblioteca moderna, o bibliotecário moderno.

Tanto que numa das ilustrações da edição de dezembro de 1944 uma bibliotecária jovial de semblante simpático é legendado da seguinte maneira (ANEXO 5): “Na biblioteca moderna o leitor é sempre auxiliado em suas pesquisas e estudos”; contrastando com uma bibliotecária “mal-humorada” que nega auxílio a um leitor (ANEXO 6): “Na biblioteca moderna o leitor nunca deve ser desamparado quando não consegue encontrar por si o que deseja” (Biblioteca, A, 1944f, p.160-161).

¹⁹ É provável que tal afirmação tenha relação com a Segunda-Guerra Mundial, que durou de 1939 a 1945, sendo que o Brasil entrou oficialmente em 1944.

Chama atenção o fato de a Biblioteca do DASP ser essencialmente especializada, mas enfatizar seu caráter público, como se participasse de um esforço para configurar no cenário bibliotecário como uma biblioteca modelo, um padrão a ser seguido pelas demais bibliotecas.

Mais uma evidência desse intuito pode ser observada na edição de agosto e setembro de 1944, em que participa de um projeto de estímulo à instituição da semana do livro infantil:

Há 26 anos que a semana do livro infantil vem sendo celebrada nos Estados Unidos da América [...]

Várias bibliotecas brasileiras, entre elas a do DASP, foram convidadas este ano a reunir esforços aos das bibliotecas americanas para estender a toda a América Latina a Festa do Livro, sob o lema: "Unidos através do livro – o povo, a nação, o mundo. (Biblioteca, A, 1944d, p. 95).

E sob a reprodução de um cartaz da Semana do Livro nos Estados Unidos, registra o seguinte "chamamento": "Organize o catálogo de sua biblioteca de acordo com as normas estabelecidas pela técnica biblioteconômica moderna" (Biblioteca, A, 1944d, p. 98).

Mas por que a Biblioteca do DASP está ultrapassando os limites de sua especialidade, seria uma pergunta, cuja resposta provavelmente seja porque ela é o modelo da vanguarda que se pretendia fazer seguir. A imagem da biblioteca moderna vai se representando ali porque nela se reúne os elementos essenciais à biblioteca moderna, ou seja, o bibliotecário moderno e a técnica biblioteconômica moderna.

Já tendo se apropriado da discussão sobre o livro infantil, chega a vez de a biblioteca moderna afirmar seu papel junto à juventude, à idade adulta e à velhice. Novamente em legendas de ilustrações (ANEXOS 3 e 4) encontram-se as seguintes afirmações:

A biblioteca moderna dedica à juventude o melhor de sua atenção e a mais carinhosa e eficiente orientação.

[...]

Na mocidade, quando a escola dá por terminada sua tarefa, a Biblioteca continua a orientar a todos no seu objetivo principal de promover e incentivar o estudo, a pesquisa e a recreação intelectual.

[...]

Na velhice, os livros continuam sempre como os melhores companheiros e mais fiéis amigos e companheiros e como a única fonte de perene mocidade (Biblioteca, A, 1944e, p. 132-133).

É verdadeiramente impossível não imaginar que esse é um discurso direcionado às elites, pois não seriam poucas as possibilidades de a infância, mocidade e velhice da classe trabalhadora ser representada dessa maneira?

Um novo elemento à biblioteca moderna se soma: é preciso um bibliotecário moderno, técnicas biblioteconômicas modernas e um “leitor moderno”. Se esse é o modelo de biblioteca que pretende instituir, ela certamente será para muito poucos.

Por esses excertos já é possível perceber que a biblioteca instituída pelo decreto de criação do DASP foi há muito superada e se transformou num protótipo ideal de biblioteca moderna, tanto que em 1945, num balanço sobre o ano de 1944 afirmará:

A Biblioteca do DASP, no desejo de realizar realmente o que prega como sendo as normas ideais para o trabalho de uma biblioteca moderna, vem desenvolvendo o melhor de seu esforço a fim de conseguir operar como um verdadeiro laboratório de pesquisas e estudos, como um centro de divulgação da ciência da administração, como perfeito serviço de documentação²⁰ especializada (Biblioteca, A, 1945a).

Definitivamente assumido seu papel de biblioteca moderna modelo, irá promover eventos como conferências sobre as relações entre a educação e a biblioteca, palestras em homenagem a figuras ilustres como Jules Henri Fayol²¹. Esses eventos passam a ser divulgados tanto previamente como posteriormente numa nova seção do boletim chamada *Diário da Biblioteca*, que vai estar presente em praticamente todos os anos de publicação, não existindo em um ou outro número.

Em 1945 ao “discurso da modernidade” soma-se “o discurso do progresso”, a modernidade seria uma espécie de bilhete para o progresso e o modelo de progresso será o da nação estadunidense. Há que se lembrar que a guerra tem seu fim neste mesmo ano e é construída uma espécie de campanha para a construção no imaginário popular dos países de capitalismo dependente que a participação dos Estados Unidos foi decisiva para a vitória dos aliados.

²⁰ Cabe registro que essa foi a primeira menção ao termo documentação encontrado na publicação e posteriormente não houve outras menções até meados de 1950.

²¹ Fundador da teoria clássica da administração e autor de *Administração Industrial e Geral*, editado em 1916.

A influência cultural estadunidense já era suficientemente marcante no país, pois como relata Alves (1999) desde os anos que antecederam a 2ª Guerra Mundial, o governo estadunidense com apoio de seu empresariado havia planejado uma estratégia de penetração cultural na América Latina cujo objetivo era a conquista de mercado e o alinhamento políticos de seus países, e cuja execução se deu a partir da criação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, que funcionou de 1940 a 1946, destinado a coordenar as relações econômicas e culturais com os países do sul tendo em vista a consolidação de seu país como grande potência. Investimentos em projetos nas áreas de informação, educação, saúde e alimentação tinham como principal finalidade criar a ideia de que a preocupação dos Estados Unidos com os países do sul estava imbuída do espírito “de solidariedade hemisférica”. Uma tática comum adotada era a de providenciar a ida de profissionais e estudantes latino-americanos para conhecer (e sobretudo admirar) o “alto nível” daquela civilização, funcionando como difusores das “maravilhas” lá encontradas, quando de seu regresso.

No âmbito da Biblioteca do DASP, considerando as viagens de estudos empreendidas por seus funcionários, as afirmações da autora podem ser confirmadas numa espécie de editorial de uma das edições daquele ano, intitulado “O livro e civilização americana”:

O esplendor da civilização norte-americana que todos os povos admiram, muito deve à modelar organização bibliotecária da grande nação amiga.

Partindo do princípio que o livro é o mestre insubstituível, trataram os norte-americanos de criar a mais perfeita acústica para os seus ensinamentos, isto é, planejam tirar o máximo rendimento de seu patrimônio livresco.

Atrair leitores para os seus livros é um dos lemas capitais das bibliotecas americanas. Através de perfeito serviço bibliotecário, milhões de pessoas são minuciosa e seguramente informadas das atividades da ciência e da arte em todos os seus setores. Desse contacto com as iniciativas dos técnicos nascem novos interesses, novas colaborações, novos empreendimentos, tornando-se o ambiente de trabalho dos Estados Unidos, esse prodígio de realização que todos conhecemos.

No Brasil, a moderna Biblioteconomia caminha de modo satisfatório.

Os antigos depósitos de livros transformam-se em núcleos de leitura e de estudo, ativos e eficientes (Biblioteca, A, 1945b, p.1)

Numa outra edição, ainda em 1945, noticia-se o recebimento de um livro sonoro de uma instituição estadunidense não identificada e critica-se as bibliotecas brasileiras que não entenderiam esse material como importante: “[...] ao que parece as bibliotecas brasileiras ainda ignoram o livro sonoro, o que vale dizer, contam com um elemento a menos, e ponderável para a utilização integral de sua prodigiosa capacidade de servir” (Biblioteca, A, 1945c, p.72).

Sobre isso cabe a reflexão: seria o caso de essas bibliotecas que o ignoram serem desprovidas de recurso tanto para o material em si como para com o equipamento necessário para poder de fato acessar seu conteúdo? Novamente a crítica parece reducionista e simplória, a complexidade da sociedade em que se insere parece muitas vezes ignoradas pela instituição.

Reforçando a interpretação de que a Biblioteca do DASP se apresenta como modelo, seus manuais de serviço passam a ser divulgados no boletim, a ideia é oferecer parâmetros para que outras bibliotecas os utilizem como exemplos na elaboração de seus próprios manuais.

E a divulgação dos feitos da biblioteca, seja através de seu boletim, das visitas e estagiários recebidos, vai consolidando sua reputação de modelo, tanto que a partir de 1947, passará a ser divulgado no boletim uma lista de bibliotecas orientadas pela biblioteca do DASP, ou seja, a partir de então a Biblioteca do DASP passa a exercer trabalhos de assessoria técnica para outras bibliotecas.

Já em fins dos anos 1940, o conteúdo do boletim deixa de ser meramente informativo e noticioso e passa a configurar-se como ferramenta de trabalho, com diversas instruções, esquemas, ilustrações que demonstram como organizar, planejar e executar tarefas. Há ilustrações, por exemplo, sobre “qual o trabalho do chefe”, ou “em que consiste a função de administrar”. Começam a surgir artigos propriamente ditos, textos mais elaborados sobre assuntos que dizem respeito à Biblioteconomia, e as traduções de textos como “A formação do bibliotecário” originalmente publicado em francês sob título “Le role des bibliothèques publiques dans l’éducation des adultes” e “As bibliotecas especializadas” de autoria de Armand Boutillier du Retail demonstram uma novidade, a influência europeia na Biblioteconomia defendida pela Biblioteca do DASP.

Isso provavelmente se deve à criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Vale recapitular que a criação da UNESCO remonta a Liga das Nações, instituída a partir do Tratado de Versalhes, que encerra oficialmente a I Grande Guerra e entra em vigor no dia 10 de janeiro de 1919, tendo como propósito a manutenção da paz. Contando com a cooperação das Associações Internacionais, e subordinado à Liga das Nações é criado o Comitê Internacional de Cooperação Intelectual, e em 1925 funda-se o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual como agência executora do Comitê. A Segunda Guerra dissolverá toda esta estrutura, mas com seu fim em 1945 será criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e o espólio do Comitê substanciará a criação da UNESCO. Fato importante é que a criação e desenvolvimento do Comitê teve forte influência da Documentação, “movimento intelectual”

desenvolvido por Paul Otlet e Henri La Fontaine, que deu origem ao Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), posteriormente transformado em Federal Internacional de Documentação (FID)²².

O contato de Biblioteca do DASP com a UNESCO é também comprovado pela participação de pelo menos cinco de seus funcionários na "Conferência Latino-Americana de Bibliotecários": Alice Nasser, Cadem Soriano Monssatche, Irene Telles de Aquino na condição de observadores; e Lydia de Queiroz Sambaquy compondo a delegação brasileira.

A conferência promovida pela UNESCO e realizada em São Paulo entre os dias 3 e 12 de outubro de 1951, teve como objetivo principal o desenvolvimento dos serviços de bibliotecas públicas na América Latina. Seus participantes divididos em quatro comissões que discutiram as seguintes temáticas: "Desenvolvimento dos serviços de bibliotecas públicas no plano regional ou nacional"; "Necessidade da ação interamericana para o desenvolvimento das bibliotecas públicas"; e "Serviços de bibliotecas públicas para crianças" (a quarta comissão teria se juntado à terceira no decorrer dos trabalhos).

A edição de 1951-1952 de *A Biblioteca* dedicou-se, exclusivamente, a registrar os assuntos discutidos no evento e suas recomendações. Ocorre que dentre as recomendações da Comissão II, uma delas intitulada Centros Bibliográficos, chama atenção:

III – Centros bibliográficos

1) Que todos os países da América Latina criem Centros Bibliográficos Nacionais ou Regionais, conforme sua necessidade.

Êstes Centros devem desempenhar as seguintes funções:

- a) - preparar bibliografias nacionais e regionais anualmente;
- b) - recompilar uma bibliografia retrospectiva nacional;
- c) - fomentar e preparar bibliografias especiais;
- d) - preparar um catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do país;
- e) - compilar guias das fontes de informação;
- f) - cooperar internacionalmente no campo da bibliografia;
- g) - recompilar uma bibliografia de bibliografias e fazer publicações que atualizem a "Bibliography of Latin American Bibliographies";
- h) - realizar a catalogação analítica das publicações periódicas e editar índices correspondentes.

2) Recomendar a OEA e a UNESCO a publicação de Manual de Serviço, que sirva de guia para a formação e coordenação do trabalho indicado.

²² O assunto é tratado mais detalhadamente na seção *Antecedentes da Ciência da Informação Brasileira*, da dissertação da autora.

3) Que ao pôr em prática a criação do Centro Bibliográfico Piloto, que a UNESCO tem em estudo, considera que os delegados do Brasil e Guatemala tenham manifestado que seus países veriam com agrado serem eleitos para a realização do projeto (Biblioteca, A, 1951-1952, p.48, grifo original)

A afirmação de que o trecho das recomendações chama atenção deve-se ao fato de que no ano seguinte a sua publicação, em 1953, Lydia de Queiroz Sambaquy e Janice de Monte Mor, partem em viagem para treinamento no exterior, cujo retorno após dez meses de viagem será divulgado da seguinte maneira:

A "A Biblioteca" tem o maior júbilo em registrar o regresso da Europa e dos Estados Unidos da Bibliotecária Lydia de Queiroz Sambaquy e de Janice de Monte Mór, funcionária da Fundação Getúlio Vargas, para onde foram agraciadas com bolsas de estudo, fornecidas pela U.N.E.S.C.O., a fim de estudar detalhadamente a organização dos Centros bibliográficos, europeus e americanos.

Após o afastamento de dez meses de nosso convívio, Lydia de Queiroz Sambaquy, e Janice, voltam ao Brasil com vivo entusiasmo e novas idéias que **visam a criação**, entre nós, **de um Centro Bibliográfico Brasileiro**. Essa idéia, que já se vinha fazendo necessária, encontrou grande aceitação entre os centros de estudos, tais como: Conselho Nacional de Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas, Instituto Oswaldo Cruz, Museu Nacional, etc.

Levando em aprêço a forma pela qual se desencumbiu da tarefa que lhe foi atribuída na Europa e nos Estados Unidos "A Biblioteca" apresenta ao S.I.C., na pessoa de sua lídima representante, D. Lydia de Queiroz Sambaquy, os sinceros parabens e votos de feliz realização (Biblioteca, A, 1953, p.15, grifo nosso).

Nota-se no texto a afirmação de que a ideia de um centro bibliográfico já há muito vinha se fazendo necessária. Contudo, a Bibliografia enquanto ciência nunca foi defendida pela Biblioteca do DASP como fundamento da biblioteca moderna da qual era modelo. Os fundamentos da biblioteca moderna identificados no discurso da Biblioteca do DASP sempre foram o livre acesso ao acervo; a total atenção às necessidades dos leitores; e a cooperação entre bibliotecas. Não se nega, no entanto, que a bibliografia era oferecida como serviço, haja vista as inúmeras notificações de bibliografias compiladas; distribuída como produto aos seus leitores; e oferecida como disciplina em seu curso, ou seja, não se ignorava sua existência, nem sua importância, mas ela não se mostrou no discurso como sendo um elemento estruturante da concepção da biblioteca moderna.

Ainda assim, há que se reconhecer que a Biblioteca do DASP manteve-se na vanguarda do conhecimento biblioteconômico, aplicando e ensinando sobre técnicas realmente inovadoras como a confecção do catálogo dicionário; a utilização do Código Decimal de Dewey (CDD) na organização

do acervo (há registros, inclusive, de esforços de tradução e grupos de estudos para a adaptação do referido código à realidade brasileira); o aprimoramento do serviço de referência, que junto da bibliografia era objeto de estudo e ensino no curso de formação; a cooperação entre bibliotecas com a criação do SIC; e principalmente a quebra de paradigmas sobre a relação bibliotecário-leitor. E não se pode negar que a expertise acumulada na coordenação destes trabalhos possa ter levado a então diretora da Biblioteca do DASP ser encarregada de executar a recomendação da Conferência Latino-Americana de Bibliotecários.

Mas também é inegável que o cenário aponta para a luta concorrencial pelo monopólio da autoridade cujo resultado foi a concepção, criação e implantação do IBBD.

4.2 A Bibliografia, a Documentação Científica e a Ciência da Informação: a gênese da fórmula

Se é fato que a Bibliografia não era pauta de relevo no discurso da Biblioteca do DASP registrado em seu boletim, também é fato que um serviço de bibliografia já havia funcionado no Brasil muitos anos antes.

Ocorre que em 1899, o Brasil registrava sua participação no IIB e Manuel Cícero Peregrino da Silva, então presidente da BN, se mostrava o principal entusiasta dos ideais do referido instituto no país e, tanto que no regulamento da BN, quando faz constar o funcionamento de um serviço bibliográfico, fica claro seu alinhamento direto com o IIB²³:

IX - SERVIÇOS DE PERMUTAÇÕES INTERNACIONAES E DE BIBLIOGRAPHIA E DOCUMENTAÇÃO

Art. 134. A Bibliotheca Nacional é o estabelecimento brasileiro encarregado de dar execução ao serviço de permutações internacionaes.

Art. 135. Além dos documentos officiaes e das obras publicadas por ordem do Governo, conforme foi estatuido na Convenção de Bruxellas de 15 de março de 1886, a Biblioteca enviará a cada um dos paizes, que tomaram parte na Convenção ou a ella adheriram ou ainda a outros paizes, que fôr conveniente accrescentar, publicações que possam tornar conhecido o Brazil e das quaes adquira exemplares em numere sufficiente, distribuindo-os pelas principaes instituições desses paizes, de conformidade com a natureza de cada uma.

²³ O assunto é tratado mais detalhadamente na seção *O Instituto Internacional de Bibliografia e a Biblioteca Nacional*, da dissertação da autora.

Art. 136. Como estação intermediaria, a Bibliotheca estenderá a quaesquer paizes a sua interferencia, incumbindo-se gratuitamente de:

1º, encaminhar aos diversos estabelecimentos estrangeiros, encarregados desse serviço, as remessas provenientes de instituições scientificas, litterarias, etc., e destinadas a instituições semelhantes;

2º, enviar directamente às instituições dos paizes, onde não houver estação intermediaria, as publicações que lhes forem destinadas;

3º, receber do estrangeiro e fazer entregar no Brazil as que procederem daquelles estabelecimentos ou instituições, dando prévio aviso aos destinatarios e enviando-as pelo correio, quando esse meio de transporte fôr autorizado.

Art. 137. O serviço de bibliographia e documentação, em correspondencia com o do Instituto Internacional de Bibliographia de Bruxellas, abrangerá:

1º, a organização, segundo o systema de classificação decimal e por meio de fichas, do repertorio bibliographico brasileiro como contribuição para o repertorio bibliographico universal, de modo a comprehender as obras de autores nacionaes ou estrangeiros, impressas ou editadas no paiz, as de autores nacionaes, impressas no estrangeiro ou ineditas e as de autores estrangeiras que se occuparem especialmente do Brazil, incluidos os artigos insertos em publicações periodicas e os escriptos de qualquer natureza;

2º, a impressão dessas fichas para serem expostas à venda ou permutadas por fichas de repertorios estrangeiros;

3º, a aquisição de um exemplar de cada uma das fichas que constituem os repertorios estrangeiros, já organizados e que se forem organizando;

4º, a cooperação da Bibliotheca na organização do repertorio-encyclopedico universal;

5º, a organização do catalogo colectivo das bibliothecas brazileiras;

6º, o uso publico dos repertorios e do catalogo colectivo (Brasil, 1911).

Em 1921, no entanto, com o fim da gestão de Peregrino, os serviços de bibliografia da BN parecem perder espaço na instituição. O Boletim Bibliographico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, principal produto bibliográfico, iniciado em 1918, será encerrado assim como a cooperação com o IID. Na interpretação de Fonseca (1973, p.42), a partir de então, “A Biblioteca Nacional voltou a aquietar-se em medíocre repartição pública, deixando de ser a instituição dinamicamente cultural que foi durante as administrações de Benjamim Franklin Ramiz Galvão e Manuel Cícero Peregrino da Silva”.

Em publicação de 1954 atendendo a pedido de Aída Furtado, chefe da Biblioteca do DASP, Maria Antonieta de Mesquita Barros, diretora da Divisão de Aquisição da BN, faz um apanhado histórico do *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*, confirmando que sua publicação foi encerrada em 1921, teve uma publicação isolada em 1939, foi reorganizado em 1945 e retomado em 1947, seguindo ativo até aquele momento (Barros, 1954, p.2.-5).

Há um grande hiato, portanto, entre o reconhecimento da importância da Bibliografia para objetivos maiores do que o simples arrolamento de obras sobre um determinado assunto, já que só no início da década de 1950 ela se destacará no discurso como instrumento de desenvolvimento.

Tanto é assim, que até o trabalho de simples arrolamento não seguia padrões compartilhados, e não aparece como objeto de estudo e discussão em comparação com outras técnicas biblioteconômicas adotadas pela Biblioteca do DASP.

Situação esta que transparece nas recomendações apresentadas por Jorge Abrantes²⁴, relator do tema *Bibliografias*, do I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia²⁵:

- 1) Que seja criada uma Comissão composta de entidades e especialistas, membros da Comissão Nacional de Bibliografia com o fim de estudar a unificação das normas de compilação bibliográfica.
- 2) Que seja feita pela Comissão Nacional de Bibliografia uma coleta de repertórios bibliográficos existentes no país, para facilitar aquela tarefa e servir de base a uma Bibliografia das Bibliografias brasileiras.
- 3) Que os estudos para a padronização do ensino da biblioteconomia dêem relevo aos aspectos gerais e históricos da bibliografia e a prática de compilação bibliográfica.
- 4) Que seja editada uma revista brasileira de bibliografia de preferência pela CNB e pelo I.B.B.D. ou uma Seção de bibliografia numa revista brasileira de biblioteconomia.
- 5) Que sejam mimeografadas as "Normas para la preparación de bibliografía para escritos científicos" elaborados na reunião técnica de bibliotecários agrícolas em Turrialba - Costa Rica.
- 6) Que a Comissão Nacional de Bibliografia concretize o quanto antes a sugestão do consultor da UNESCO senhor Herbert Coblans, no sentido da distribuição, em todo Brasil, de uma lista dos nomes dos autores brasileiros que não devem entrar pelo último sobrenome.
- 7) Que seja dirigido ao Senhor Herbert Coblans, em nome dêste Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia um voto em louvor e agradecimento pelo valioso trabalho que realizou no Brasil, especialmente quato à sua contribuição ao desenvolvimento da bibliografia em nosso país (Furtado, 1954, p.16-17).

²⁴ Jornalista, também diplomado em curso de especialização da BN, teve participação na criação de um curso para bibliotecários na Prefeitura do Recife, com o apoio do então reitor da Universidade do Recife, onde passa a lecionar a disciplina de Referência e Bibliografia (Gaspar, 2010?).

²⁵ I CBBB, porém à época ainda não havia incorporado o termo Documentação a sua identificação, fato que ocorrerá somente a partir de sua segunda edição em 1959.

Todo o ambiente favorável à Bibliografia que vai se construindo no início da década de 1950 no Brasil, culminará na criação do IBBD em 1954. Para Santos e Venâncio (2016, [p.2]):

[...] a formação de um centro de bibliografia e documentação foi fruto de articulações ocorridas num momento político e social propício, no qual atores sociais engajados na formalização de um novo campo do saber voltado para a área do tratamento, recuperação e disseminação da informação contida nos documentos conseguiram expressar suas demandas junto ao Estado e a um órgão internacional. Obviamente, a conjuntura política brasileira era favorável a isso, na medida em que havia um desejo do Estado em promover o desenvolvimento tecnológico e científico nacional.

Dentre os atores aos quais os autores se referem destacam-se Luiz Simões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Levi Carneiro, presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC); Paulo Carneiro, representante do Brasil na UNESCO; e Lydia Sambaquy. Oddone (2006), também lembra que intensos embates foram travados entre Lydia Sambaquy e Herbert Coblans, representante da UNESCO, sobre a concepção da entidade. E esse embate é a própria demonstração da luta concorrencial pela autoridade intelectual que definirá os moldes da instituição.

O CNPq também teve partido nas negociações e junto da FGV e determinou funções importantes do IBBD. É importante lembrar que a FGV é criada no âmbito do DASP, em 1944, para dedicar-se

[...] ao estudo e à divulgação dos princípios e métodos da organização racional do trabalho e ao preparo de pessoal qualificado para a administração pública e privada, mantendo núcleos de pesquisas, estabelecimentos de ensino e os serviços que forem necessários, com a participação dos órgãos autárquicos e paraestatais, dos Estados, Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, dos estabelecimentos de economia mista e das organizações privadas (Brasil, 1944).

E o CNPq, era entidade recém criada, em 1951, com a finalidade de “[...] promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento” (Brasil, 1951).

Por essas descrições já é possível supor que a atividades do IBBD estariam diretamente relacionadas aos interesses da FGV e CNPQ, ou seja, “preparo de pessoal qualificado para a administração pública e privada” e o “o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica”.

O que se comprova em seu decreto de criação:

Parágrafo Único - O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) **executará o seu programa de atividades de acordo com os objetivos e interesse do Conselho Nacional de Pesquisas, do Departamento Administrativo do Serviço Público e da Fundação Getúlio Vargas**, tendo em vista, principalmente:

- a) - publicação de boletins bibliográficos;
- b) - prestação de serviços de referência especializados;
- c) - manutenção de serviço de catalogação cooperativa;
- d) - organização de um catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do País;
- e) - preparação de bibliografias especiais, solicitadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, pela Fundação Getúlio Vargas, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e entidades colaboradoras do Instituto;
- f) - publicação de guias gerais das fontes de pesquisas bibliográficas;
- g) - cooperação, no campo da pesquisa do intercâmbio bibliográfico e da documentação com as entidades especializadas pelo País e do exterior.
- h) - manutenção de foto e reprodução.
- i) - **desenvolvimento de cursos de formação e aperfeiçoamento em biblioteconomia e documentação** (Brasil, 1954, grifo nosso).

A presidência do instituto será de responsabilidade de Lydia de Queiroz Samabaquy e, considerando a influência e respeitabilidade por ela já conquistadas, não tardará para que o IBBD fosse rapidamente conhecido como referência pela comunidade bibliotecária.

Embora ainda bastante recente, a existência e responsabilidade do IBBD já será pauta do I CBBB, realizado em julho de 1954, sendo citado nas recomendações dos relatores, Edson Nery da Fonseca e Myriam Gusmão de Martins, para o tema “Processos técnicos” do evento:

[...]

5) Que as bibliotecas brasileiras colaborem efetiva e regularmente com o Catálogo Coletivo do I.B.B.D.

6) Que o IBBD auxilie as bibliotecas estaduais ou outras bibliotecas interessadas a organizarem Catálogos coletivos estaduais ou regionais

[...]

13) Que o catálogo coletivo do I.B.B.D regulamente e desenvolva o empréstimo interbibliotecário no Brasil (Furtado, 1954, p.12).

No ano seguinte a sua fundação, o IBBD passará a publicar o *Boletim informativo do IBBD*, que seguindo os moldes do que era o boletim *A Biblioteca* para a Biblioteca do DASP, contará com quadros com “publicidade” sobre o IBBD, tais como: “O IBBD oferece aos cientistas e pesquisadores os seguintes serviços”; “Vantagens do uso pelas bibliotecas das fichas impressas pelo SIC”; “Serviço de Intercâmbio de Catalogação”; “Catálogo Coletivo do IBBD”; “Como encomendar uma bibliografia do IBBD”; “A Assistência Técnica oferecida pelo IBBD às bibliotecas especializadas”; “Para facilitar

seus estudos e pesquisas” etc.; além da divulgação de visitas ilustres com maior ou menor ênfase a depender da notoriedade do visitante.

Alguns artigos também compõem a publicação e, em geral, tendem sempre a divulgação e reconhecimento do papel do IBBB para o desenvolvimento da ciência brasileira, sendo exemplo as seguintes produções: “É preciso saber”²⁶, “Uma questão de nomenclatura”²⁷; “Os problemas bibliográficos do cientista e o IBBB”²⁸, “O IBBB e os serviços que se propõe a prestar”²⁹, “Normalização da documentação”³⁰; “Catálogo Coletivo de Periódicos”³¹; “A biblioteca do IBBB”³²; “A profissão do Bibliotecário”³³. Ao longo dos anos os artigos deixam de ser apenas publicidade e passam a divulgar atividades bibliotecárias e de documentação como um todo e a acolher, também, relatos de experiência de outras instituições, destacando-se: “Catalogação de artigos de revistas na Biblioteca do Instituto de Eletrotécnica da USP”³⁴; “A contribuição da Biblioteconomia para o progresso científico”³⁵; e os trabalhos apresentados no Simpósio de Biblioteconomia como parte da programação da IX Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)³⁶

Há, na maioria dos fascículos, uma seção dedicada à divulgação de eventos científicos que se realizarão no Brasil e exterior, sendo que em alguns números restringem-se aos eventos relacionados à Documentação e em outros a qualquer área da ciência. Além disso, algumas bibliografias são divulgadas na íntegra: “Bibliografia de bibliografias”; “Bibliografia de Documentação”; “Bibliografia dos trabalhos e estudos realizados com auxílio do CNPq” etc.

Como já apresentado, a criação do IBBB também previa a responsabilidade pelo “desenvolvimento de cursos de formação e aperfeiçoamento em biblioteconomia e documentação” (Brasil, 1954) e em

²⁶ De autoria de Lygia de Queiroz Sambaquy, no v.1, n.1, jan./fev. 1955, p.5.

²⁷ De autoria de Edson Nery da Fonseca, no v.1, n.1, jan./fev. 1955, p.19-20. Discorre sobre a situação dos bibliotecários quanto à denominação de sua técnica: Biblioteconomia, Bibliotecologia, Bibliologia, Biblioteconomia e Ciência Bibliotecária.

²⁸ De autoria de Lygia de Queiroz Sambaquy, no v.1, n.2, mar./abr. 1955, p.33-34.

²⁹ De autoria de Lygia de Queiroz Sambaquy, no v.1, n.4, jul/ago. 1955, p.125-132.

³⁰ De autoria de Edson Nery da Fonseca no v.2, n.1/2, jan./abr. 1956, p.15-24. Consta citações de definições para documentação assumidas pelo IBBB.

³¹ De autoria de Lygia de Queiroz Sambaquy, no v.2, n.1/2, jan./abr. 1956, p.25-33. Descreve como a elaboração de um catálogo coletivo de periódicos pelo professor Paulo Sawaya, como um dos fatores que impulsionou a idealização do IBBB.

³² De autoria de Lygia de Queiroz Sambaquy, no v.2, n.3, maio/jun. 1956, p.79-81

³³ De autoria de Lygia de Queiroz Sambaquy, no v.2, n.6, nov./dez. 1956, p.335-340

³⁴ De autoria de A. C. Guarnieri no v.3, n.1/2, jan./abr. 1957, p.31-36.

³⁵ De autoria de Paulo Sawaya no v.3, n.3/4, maio/ago. 1957, p.143-154.

³⁶ De autoria de Lygia de Queiroz Sambaquy, no v.3, n.5/6, set./dez. 1957, p.253-261.

1955 é oferecido o primeiro curso de Pesquisas Bibliográficas em Ciências Naturais que, conforme divulgação da época:

[...] será o primeiro de uma série programada pelo IBBD, para serem realizados em colaboração com a Biblioteca Nacional. Os outros da série serão: Cursos de Pesquisas Bibliográficas em Ciências Físicas e Matemáticas, em Ciências Médicas, e em Ciências Sociais.

Tratarão esses cursos, especialmente, dos problemas relacionados com a literatura científica, a organização bibliográfica, intercâmbio de informações técnico-científicas etc.

[...]

Com a realização desses cursos, estará o IBBD contribuindo, na medida do possível, para que se crie, se desenvolva e se generalize uma nova concepção do que podem realizar as bibliotecas e os centros de documentação em prol do desenvolvimento da ciência e da tecnologia (Boletim, 1955b, p. 240).

Para 1957 e 1958 novos cursos são anunciados pela instituição: “Três cursos serão iniciados em 1957, por iniciativa do IBBD: 1) Pesquisas bibliográficas em Ciências Físicas e Matemáticas; 2) Pesquisas bibliográficas em Ciências Médicas; 3) Pesquisas Bibliográficas em Ciências Naturais”. (Boletim, 1956, p.287) e “O IBBD está planejando, para 1958, além dos cursos realizados em 1957 – isto é: Pesquisas Bibliográficas em Ciências Físicas e Matemáticas, Ciências Naturais e Ciências Médicas – o de Pesquisas Bibliográficas (*sic*) em Tecnologia” (Boletim, 1957, p.214-215).

Ao que tudo indica, os conceitos bibliográficos começavam a se mostrar insuficientes para a prestação de serviços tão especializados e um novo arcabouço teórico precisava dar conta das inovadoras práticas propostas pelo IBBD. Segundo Fonseca (1973) e Oddone (2005 e 2006), ainda em 1956, Lydia Sambaquy, Edson Nery da Fonseca e outros profissionais do corpo técnico do IBBD tomariam contato com os ideais da FID e, com a colaboração do bibliotecário Octavio Calazans Rodrigues, descobririam uma referência nacional sobre as questões que envolviam a Documentação, ou seja, as relações empreendidas por Cícero Peregrino da Silva entre a BN e o antigo IIB, precursor da FID. A Documentação no contexto da FID começa a se propagar no meio biblioteconômico por todo país e o novo regime de informação desenvolvido pelo IBBD passa a articular-se a novos atores e ambientes de discussão propriamente científicos.

Corroborando essa interpretação, a constatação da participação ativa do IBBD desde 1956 até o início da década de 1970, nas Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), promovendo nos primeiros anos (1956-1958) os Simpósios de Bibliografia e Documentação Científica, passando em seguida a coordenar uma das Seções das Reuniões (Seção T, 1961-1970;

Seção X, 1971; Seção N, 1973) sempre dedicada à Documentação e/ou Informação Científica³⁷.

Sobre o novo regime de informação desenvolvido pelo IBBD, cabe nota a visita, a convite, do Professor Jesse Hauk Shera, que no mês de agosto de 1957 ministrou curso no IBBD obedecendo o seguinte programa:

1. Documentação, suas finalidades e características, suas relações com os processos de comunicação de ideias e com a Biblioteconomia;
2. As características dos registros gráficos – a literatura de pesquisa, publicações científicas e relatórios de pesquisas científicas;
3. Forma bibliográfica – Teoria da bibliografia e sua relação com as práticas bibliográficas da documentação;
4. Tipos de organização bibliográfica – o índice, o catálogo, o “abstract”, o ensaio bibliográfico;
5. Problemas de indexação, “abstracting”, e existentes na preparação de ensaios bibliográficos;
6. Organização das publicações. Classificação;
7. Teoria da classificação – consideração histórica;
8. Sistemas modernos de classificação;
9. Outros métodos de localização e sistematização das informações;
10. Mecanização bibliográfica;
11. Futuro da classificação;
12. Linguagem e outras formas de simbolismo;
13. Reprodução de publicações – Técnicas: fotográficas e de “near-print”;
14. Preparação e edição de manuscritos;
15. Divulgação e distribuição;
16. Problemas especiais de manuseio de outros tipos de materiais para documentação – filmes, gravações, materiais de arquivo etc.;
17. Problemas gerais de organização e administração;
18. Técnicas de avaliação – a necessidade do desenvolvimento da pesquisa;
19. Cooperação em âmbito local e regional;
20. Cooperação em âmbito internacional;
21. Treinamento de documentalistas (Boletim, 1957, p.214).

O curso do professor Shera merece atenção porque seu nome será reconhecido na área até os dias atuais, sobretudo por um capítulo de livro publicado em 1980 em que busca identificar relações entre a Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, e chama atenção sua afirmação de que “a Documentação é simplesmente uma forma ou aspecto da Biblioteconomia; trata-se, como dito em outro trabalho, “de Biblioteconomia em tom maior” (Shera, 1980, p.98).

³⁷ Em consulta ao repositório das reuniões anuais da SBPC. Disponível em:
<<https://sbpcacervodigital.org.br/handle/20.500.11832/3>>. Acesso em: 10 jan. 2024

O outro trabalho a que se refere data de 1956, apenas um ano antes de seu curso cujo conteúdo, aqui citado integralmente, parece demonstrar seu entusiasmo com a Documentação.

A década de 1950 já avança mais da metade, e alguns recursos de mecanização das atividades biblioteconômicas e documentárias surgiam (como o uso de fichas perfuradas). A mecanização viria ser tida como impulsionadora de uma nova realidade no ambiente bibliotecário e documental, mas ainda não se identifica nem no discurso do IBBD nem nas aulas e palestras de convidados estrangeiros. Além disso, como se vê no curso do professor Shera, não é feita qualquer menção à Ciência da Informação ou cientistas da Informação. Ao contrário, as palavras de ordem são bibliografia, documentação, documentalistas.

Ainda assim, não se pode ignorar que logo no início da década seguinte ocorre, em 12 e 13 de outubro de 1961 e em 12 e 13 de abril de 1962, o que ficou conhecido como “Conferências do Georgia Institute of Technology”, cujas conclusões enfatizavam três pontos:

- 1- o crescimento da ciência da informação e a necessidade em quantidade e qualidade de profissionais da área;
- 2- o reconhecimento e distinção de três tipos de profissionais atuando no campo:
 - **bibliotecário de ciência**, habilitado em ciência mas, não necessariamente detentor de um saber aprofundado, e com conhecimento em literatura científica. Difere do analista de literatura técnica em dois aspectos: a) está qualificado para lidar com os problemas associados às operações de uma biblioteca e b) faz buscas na literatura científica mas não avalia o conteúdo desta literatura. O analista interage com a informação dos livros, enquanto o bibliotecário interage com o livro;
 - **analista de literatura técnica**, treinado em um campo técnico substantivo, acrescenta ao que o campo provê um conhecimento técnico e por meio desse conhecimento, faz indicação de literatura técnica. Pode analisar a literatura para pesquisadores que investigam problemas na área de sua especialidade. Além disso, no nível mais elevado de qualificação, pode fazer síntese da literatura;
 - **cientista da informação**, estuda e desenvolve os estoques e a recuperação da informação, apresenta soluções para os problemas de informação e tem interesse na informação por si mesma.
- 3- o reconhecimento de que o pessoal necessita, para sua qualificação, dispor de programas variados, e que, portanto, deve-se formulá-los. (Garcia, 2002, grifo original).

Sobre o evento em tela, Shera (1980, p.96) afirma:

Na conferência sobre a formação de especialistas em Ciência da Informação, realizada no Georgia Institute of Technology, na primavera de 1962, os delegados reunidos decidiram que deviam evitar os termos "documentação" e "documentalista", pela grande diversidade de formas em que eram empregados e pelas numerosas interpretações que lhes dão. [...]. Diante da vacuidade da palavra "documentação", a Conferência de Geórgia definiu cinco categorias de pessoal: os bibliotecários, os bibliotecários especializados, os bibliotecários científicos, os analistas de publicações técnicas e os especialistas em Ciência da Informação, expressão que designa melhor os pesquisadores do que os técnicos. [...]

Mas a condenação definitiva da palavra "documentação" parece dever-se à negativa da ALA em incluí-la no título de sua nova Information Science and Automation Division e ao exame, agora, pelo American Documentation Institute, de uma proposta destinada a rever seus estatutos, a fim de que o ADI se denomine, aqui por diante, America Society for Information Scientists.

O fim da década de 1950 será de crise financeira no IBBD, em algumas passagens como em “O IBBD e os serviços que se propõe a prestar”, “O IBBD em 1956” e “Alguns pontos do programa de trabalho do IBBD para 1958”³⁸ apresentados no *Boletim informativo do IBBD* são relatadas dificuldades financeiras que prejudicaram a expansão de suas atividades, bem como a continuidade de certos serviços, de realizações de eventos e, provavelmente, por essa razão a extinção do próprio boletim.

Contudo, a publicação *A Biblioteca* seguiu sendo publicada até 1959 e em 1958, são publicadas traduções para a definição de “Documentação” apresentada no “Tratado de documentação” e “O que ensinam os autores: concepção de biblioteca” ambos textos de autoria de Paul Otlet³⁹ e de “O que documentação” de Suzane Briet⁴⁰.

Naquele mesmo ano *A Biblioteca* noticiará a realização do III Simpósio de Bibliografia e Documentação Científica⁴¹, no qual teria sido, inclusive, definido o temário para o II CBBB:

³⁸ v.1, n.4, jul./ago. 1955, v.3, n.1/2, jan./abr. 1957 e v.4, n1/2, 1958, respectivamente.

³⁹ Ambos de autoria de Dejá (sic), publicados no v.15, n.1, jan./mar. 1958 e v.15, n.2, abr./jun. 1958, respectivamente.

⁴⁰ De autoria de Dejá (sic), no v.15, n.2, abr./jun. 1958.

⁴¹ Sabe-se que é o III pela transcrição de uma comunicação nele apresentada publicada em *A Biblioteca*, no n.11, jan./mar. 1959.

A Associação Paulista dos Bibliotecários promoveu em julho do ano corrente, um Simpósio de Bibliografia e Documentação Científica, no propósito de incrementar as relações entre os bibliotecários e os cientistas. A esse conclave compareceram representantes de diversos estados do Brasil, abordando vários temas relacionados com o assunto que determinou a reunião, cujo tema principal foi "O preparo de bibliografias especializadas (Biblioteca, A, 1958).

Apesar do reconhecimento do IBBD, um artigo de Edson Nery da Fonseca, na publicação irá trazer à tona as dificuldades ainda existentes na aceitação da Documentação no meio bibliotecário, ao afirmar que "Um bibliotecário que defende a Documentação arrisca-se, assim, a ser acusado de herético ou, pelo menos, de desertor: herético da Biblioteconomia e da Bibliografia" (Fonseca, 1958, p.6).

Na tentativa de demonstrar que embora vizinhas, Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação, não devem ser confundidas, explicará:

Quando os livros começaram a se multiplicar, sentiu o homem a necessidade de inventariá-los, daí surgindo a Bibliografia. Até o século passado, a Bibliografia conseguiu dar conta do seu recado, isto é, cumpriu o objetivo para o qual existe: contribuir para o conhecimento dos livros. As bibliotecas, por sua vez, conseguiram reunir, classificar e difundir o material inventariado pelas bibliografias. Mas, a partir da segunda metade do século XIX, a produção gráfica tornou-se incontrolável pelos processos e métodos rotineiros da bibliografia e da biblioteconomia tradicionais. Incontrolável tanto pelo crescimento extraordinário dessa produção como pela sua também crescente complexificação.

[...]

Diante de uma produção gráfica tão grande quanto complexa, a Bibliografia e a Biblioteconomia falharam.

[...]

O fato é que a Documentação surgiu para mediar a falência da Bibliografia e Biblioteconomia tradicionais, no controle e organização da produção gráfica. Por isso Louise-Noëlle Malclès escreveu que a Documentação "não é mais do que a bibliografia ultrapassada no seu conteúdo e acelerada na sua marcha" (Fonseca, 1958, p.7-8).

O autor ainda defende que a Documentação não é só um novo nome para coisas já existentes: "Houve, portanto, uma conjuntura histórica da qual surgiu a Documentação, que não é, assim, um nome diferente para atividades já conhecidas" (Fonseca, 1958, p.8) e, utilizando-se de um conceito amplo de documento e Documentação, "provocará":

Em consequência, não podemos admitir um só tipo de documentalista, mas vários; o bibliotecologista (ou biblioteconomista, em oposição a bibliotecário, que apenas designa a função burocrática), o arquivologista, o museologista, os técnicos em organização de jardins botânicos e zoológicos etc. (Fonseca, 1958, p.9-10, grifo original).

Por fim, concluirá: “A Documentação é modernamente encarada como sinônimo de organização bibliográfica” (Fonseca, 1958, p.10, grifo original).

É preciso lembrar que o autor, na ocasião da publicação, era coordenador do Serviço de Bibliografia do IBBD e por isso é possível considerar suas afirmações como representação do discurso institucional. Sobretudo porque, apesar da ausência de publicações como *A Biblioteca* e o *Boletim Informativo do IBBD* nas quais se poderia observar o desenvolvimento desta discussão, com a publicação do informativo *Notícias diversas, em 1964*, pode-se notar que a interpretação da Documentação como superação da Bibliografia está consolidada. Isso é percebido pelo que se registra no segundo número do informativo, quase todo dedicado às informações de uma nova realidade para os cursos de formação oferecidos pelo instituto:

Êsses cursos, denominados até 1963, de **Pesquisas Bibliográficas**, passarão, a partir de 1964, a ser ministrados como cursos de pós-graduação, de acôrdo com convênio firmado com a Universidade do Brasil⁴² e sob nome de Curso de **Documentação Científica** (Notícias diversas, 1964b, p.26).

Além disso, a mudança do nome, parece querer marcar um certo “rompimento com o passado”:

Esse curso, que será oferecido pelo IBBD, mediante convênio com a Universidade do Brasil, como curso de pós-graduação, permitirá maior expansão do ensino da técnica da pesquisa bibliográfica, pois abrigará, simultaneamente, diferentes possibilidades de especialização quanto ao assunto. Ao contrário dos demais cursos que o antecederam – e que se referiam a um único campo de conhecimento humano – dedicar-se-á, a escolha do estudante, a Ciências Médicas, Ciências Físicas e Matemáticas, Ciências Naturais, Ciências Agrícolas e Tecnologia, facultando, desse modo, a formação de várias categorias de técnicas de documentação. (Notícias Diversas, 1964a, p.14).

Contudo, apesar do discurso, considerando a divulgação do currículo dos cursos oferecidos em 1957 e em 1964, não é possível identificar diferença significativa entre seus conteúdos:

⁴² Teve seu nome alterado, em 1975, para Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ver <<https://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/>>. Acesso em 09 jan. 2024.

QUADRO 6 - Comparação entre as disciplinas do núcleo comum dos cursos de “Pesquisas bibliográficas” e o curso de “Documentação científica”

| Pesquisas Bibliográficas em Ciências Físicas e Matemáticas Pesquisas Bibliográficas em Ciências Médicas Pesquisas Bibliográficas em Ciências Naturais 1957 - núcleo comum | Curso de Documentação Científica 1964 - núcleo comum |
|--|---|
| Serviços técnicos | Serviços técnicos de bibliotecas e documentação |
| Catalogação e Classificação | Catalogação e Classificação |
| Pesquisa bibliográfica | Técnicas de pesquisa bibliográfica |
| Fonte: Boletim, 1956a e 1956b | Fonte: Notícias diversas, 1964c |

É possível, também, que a mudança no nome do curso seja novamente um indício da luta concorrencial pelo monopólio da autoridade e esteja relacionada aos acontecimentos de 1964, quando um golpe empresarial civil-militar de caráter repressivo e autoritário terá interferência direta tanto nos rumos da pesquisa, como na educação do país.

O regime instaurado, já em seus primeiros momentos, promoveu a cassação dos direitos políticos de diversos intelectuais brasileiros, inclusive do esposo de Lydia Sambaquy fragilizando sua liderança a frente do IBBD. Sob pressão, depois de tê-lo concebido e dirigido por mais de dez anos, em 1965, Sambaquy decide afastar-se do Instituto e, daí em diante, o IBBD seguirá outros rumos (Oddone, 2005).

Antes disso, no entanto, podendo ser interpretado como um último ato em defesa do trabalho desenvolvido ao longo de uma década à frente do IBBD, Sambaquy publica um artigo intitulado “Serviços Bibliográficos Nacionais” em que parece defender as soluções adotadas pelo Instituto baseada numa certa neutralidade da ciência capaz de escolher seus caminhos com base apenas na eficiência de certas experiências sem qualquer relação com a economia política e aos modos de produção a que estão submetidas:

Não é possível negar a excelência das atividades bibliográficas nacionais realizadas por entidades diferentes dos Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e muitos outros países, como não é possível negar a excelência das realizadas, de maneira centralizada, pelo Instituto de Informações Científicas e Técnicas da Academia de Ciências da URSS (Notícias Diversas, 1964d, p.75).

Os anos seguintes serão marcados pela perseguição a qualquer indivíduo ou organização que se julgasse subversiva. O governo Castelo Branco se encarregará de excluir da sociedade qualquer possibilidade de mobilização contra o regime imposto. Como ocorrido com o marido de Sambaquy, e de certo modo com ela também, muitos cientistas serão vítimas dessa política. Desmobilizada a classe intelectual capaz de expressar uma postura crítica ao regime, inicia-se a reorganização do

Ensino Superior caracterizada pelo tecnicismo pedagógico e institucionalização do ensino profissionalizante. A política educacional será marcada pelos acordos estabelecidos entre a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o MEC para adequar o Sistema Educacional a um modelo de desenvolvimento econômico dependente, imposto pela política estadunidense para a América Latina (Martins, E., 2004; Silveira, A. e Paim, G., 2005).

O entendimento do regime autoritário sobre a Educação como espaço estratégico de controle ideológico e social, se demonstra em evento realizado sob patrocínio da Universidade do Estado da Guanabara⁴³, no período de 17 de outubro a 11 de novembro de 1966. Trata-se do 1º Seminário de Educação e Segurança Nacional, cujas finalidades eram:

- 1.1 Desenvolver a consciência de que os problemas de Educação e Segurança Nacional têm caráter global e integrado;
- 1.1 Intensificar o intercâmbio entre a Universidade e os órgãos educacionais das Forças Armadas
- 1.2 Considerar a possibilidade da contribuição das Forças Armadas na educação para a cidadania (Notícias, 1967, p.39).

Destaca-se que o CNPq e o IBBD, fizeram-se representar pelo professor Guelfo Oscar Campiglia, presidente do IBBD à época, tendo participado da Comissão nº 5 organizada para discutir o tema “Exequidade da criação de um órgão nacional de coleta de dados e informações de natureza cultural” (Notícias, 1967, p.41) e ressalta-se que a principal premissa que norteou as discussões da comissão foi a de que “A Segurança Nacional é decorrência do progresso científico e cultural e, conseqüentemente, problema de todos aqueles que atuam nos domínios da cultura” (Notícias, 1967, p.43).

Na esteira do discurso de crescimento econômico a partir do crescimento industrial e da substituição de importações, apoiado na proposição de políticas científico-tecnológicas, em 1967, tem início o Governo Costa e Silva que encomenda estudos que proponham medidas para que o Ensino Superior fosse capaz de refletir o discurso adotado. Dentre esses estudos destacam-se o documento elaborado pelo professor estadunidense Rudolph Atcon, membro da USAID, e o relatório do Coronel Meira Mattos, membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, cujo conteúdo aborda a reorganização universitária como uma questão de Segurança Nacional (Martins, E., 2004;).

Além da evidente interferência dos acordos Martins, C., 2009 estabelecidos junto a USAID na Educação, o reflexo da influência ideológica na formação dos acervos brasileiros de Ciência e Tecnologia, pode ser constatado em anúncio promovido pelo IBBD:

Por intermédio da National Academy of Sciences e do Conselho Nacional de Pesquisas, a “Aliança para o Progresso” destinou fundo especial para o “Programa do Livro Científico”, possibilitando às bibliotecas brasileiras adquirirem livros norte-americanos, pagando apenas 10% do valor total das obras solicitadas. (Notícias, 1967, p.16)

Vale lembrar que a Aliança para o Progresso, implantada em 1961, e executada pela USAID, propunha ajuda externa aos países da América Latina, e baseava-se na ideia de que apenas a diminuição das desigualdades sociais no continente americano seria capaz de conter o comunismo, apoiando-se num discurso de garantia das liberdades e da democracia.

Contudo, o preço dessa “ajuda” merece questionamento e como reflete Bordignon (2011, p.5-6):

Ora, se a Aliança para o Progresso foi um programa de desenvolvimento planejado para países desfavorecidos economicamente, e que privilegiou a liberdade e a democracia representativa enquanto princípios norteadores, pode-se subentender que as ações delineadas buscavam senão fortalecer a ideologia neoliberal então vigente.

O projeto civilizatório adotado pelo regime militar e orquestrado por instrumentos como os acordos MEC-USAID, seguia promovendo mudanças na Educação. Em 1968, Costa e Silva instituiu o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) designando seus membros e concedendo-lhes prazo de 30 dias para a conclusão de estudos e projetos (Silveira, A. e Paim, G., 2005) que objetivassem “[...] acelerar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País” (Brasil, 1968). O relatório apresentado pelo GTRU, de certo modo, apenas oficializa o conteúdo dos documentos elaborados por Atcon e Meira Mattos.

No campo informacional, ainda em 1968, o Ministério da Indústria e do Comércio cria sob sua responsabilidade um Centro de Informação Tecnológica e sugere ao governo a criação de uma Rede Nacional de Informação Tecnológica. No ano seguinte tem início o Governo Médici cuja proposta é o fortalecimento da indústria por meio do desenvolvimento de tecnologias (Martins, E., 2004).

Retomando o discurso do IBBD, nesse período, o informativo *Notícias diversas* a exemplo das publicações *A Biblioteca* e *Boletim Informativo do IBBD* se configurará como veículo de divulgação dos feitos do IBBD; de alguns artigos breves; de eventos e cursos; e de notícias sobre as atividades da FID. Contando com fascículos bastante curtos e assuntos abordados de forma sucinta, acabará suspenso entre 1965 e 1966 sendo retomado em 1967 pelo título *Notícias* que será publicado até 1970 e retomará diversos elementos do antigo *Boletim Informativo do IBBD*, já que volta a divulgar a oferta de produtos e serviços oferecidos pela instituição; e reservar seções para noticiário do CNPq e dos órgãos a ele subordinados: o próprio IBBD; o INPA; o IMPA; e somando-se ao grupo o Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR).

Ao longo dos anos de sua publicação apresentará estrutura mais ou menos estável com algumas seções recorrentes: Rede Nacional de Informação Técnico-Científica; Atividades Mundiais de Documentação; Reuniões, Congressos e Seminários; Documentação em microcópias. Também voltam a ser noticiadas as visitas ilustres recebidas pelo Instituto.

Por pelo menos dois números uma de suas seções é a “Revista da Propriedade Intelectual”, em que se divulgam, principalmente, registros de marcas e patentes; e uma lista de títulos de “Periódicos Brasileiros de Cultura”, também. Haverá números divulgará os “Sumários de Energia Nuclear”, que posteriormente deixará de ser uma seção para tornar-se uma publicação autônoma.

Na maior parte das edições e com maior intensidade nos últimos números, consta a seção “Artigo de fundo” cujo conteúdo seria dedicado a assuntos relacionados ao processo informativo e/ou reportagens a respeito de instituições científicas e técnicas. Serão destaque os seguintes títulos: “Problemas de documentação moderna”⁴⁴; “Experiências na automação de literaturas em Ciências Sociais”⁴⁵; “Contrôle e disseminação da informação: assunto da atualidade”⁴⁶; “Documentação sobre transportes”⁴⁷; “Importância da imprensa especializada como meio de informação e documentação cultural, científica e tecnológica”⁴⁸; “Telecomunicação a serviço da informação especializada”⁴⁹;

⁴⁴ De autoria de Benedito Silva, no v.2, n.3/4, p.159-177, maio/ago. 1968.

⁴⁵ De autoria de Yone Chartinete Duarte no v.3, n.2, abr./jun. 1969

⁴⁶ De autoria de Lia Manhães de Andrade Frota no v.3, n.3, jul./set. 1969.

⁴⁷ De autoria de Jannice Monte-Mor no v.3, n.3, jul./set. 1969.

⁴⁸ Autoria não registrada no v.3, n.4, out./dez. 1969

⁴⁹ De autoria de Lélia G. C. da Cunha no v.4, n.1, jan./mar. 1970.

“Catalogação cooperativa no Brasil”⁵⁰; “Informática”⁵¹; “Adaptação dos profissionais da informação científica à realidade brasileira”⁵²; e “Sistema Mundial de Informação Científica (UNISIST)”⁵³.

Como se nota, as discussões sobre a Ciência da Informação não parecem ter alcançado o ambiente do IBBD nos anos seguintes, e ao contrário das distinções feitas nas “Conferências do Georgia Institute of Technology”, a reclassificação no nome do curso oferecido pela entidade demonstra a tendência ainda em voga à Documentação.

Contudo, em 1967, um discurso bastante alinhado ao do governo será divulgado pelo então presidente da entidade, Guelfo Oscar Campiglia:

Em um país onde se publica uma amistosa massa de inutilidades..., os responsáveis por êste informativo sentem-se motivados para o aperfeiçoamento e o firme propósito de a cada número aumentar a sua validade com órgão de D&I (Documentação e Informação), avaliando, com rigoroso critério, a utilidade e oportuna divulgação de temas em correlação com problemas da Ciência e Tecnologia nacionais; objetiva-se, assim, uma verdadeira inteiração de interesse para as instituições de ensino e pesquisa e estudiosos nos diversos campos do conhecimento além e, se cooperar, para a “mentalização” específica da área da “organização do trabalho intelectual” necessário à formação de um “Sistema Nacional de Informações Científicas e Culturais”, infra-estrutura básica para qualquer objetivo de desenvolvimento econômico e social no país.

[...]

É imperativo passarmos de um estágio “passivo” a um sistema *dinâmico e agressivo* nas atividades documentárias e da informação, particularmente, em tudo que diga respeito à divulgação de conhecimentos, de documentação e informação como fatores fundamentais, sine qua non, para a criação, organização e desenvolvimento do trabalho e a produtividade dos cientistas e tecnólogos (Campiglia, 1967a, p.159-160).

E nesse ano, pela primeira vez no IBBD, passa a circular a denominação Ciência da Informação, na verdade, cientistas da informação. Trata-se de uma citação a um escrito do mesmo autor, publicado pelo Serviço de Documentação da USP, do qual havia sido diretor por 11 anos, intitulado *A formação de “Cientistas da Informação”* em que descreve a complexidade das atividades de Documentação e defende:

⁵⁰ De autoria de Alice Príncipe Barbosa no v.4, n.1, jan./mar. 1970.

⁵¹ De autoria de Octacílio Rainho no v.4, n.2, abr./jun. 1970.

⁵² De autoria de Agenor Antonio Briquet de Lemos no v.4, n.3, jul./set. 1970.

⁵³ De autoria de A. Wysocki no v.4, n.4, out./dez. 1970.

Tais elementos, aqui sucintamente analisados, integram as mais recentes fases da hoje consolidada “Teoria da Informação” que, para os efeitos de atividade documentária aplicada, requer formação de verdadeiros “CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO”, classificação essa adotada em alguns Institutos de ensino nos Estados Unidos em particular, e em outros países como Japão, França, Itália, Inglaterra, Rússia, Canadá.

[...]

É, pois, imperativa e lógica, a formação de documentalistas especializados nos diversos campos do saber de maior relevância para o equacionamento da evolução científica e tecnológica em correlação com os problemas nacionais. Destarte, engenheiros, médicos e outras categorias de especialistas poderão adquirir, em cursos de pós-graduação ou especialização, o conhecimento da tecnologia da informação, e dedicar parte do seu tempo à documentação do seu conhecimento especializado e integrar, ao lado de documentalistas ou bibliotecários esclarecidos, equipes ideais de cujo trabalho depende o desenvolvimento da ciência nacional, oferecendo ao pesquisador informações oportunas no tempo e no espaço, além de promover o aproveitamento da experiências realizadas alhures para “cortar etapas” no processo de desenvolvimento econômico. (Campiglia, 1967b, p.VI).

Apesar de a publicação do professor Campiglia ser posterior às “Conferências do Georgia Institute of Technology”, o evento não é citado no escrito, mas é provável que ele tenha tido contato com essas ideias considerando a forte influência estadunidense sobre o regime de então.

Ainda em 1967, o V CBBBD dentre os temas de sua edição, trouxe a seção *Informação Científica* na qual foram apresentados nove trabalhos, um deles sobre a Ciência da Informação, cuja autora, Fernanda Leite Ribeiro, ocupava, na ocasião, o cargo de Coordenadora adjunta do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília e professora da Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica da Universidade de Brasília, funções assumidas em agosto do ano anterior⁵⁴, sendo que, pelo menos em 1961, exerceu atividade como diretora do Serviço de Informações Técnico-Científicas do IBBBD e secretária da Comissão Latino Americana da Federação Internacional de Documentação (FID/CLA)⁵⁵.

Não foi possível identificar se a autora teve contato com o professor Guelfo Oscar Campiglia que assumiu a presidência do IBBBD em 1966, nem mesmo se ainda estava lá quando isso aconteceu, mas é bastante provável que tenha tido contato com a Ciência da Informação através da FID já que

⁵⁴ Informações identificadas em atos da reitoria da UNB. Disponível em: <<https://atom.unb.br/index.php/atos-da-reitoria-1966>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

⁵⁵ Informação registrada em trabalho de sua autoria, intitulado “Comissões Técnicas de Bibliografia e Documentação”, apresentado no III CBB, realizado em janeiro de 1961. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/534>>. Acesso em 10 jan. 2024.

a definição que assume em seu artigo para Ciência da Informação foi apresentada pela Comissão Americana da FID à 31ª Conferência Internacional da FID, em Washington, 1965:

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO pode ser definida como o campo da pesquisa e da prática profissional que se dedicam a natureza, organização e objetivos da informação bem como todos os aspectos de sua produção, controle e utilização na sociedade (Schilling, 1965⁵⁶ citado por Ribeiro, 1967, p 1).

Por outro lado, a autora também relata ter mantido correspondência com as escolas de Biblioteconomia durante sua estada na Universidade de Pittsburg, a partir da qual arrolou 187 cursos que integravam o currículo do ensino da Ciência da Informação nas universidades estadunidenses. Não são claras as circunstâncias de sua viagem, mas é preciso recordar que promover a ida de estudantes para suas universidades afim de promover a ideia de superioridade civilizatória era prática comum do governo dos Estados Unidos desde a década de 1940.

Entusiasta da experiência vivenciada no país estrangeiro, a autora apresenta detalhes de como se dá a formação de cientistas da informação naquele país e afirma que o curso do IBBD deve ser entendido com um precursor da Ciência da Informação: “Este Instituto vem patrocinando, em nível de extensão universitária, o Curso de Documentação Científica, que é, sem dúvida alguma, a primeira semente dos futuros cursos de Ciência da Informação” (Ribeiro, 1967, p.4). Contudo, defende que a UNB reúne as melhores condições para abrigar um curso nos moldes daqueles oferecidos pelas instituições estadunidenses.

Por fim, uma passagem do trabalho da autora é digna de nota, quando no início de sua apresentação faz a seguinte afirmação: “Calvin Mooers - considerado o criador da expressão “recuperação da informação” (information retrieval) nos Estados Unidos - diz que Ciência da Informação “is more an expression of hope or a slogan to rally around than the name of profession”. O que suscita a reflexão sobre a Ciência da Informação ter ou não superado a condição de “an expression of hope or a slogan to rally around”.

Apesar de não ter sido possível estabelecer relações diretas entre as ideias defendidas por Fernanda Leite Ribeiro e a criação no IBBD do mestrado em Ciência da Informação, o fato não poderia deixar de ser mencionado tanto por estar presente em material que compõe, o corpus documental, quanto

⁵⁶ Schilling, Charles. **The education of science information personnel**. Washington, 1965. (Mimeografado). Documento apresentado pela Comissão Americana da FID à 31ª Conferência Internacional, da FID em Washington, 1965.

por ser a primeira menção a Ciência da Informação feita no CBBB, portanto, ultrapassando os limites do IBBD onde, em tese, ela teria surgido, para circular nos meios de influência da Biblioteconomia e Documentação.

Talvez aí se possa observar novamente indícios da luta concorrencial pela autoridade científica, aqui travada entre a tradição do IBBD e as condições ideais apresentadas pela UNB.

Campiglia falece em novembro de 1968, mas antes, em junho, apresenta, na XX Reunião da SBPC, um anteprojeto para um “Sistema Nacional de Documentação e Informação Técnico-Científicas e Econômicas e Sociais” onde afirma que embora a entidade que presidia tivesse realizado até ali obra digna de registro, não havia conseguido atingir níveis necessários a adequada participação no desenvolvimento da ciência brasileira e uma das razões para isso estaria na falta de mão de obra adequadamente qualificada:

Outra, e esta, da maior gravidade, dentre as dificuldades de desenvolvimento, de uma eficiente atuação nesse setor básico - infra-estrutura a que se subordina o desenvolvimento do trabalho no campo da pesquisa científica de onde emerge a tecnologia, foi, por sem dúvida, a falta de técnicos ou especialistas em "ciências da informação", falta essa, de certo modo global, pois nem mesmo naquela época, como ainda hoje, em sua grande maioria, a categoria de técnicos-bibliotecários, responsáveis pelos acervos de documentação sediada, não estavam preparados para atuarem no sentido moderno e dinâmico de documentação e informação. Nem mesmo hoje, como o desenvolvimento das técnicas de comunicação, foram superados aquêles "condicionalismos" do "meio" e, criadas as condições indispensáveis ao desenvolvimento do que poderíamos classificar como atividades correlacionadas e conexas às disciplinas que chamares aqui, por conveniência doutrinária, de Ciências da Informação (Campiglia, 1968, p.2-3).

Para a qualificação destes profissionais necessários a execução do sistema proposto, ele apresenta um esquema para formação de pessoal nas "Ciências da Informação" baseado em cursos, estágios e treinamentos sendo os cursos divididos em duas categorias que denominou sub graduação e especialização.

Considerando a criação do mestrado menos de dois anos depois de seu falecimento, é notório que apesar de sua curta passagem pelo instituto, tenha deixado fortes influências, inclusive porque sua proposta, seguia de acordo com a tendência governamental no sentido de acelerar o desenvolvimento tecnológico do país.

E sobre as origens dessas ideias, curiosamente (ou não), segundo informações de seu “obituário” publicado pelo IBBD (Notícias, 1968, p.279), o professor Guelfo Oscar Campiglia teria sido membro

do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), o que permite a reflexão sobre a possibilidade de a Ciência da Informação ter sido adotada mais como consequência do reconhecimento de uma ocupação surgida da divisão social do trabalho, a de cientista da informação, do que pelo entendimento de tratar-se de uma “ciência superior”.

De qualquer maneira, é nesse ambiente que são iniciados os trabalhos de “gestação” de um curso de mestrado para o IBBD com professores recrutados nos Estados Unidos e Inglaterra e com apoio financeiro da UNESCO, Consulado Americano, Fundação Ford, Conselho Britânico e Comissão Fullbright (Martins, E., 2004).

Embora tenha dado continuidade aos cursos de Documentação Científica, em 1969, o IBBD anuncia: “Por sua experiência no ensino no campo da documentação, o IBBD está capacitado para dar o primeiro curso, na América Latina, em nível de mestrado e doutorado, que deverá ser iniciado em junho de 1970, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro” (Notícias, 1969b, p.29).

Apesar de reivindicar sua ampla experiência em formação, vale atenção uma certa divulgação feita pelo IBBD em retrospecto aos seus 15 anos de atividade, em que a denominação dos primeiros cursos oferecidos pelo Instituto ao longo de quase uma década tenha sido ignorada, isto é, “Pesquisas Bibliográficas”:

Desde 1955 o Instituto promove, anualmente, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, um Curso de Especialização em Documentação Científica, com a finalidade de preparar profissionais, do Brasil e de outros países da América Latina, para a realização de **trabalhos de informação e documentação científica de alto nível** (Notícias, 1969a, p.9, grifo nosso).

Considerando a ideia aventada pelo professor Campiglia de que os cientistas da informação superavam os “documentalistas e bibliotecários esclarecidos”, que os acordos MEC-USAID determinavam os rumos da Educação e a Ciência da Informação já estava disseminada nos Estados Unidos, e, principalmente, que nomear é um ato político capaz de promover ação, em 1970, o IBBD, informa:

Estão sendo ultimadas as providências para a realização do Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Ciência da Informação a ser realizado pelo IBBD mediante mandato da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O referido curso deverá ser iniciado em junho próximo com a colaboração da Organização dos Estados Americanos, cujo auxílio permitirá a vinda de eminentes professores estrangeiros (Notícias, 1970, p.50).

Nota-se pela divulgação que a necessidade de trazer professores estrangeiros corrobora a ideia de que o desenvolvimento da ciência exigia um novo profissional e o que existia no país não era suficiente para formá-lo.

Interpretar a adoção da denominação Ciência da Informação como forma de diferenciar a formação profissional existente para uma nova ocupação da divisão social do trabalho, ou seja, o cientista da informação, se justificaria porque não se encontra discussões conceituais sobre o tema, anteriores a criação do curso de mestrado do IBBD.

Ao que parece, a Ciência da Informação e o cientista da Informação eram elementos importantes para os novos moldes impostos à pesquisa e à educação de nível superior, por isso a necessidade de se imporem tanto sobre as áreas já consolidadas no país, Biblioteconomia e Documentação, como sobre os profissionais reconhecidos, bibliotecários, bibliografistas, documentalistas etc.

Em retrospectiva, retomando a análise do discurso do DASP nos mais de 25 anos analisados antes da chegada da fórmula, o que se observa é que a passagem do discurso da “biblioteca moderna” para o “centro bibliográfico” se deu de forma pouco discutida, é como se após a “Conferência Latino-Americana de Bibliotecários” o interesse principal da Biblioteconomia defendida no DASP, fosse imediatamente substituído por outro, mais em voga e aderente aos interesses do governo e da UNESCO.

Por outro lado, o ambiente criado pelo IBBD deu condições à discussão sobre os limites da Bibliografia e a importância da Documentação, tanto, que a instituição se tornará membro da FID, e promoverá mudanças ainda que mais simbólicas do que substanciais em seu curso de especialização.

O entendimento sobre a importância da Bibliografia e da Documentação, além de apoiar-se na orientação da UNESCO e na participação do IBBD como membro da FID, também remetia à experiência do trabalho de Peregrino na BN, e a somatória desses elementos reflete uma bem fundamentada construção conceitual. A aderência à Ciência da Informação, ao contrário, demonstra ter ocorrido em espaço de quase nenhuma discussão e se orientava pela formação de um profissional especializado. É como se ao se criar o ambiente para a formação desse profissional a própria Ciência da Informação se construísse.

O mestrado surge então com a promessa de formar uma nova categoria profissional. Parafraseando Shera (1980) se a Documentação era simplesmente uma forma ou aspecto da Biblioteconomia, uma Biblioteconomia em tom maior, a Ciência da Informação, no discurso do IBBD, era uma Biblioteconomia e Documentação de tom maior.

Na seção a seguir se discutirá como a Ciência da Informação ultrapassa os muros do IBBD e passa a circular nos ambientes de domínio da Biblioteconomia e Documentação.

4.3 A transformação dos nomes: circulação e cristalização da fórmula.

Como visto na seção anterior, a Ciência da Informação surge no discurso do IBBD como promessa de ser capaz de superar as práticas ultrapassadas da Biblioteconomia e Documentação e esse discurso se disseminará nos anos seguintes como se observará pela análise do discurso sobre o *corpus* documental definido para o período entre 1970 e 1990.

O início da década de 1970 é ainda marcada pela aceleração do crescimento do produto interno bruto e da industrialização, marcando um período que ficou conhecido como “milagre econômico”. Nesse contexto, o discurso do VI CBBBD, realizado em Belo Horizonte, no mês de julho de 1971, demonstrará o alinhamento das “práticas de informação” aos programas de desenvolvimento promovidos pelo governo federal, exemplo disso é que seu tema central será "Biblioteca e desenvolvimento econômico e social".

A conferência de abertura do congresso, proferida pela então diretora da Biblioteca Nacional, não foi transcrita na íntegra, mas em registro de parte deste material, pode-se notar os argumentos para a temática escolhida:

Tópicos do discurso de Janice de Mello Monte-Mor

Desta vez, considerou o Governo Federal, em seus programas prioritários, a informação bibliográfica e os centros de documentação, subentendendo-se, conseqüentemente, as bibliotecas em geral, em prol do desenvolvimento do país. A biblioteca, em nossos dias, paulatinamente, foi deixando de servir, apenas, como centro de recreação intelectual e de pesquisas históricas, para se transformar em agência dinâmica e poderosa, essencial ao trabalho de comunicação de idéias e de difusão de informações (CBBBD, 6, 1971).

Dividido em mais sete outros temas, chamam atenção, no programa do evento, os temas I e III, “Formação profissional”; e “Mecanização”, respectivamente. Eram preocupações do momento o uso cada vez mais frequente de computadores nas atividades bibliotecárias e os trabalhadores do setor precisavam estar preparados para essa nova realidade, daí a importância desses dois subtemas no evento.

Em 1972 surge um novo veículo de divulgação para a discussão sobre as práticas biblioteconômicas, bibliográficas, de documentação e de informação. Trata-se da Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG que em seu número de estreia definiu como objetivos: “[...] incentivar a pesquisa, **para circulação de valores**, comunicação de experiências brasileiras e de estudos realizados em diversas regiões do Brasil” (Carvalho, M., 1972, grifo nosso).

Em sua segunda edição, aparentemente a convite dos editores, o professor e diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade de Brasília, Edson Nery da Fonseca, prestigia a nova publicação com uma paráfrase de Carlos Drummond de Andrade, sobre qual esclarece:

Um dia, farto de ver bibliotecas brasileiras preocupadas com tanta "coisa obsoleta"
[...] desabafei com esta paráfrase do primeiro verso de "Mãos Dadas"
Não serei o bibliotecário de um mundo caduco!
Ocorreu-me agora, a idéia de parafrasear todo o poema [...]
Nesta paráfrase não faço mais do que exprimir uma atitude de oposição ao
conservadorismo, ao isolacionismo, à mania infantil por máquinas e a outros
males da biblioteconomia mundial.
[...]
Como em tudo o mais, a virtude situa-se no meio termo: nem informaticofobia nem
informaticomania (Fonseca, 1972, p.93-95)

O que escreve Fonseca parece refletir a situação do bibliotecário, bibliógrafo, documentalista, diante da chegada do especialista de informação, cientista de informação, somado a intensificação da mecanização dos trabalhos naquele momento da história. Tanto que a professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Etelvina Lima, na condição de paraninfa da turma diplomada em junho de 1972 daquela instituição, afirmará em seu discurso intitulado “O bibliotecário brasileiro na década dos 70”:

Para passar de conservador de livros, como foi considerado, a técnico da organização de bibliotecas e, principalmente, a incentivador do uso de livros como instrumento de informação, o Bibliotecário levou mais de 20 séculos - da Antiguidade ao Século 20.

Entretanto, nos últimos 20 anos, viu-se de repente transformado em documentarista (*sic*) e mais recentemente em técnico da informação, uma vez que o crescimento tecnológico e, portanto, sócio-econômico das nações está estreitamente vinculado à infra-estrutura da informação (Lima, 1972, p.213)

Percebe-se que na concepção da professora o mesmo profissional vai se ajustando às novas condições impostas e a cada nova fase assume um novo paradigma que se traduz numa nova nomenclatura de sua função: bibliotecário, documentalista, técnico de informação.

Neste mesmo contexto de mudanças, novos nomes, novas categorias profissionais, a professora de Documentação da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Maria Augusta da Nobrega Cesarino, em julho de 1972, escreve um trabalho para ser apresentado no "Seminário Latino-Americano sobre Preparação de Cientistas da Informação", realizado no México em agosto do mesmo ano. A autora adverte que tal apresentação não ocorreu, mas que a partir do segundo semestre daquele ano a Escola realizou uma série de estudos para alteração de seus programas quanto ao conteúdo, relações entre disciplinas, carga horária e crédito.

Um dos argumentos defendido pela autora para alteração curricular, diz respeito ao surgimento da Ciência da informação, e mesmo admitindo que ainda não fosse possível conceituar exatamente o que ela era, acreditava haver justificativa tanto para a afirmação de que era parte da Biblioteconomia, como para o contrário, sendo categórica em declarar que:

[...] a Ciência da Informação, que, tanto quanto a Biblioteconomia, está em busca de uma definição e de sua aceitação como ciência reconhecida socialmente.

[...] nos países onde a Ciência da Informação surgiu - países esses que apresentam uma realidade bem diferente da nossa, cumpre ressaltar - **a nova disciplina já atingiu um desenvolvimento mais rápido e uma ascensão social maior do que aquela conseguida pela Biblioteconomia.** Mais do que os bibliotecários, cientistas da informação têm buscado uma base científica que suporte e oriente a sua prática profissional (Cesarino, 1973, p.56, grifo nosso).

Tendo em mente, o conceito de campo definido por Bourdieu (1983) teremos novamente aqui a demonstração da luta concorrencial pela autoridade científica e segundo a noção de fórmula de Krieg-Planque (2010) a comprovação do caráter polêmico da fórmula. Observa-se que não importa muito o que a Ciência da Informação seja, fato é que ela está ascendendo em maior velocidade que a Biblioteconomia e a instituição não pode ficar atrás insistindo em ignorá-la, mostrando-se

necessário incorporá-la ao currículo. Não é condenável que um espaço para discussão sobre as novas tendências de uma área do conhecimento seja construído nos ambientes de aprendizagem, mas a ânsia por não perder o “bonde da história” é fator que não se pode ignorar nas motivações para adesões a certos discursos.

Para o mesmo Seminário Latino-Americano sobre Formação de Cientistas da Informação, de que participaria Cesarino, que realizou-se no México, em agosto de 1972, Antonio Agenor Briquet de Lemos, professor do Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da UNB, preparou e apresentou trabalho em que relatava o “Estado atual do ensino da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da informação”. Uma reprodução do referido trabalho é publicada, em 1973, na primeira edição da recém-criada Revista de Biblioteconomia de Brasília. O trabalho baseava-se em levantamento efetuado a partir dos programas de disciplina de 15 currículos dos 19 cursos de graduação em Biblioteconomia existentes na época, e do currículo do curso de mestrado em Ciência da Informação do IBBD.

Sobre a “chegada” da Documentação no contexto brasileiro, na análise do autor, não se havia observado:

[...] a cisão entre bibliotecários e documentalistas, que se observou em outros países, menos por espírito de conciliação do que por deficiência da estrutura sócio-econômica de país subdesenvolvido, onde a demanda de informações técnico-científicas se dava em nível compatível com a formação dada aos bibliotecários, as escolas de Biblioteconomia incorporaram aos seus currículos o ensino de Documentação sem que houvesse protestos relevantes (Lemos, 1973, p.53)

Já em relação ao curso de mestrado oferecido pelo IBBD, o autor afirma que ao comparar seu currículo com a maioria do que autores como Borko, Fosket e Goffman consideraram como sendo a Ciência da Informação: “Há uma espécie de defasagem entre o título do curso e os títulos e conteúdos (segundo os programas) das disciplinas que o compõem” (Lemos, 1973, p.56)

Por fim, acerca do ensino da Biblioteconomia defende sua reformulação, mas sobre a Ciência da Informação pondera:

Antes de se cogitar a formação de profissionais de uma ciência ainda difusa e indefinida, deveremos revigorar, atualizar e enriquecer a Biblioteconomia, incorporando-lhe os descobrimentos que lhe foram pertinentes realizados sob o rótulo de Ciência da Informação, em função precípua dos interesses nacionais e de uma visão coerente, sistemática e integrada de todas as técnicas que, em qualquer nível ou sob qualquer nome, têm o mesmo objetivo universal: recolher, organizar, recuperar e difundir os registros do conhecimento, em seu sentido amplo (Lemos, 1973, p.57).

No mesmo ano em que se realizava o evento do México, em Belém, entre os dias 29 de julho e 03 de agosto, era realizado o VII CBBBD cujo tema central foi "As bibliotecas e os centros de documentação em função do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica", mas cujos trabalhos, em geral, não abordaram a Ciência da Informação ou o cientista/especialista da informação como elemento estruturante do sistema.

Entretanto, dentre os trabalhos apresentados no subtema "Documentação científica e tecnológica - informática", há de se notificar o trabalho do bibliotecário da Universidade de Brasília e professor da Fundação Educacional do Distrito Federal, Sebastião de Souza, sobre os impactos da utilização de computadores em serviços de informação bibliográficas.

A questão norteadora do trabalho é "A quem irá pertencer a informática?". Para o autor o surgimento dos computadores fazia nascer um problema entre bibliotecários e técnicos de computação, já que ambos compartilhavam o mesmo objetivo, mas que por se tratar de classes diferentes de profissionais se viam diante do dilema posto. Para tentar elucidar o imbróglio, o autor se vale das definições para a Biblioteconomia, a Documentação, a Informática e a Ciência da Informação, em que "Informática é a técnica da manipulação da informação, através de computadores eletrônicos". E a Ciência da Informação abrange "[...] todos os aspectos afins da informação-comunicação, a análise da linguagem e da informação, a organização da informação e as relações homem-sistema de informação" (Souza, 1973, p.3-4).

Além disso define que o profissional da Informática, o informólogo, poderia ser tanto o profissional da computação quanto o bibliotecário: "Um bibliotecário de referência que preste informações, utilizando-se de computadores eletrônicos, é um infomólogo. Um operador qualquer de computadores, devidamente treinado para recuperar informações bibliográficas é um infomólogo" (Souza, 1973, p.5).

Contudo, relata que o informólogo e o cientista da informação, em certa medida se confundem a depender da definição para informática e Ciência da Informação utilizadas, mas afirma que no Brasil a denominação cientista da informação vinha sendo utilizada no sentido estadunidense de pesquisador e teórico da informação.

Por fim defende que: "Para o futuro é preciso que nós nos capacitemos dos novos horizontes que a ciência e a técnica nos abriram; procuremos definir as áreas da informática, pois ela no seu sentido documental nos pertence; e sobretudo não deixemos que ela caia em mãos de estranhos" (Souza, 1973, p.8).

O que se observa na argumentação do autor é uma certa disputa pelo domínio de um determinado campo de trabalho bem mais do que pela autoridade científica entre Biblioteconomia, Documentação, Informática e Ciência da Informação.

Ainda naquele mesmo mês de em julho, entre os dias 08 e 12, realizava-se na Universidade de Brasília, o "Seminário para Estudo dos Problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias". Nessa ocasião, o professor do Instituto de Psicologia e membro da Comissão de Tecnologia da Educação da USP, Samuel Pfromm Netto, apresenta um trabalho em que defende que, para a realidade do momento, a biblioteca, sobretudo a universitária, precisava que seu atendimento fosse resumido em três palavras: fornecimento de informação, onde informação devia ser entendida em seu sentido mais amplo e irremediavelmente vinculada à utilização de computadores. Seguindo esse modelo afirma que: "Há indícios de que termos como «documentalista», especialista em «informática» e outros talvez sejam, dentre em breve, abrangidos ou eclipsados pela expressão «especialista em informação» (Pfromm Netto, 1975, p.24)

Convidado para elaborar uma introdução crítica às contribuições apresentadas no evento em edição que acontecerá na Revista de Biblioteconomia da UFMG em 1975, Edson Nery da Fonseca, novamente, rebaterá o que anteriormente já havia classificado como informaticomania:

O que não conseguimos é perceber, como o Professor Samuel Pfromm Netto, «indícios de que termos como 'documentalista', especialista em 'informática' e outros talvez sejam, dentro em breve, abrangidos ou eclipsados pela expressão 'especialista, em informação'.»

Embora a palavra informação tenha, modernamente, um sentido abrangente, não é provável que o «especialista em informação» venha um dia a eclipsar o documentalista ou o bibliotecário (Fonseca, 1975a, p11-12).

O cenário político brasileiro, todavia, começa a se alterar nos primeiros anos da década de 1970. Em 1973 tem fim o fenômeno econômico que durava desde 1969 e se convencionou chamar de “milagre econômico”; e em 1974 encerra-se o governo Médici do “Brasil potência”. O início do Governo Geisel, naquele mesmo ano, terá como prioridade a consolidação do parque industrial de base e para isso se utilizará de crédito externo e além de um novo programa de desenvolvimento científico tecnológico, em que a ciência e a tecnologia eram agentes do desenvolvimento econômico e social sob a defesa de um "nacionalismo positivo" e o "domínio de tecnologia sofisticada" (Martins, E., 2004).

Enquanto isso a preocupação das instituições de ensino da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação segue sendo a da formação profissional. Uma edição da Revista de Biblioteca da UFMG será integralmente dedicada ao tema e dentre os seis trabalhos apresentados, quatro tratam do ensino da Ciência da Informação, sendo que dois destes, segundo afirmação de Etelvina Lima, em introdução a apresentação dos trabalhos, eram:

Contribuições de valor, que denotam preocupações e tendências de renovação do ensino tradicional, ministrado, até hoje, em nossas escolas e cursos de biblioteconomia. Os argumentos apresentados por TEFKO SARACEVIC e HAGAR ESPANHA GOMES em defesa do ensino da ciência da informação em cursos de biblioteconomia são válidos e dificilmente contestáveis (Lima, 1974, p.7).

A respeito dos trabalhos citados, Espanha (1974, p.23) apresenta um histórico da atuação do IBBD na oferta de cursos de formação profissional, abordando o papel da pós-graduação e defendendo que o mestrado da entidade forma um novo profissional “[...] capaz de resolver os desafios do País a nível de informação e documentação científica e técnica”, por fim alerta:

Está chegando a hora crítica para os profissionais da biblioteconomia e da documentação. Surgem novas necessidades sociais, por pressão dos programas de desenvolvimento do Governo e esperamos que os profissionais tenham mentalidade suficientemente aberta para propor soluções em seus campos de trabalho (Espanha, 1974, p.25)

O texto de Saracevic, por sua vez, é uma tradução do artigo publicado no *Proceedings of American Society for Information Science*, intitulado "A course of Information Science for students in library curriculum", em que apresenta as diretrizes de um curso oferecido na *School of Library Science*, da *Case Western Reserve University* destinado a estudantes de Biblioteconomia, no qual faz as seguintes afirmações:

Como a ciência da informação não é ainda bem delineada e definida de acordo com um entendimento comum, universal, a primeira tarefa, tanto no desenvolvimento como no oferecimento do curso, foi a fixação do tema geral da CI.

[...]

Em outras palavras, o tema básico da ciência da informação é o estudo do comportamento, das propriedades e dos efeitos da informação em todas as suas facetas, e ainda o estudo de vários processos de comunicação.

[...]

Considerou-se a ciência da informação como basicamente limitada à teoria e à experimentação, isto é, mais limitada a aspectos básicos e aplicados do que ao desenvolvimento ou às operações. Ainda que procedente da teoria e da prática e, em grande parte, orientada para a teoria e a prática profissionais, a ciência da informação não é propriamente uma disciplina pragmática.

[...]

A orientação direta da ciência da informação para o computador não é de interesse imediato para as bibliotecas. Estas se interessam pelos trabalhos experimentais e teóricos sobre os fenômenos e processos básicos envolvidos na comunicação do conhecimento e nos sistemas de informação que “comunicam” o conhecimento (Saracevic, 1974, p.45, 47-49).

Considerando, o discurso das edições da Revista de Biblioteconomia da UFMG, são fartos os argumentos utilizados para a introdução da Ciência da Informação na sua reestruturação curricular. Porém, uma nova proposta de reformulação é apresentada pela diretora da Escola de Biblioteconomia, Jandira Batista de Assunção, e pela chefe do Departamento de Biblioteconomia da mesma Escola, Marysa Malheiros Fiuza, com interpretações bem menos entusiasmadas com o assunto do que se viu anteriormente:

Com a perspectiva da Ciência da Informação, impressiona bem, aos menos avisados, a presença de disciplinas de outras áreas, originárias especialmente da Matemática e da Lingüística, supostamente básicas para a reformulação da biblioteconomia. Porém, dentro da realidade brasileira, não se pode precisar quando e como estes estudos serão possíveis, com o enfoque de que se necessita. O mais sensato seria, no momento, distinguir bem as atividades-fim das atividades-meio das bibliotecas e dos serviços de informação. Toda a ênfase deve ser dada às primeiras, para uma formação básica generalizada, pois estas não se alteram tão facilmente diante do impacto da tecnologia (Assunção e Fiuza, 1974, p.218).

É preciso registrar que mais uma vez o caráter polêmico da fórmula se faz presente e se apresentou dentro do mesmo discurso institucional se comparada estas afirmações acima em relação as de Cesarino (1973).

Nesse ambiente de disputa, em abril de 1975, visitará o Brasil, na condição de consultor da CAPES, o professor e chefe do *Department of Library and Information Studies da Loughborough University of Technology*, vice-presidente da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e vice-presidente da *Library Association* britânica, P. Havard-Williams, com a missão de elaborar um programa para pós-graduação em Biblioteconomia. Em texto traduzido por Briquet de Lemos, o consultor, após passagem de três semanas pelo país, apresentará dez axiomas sobre os quais sustentará seu relatório, sendo que pelo menos três são de interesse especial à discussão desta pesquisa:

[...]

3. A Documentação é tida em melhor conta do que a Biblioteconomia e as bibliotecas mais eficientes tendem a ser aquelas cujas atividades se relacionam com serviços de documentação.

4. Existem bibliotecas muito boas e bibliotecas terrivelmente ruins. Em geral, as bibliotecas especializadas/centros de documentação são as melhores, vindo a seguir as bibliotecas universitárias e, em último lugar, as bibliotecas públicas.

[...]

8. A fim de melhorar o status da profissão e sua eficácia como um fator essencial na vida social e econômica da nação, e fornecer professores adequadamente capacitados a ensinar os futuros jovens profissionais, é imprescindível que se estabeleçam, rapidamente, cursos de pós-graduação (Havard-Williams, 1975, p.8).

E em relação a necessidade da formação em nível de pós-graduação, completa:

Os bibliotecários de bibliotecas especializadas precisam de uma formação universitária especializada além de formação profissional em Biblioteconomia. Nem todos precisam desse tipo de formação, mas é certo que aqueles que aspiram a ser líderes da profissão e os que desejam trabalhar em bibliotecas universitárias, bibliotecas de pesquisa e bibliotecas especializadas serão melhores bibliotecários se possuírem dupla qualificação (Havard-Williams, 1975, p.6).

Já sobre a proposição de um currículo para a pós-graduação, o ensino da Ciência da Informação se mostra irrelevante para o autor:

Esse currículo de pós-graduação deve desenvolver a filosofia, os princípios e a prática das diversas facetas da **Biblioteconomia e da Ciência da Informação (pessoalmente, não vejo uma divisão real entre as duas)**, salientando principalmente que o campo é uma “ciência social aplicada”[...] (Havard-Williams, 1975, p.8, grifo nosso).

E talvez por esse entendimento sobre a formação em Biblioteconomia e a Ciência da Informação, o relatório, publicado na Revista de Biblioteconomia de Brasília, é apresentado com grande

entusiasmo por Edson Nery da Fonseca, na condição de membro editorial que examinou e aprovou sua publicação: "É preciso muita inteligência e competência para, não sendo brasileiro, identificar em tão pouco tempo e com tanta profundidade os problemas das bibliotecas e dos bibliotecários do Brasil" (Fonseca, 1975b, p.1) e completa com uma afirmação no mínimo curiosa: "O professor Havard-Williams pode ser o Rudolph Atcon da Biblioteconomia brasileira (Fonseca, 1975b, p.2).

Ainda em 1975 será realizado o VIII CBBBD cujo tema central foi "A responsabilidade social da biblioteca no plano setorial da educação" e embora grande parte dos trabalhos discutam sobre organização, recuperação e transferência da informação, e redes e sistemas de informação, nenhum discutiu propriamente a Ciência da Informação e o trabalhador da informação, seja ele cientista ou especialista de informação. E em suas recomendações transparece as preocupações da classe em relação a seu reconhecimento profissional, assim como o reconhecimento da biblioteca nos planos de desenvolvimento do governo. É como se naquela ocasião a Biblioteconomia demarcasse para si os objetivos sociais da profissão, já que as atividades que envolviam a informação científica, mote da época, havia sido apropriada pela ideia de existência de uma Ciência da Informação e de especialistas de informação.

Além disso, considerar a Ciência da Informação como elemento de formação na Biblioteconomia, inclusive no nível de pós-graduação, será compreendido por alguns como estrangeirismo acrítico. Tanto, que na I Reunião Brasileira de Ciência da Informação, realizada no Rio de Janeiro e promovida pelo IBBD, naquele mesmo ano, as professoras da UFMG, Anna da Soledade Vieira e Etelvina Lima, membras da Comissão de planejamento para implantação do curso de pós-graduação em Biblioteconomia, daquela universidade, apresentam trabalho no qual argumentam que

A artificialidade da estrutura curricular da Biblioteconomia, no Brasil, caracterizada pela utilização de programas importados de culturas diferentes, agrava-se ainda mais quando se considera o nível de escolaridade dos estudantes brasileiros, em comparação ao de seus colegas europeus e americanos, para quem foram elaborados (Vieira e Lima, 1977, p.127)

E como superação desse quadro, sugerem uma Política Nacional de Pós-Graduação em Biblioteconomia orientada para o estabelecimento de quatro áreas de concentração: Serviços aos Usuários; Bibliografia; Ciência da informação; e Organização de Bibliotecas, sendo que a área referente à Ciência da Informação já estava contemplada pelo curso do IBBD, de modo que as outras áreas de concentração deveriam ser priorizadas naquele momento.

Para os anos de 1975 a 1979 é publicado o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) que incluía a informação científico-tecnológica sob o cabeçalho de "Atividades de Apoio para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico", colocando-a como elemento básico para a definição das políticas e estratégias governamentais. O sistema centralizado de informação, o já previsto no I PBDCT em seu IV item e denominado SNICT, havia sido amplamente discutido nos anos em que vigorou o plano, de 1972 a 1973, mas acabou nunca sendo implantando, cabendo ao IBBD assumir atividades e atribuições que lhe cabiam. Em 1976, após reformulação de sua estrutura, e por força da Resolução Executiva do CNPq nº 20/76, o IBBD é renomeado como Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), tendo como função básica fornecer informação em ciência e tecnologia, em consonância com os objetivos do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), previsto no II PBDCT e formalizado pelo Decreto nº 75.225 de 15 de janeiro de 1975. O IBICT assume como atribuições: prover informação científica e tecnológica para os pesquisadores; promover intercâmbio de informação; e contribuir para o desenvolvimento no Brasil da documentação científica e técnica (Tarapanoff, 1984a; Martins, E, 2004).

A distinção entre o trabalho do IBICT, inclusive em relação a formação de profissionais, isto é, de se dedicar à informação científico e tecnológica e formar pessoal para seu tratamento, e o trabalho das instituições de ensino da Biblioteconomia, é argumento que já havia sido apresentado pelas professoras da UFMG, Etelvina Lima e Anna da Soledade Vieira, e que vai ter sua consolidação com a criação do Curso de Pós-Graduação em Administração de Bibliotecas, também em 1976. Planejado pelas mesmas professoras foi justificado na Revista da Escola de Biblioteconomia da seguinte maneira:

A denominação do curso tem motivado polêmica: por que Administração de Bibliotecas e não algo mais sofisticado e capaz de atrair os interessados em Ciência da Informação?

Na concepção das autoras do projeto, biblioteca é o termo mais genérico para designar agências de serviços de informação baseados em fontes documentais.

[...]

Assim sendo, o termo "biblioteca", no sentido lato, cobre o papel e as funções de outros serviços de informação, como centros de documentação, unidades de informação, etc.

Logo, dentro desse enfoque, o CPG/AB pretende capacitar pessoal para a gerência de quaisquer tipos de agências de serviços de informação no contexto de comunidades urbanas ou rurais, instituições educacionais, científicas e técnicas (Vieira, 1977, p.138).

E nesse espírito de estabelecimento de limites, mas também de busca por cooperação entre os pares, que se realizará, em Brasília, o I Encontro sobre Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação do qual participarão representantes do IBICT, USP, UFMG e UNB. Seu objetivo era discutir a melhoria do ensino de pós graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, tendo sido aprovadas as seguintes sugestões:

1. Promoção do diálogo constante entre os vários Centros de Pós-Graduação da área através de reuniões periódicas, de correspondência e de um boletim.
2. Estímulo ao intercâmbio de professores e alunos dos vários Cursos de Pós-Graduação da área.
3. Planejamento da vinda de professores e especialistas do exterior de modo a permitir o seu aproveitamento em todos os Centros de Pós-Graduação da área.
4. Organização de informações necessárias ao melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e ao desenvolvimento de coleção que venha a atender às necessidades de pós-graduação da área.
5. Maior abertura dos cursos para profissionais de todas as áreas.
6. Participação de discentes nos Encontros de Pós-Graduação.
7. Realização de Estudos sobre recursos e uso da informação, e sobre o profissional da Informação.
8. Análise do currículo para identificar áreas comuns, definir terminologia, facilitar intercâmbio (Carvalho, A., 1987, p.11).

Pouco se sabe além disso sobre o evento já que seu registro oficial não foi localizado, mas era preciso incluir estas sugestões aprovadas porque demonstram certo espírito cooperativo sendo construído entre os cursos existentes.

Sobre as diferenciações entre a formação oferecida pelo curso do IBICT em relação aos demais cursos, Maria Martha de Carvalho, coordenadora do mestrado da UFMG, discursará no IX CBBB, realizado em 1977, argumentando que o curso do IBBB atendia a uma faixa muito restrita de especialização ao mercado docente e profissional e que a criação de um curso de pós-graduação em nível de mestrado na área de administração de bibliotecas era totalmente justificável

[...] pois o país está carente de professores no setor de sistemas de transferência de informação. Só o aperfeiçoamento de recursos humanos poderá solucionar o problema profissional na área de planejamento de bibliotecas, através da pesquisa, e na de magistério universitário, pelo treinamento específico (Carvalho, M., 1977, p.183).

Em 1977 as discussões sobre mudanças no ensino da Biblioteconomia, sucedem-se, tanto em nível de pós-graduação como em nível de graduação e sendo que esta última, vinha se prolongando desde a aprovação do currículo mínimo em 1962, resultando em reunião da ABEBB, realizada em Campinas (São Paulo). As recomendações decorrentes não citam a inclusão da Ciência da

Informação num novo currículo, embora incorporem a informação como elemento estruturante de várias disciplinas, conforme comunicação elaborada por professores da Escola de Biblioteconomia da UFMG e professores de Psicologia da mesma universidade, além de sugestões de professores dos departamentos de Biblioteconomia das Universidades do Paraná, Brasília e Pernambuco, publicada na Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG (Ferreira *et al.*, 1977).

Porém, enquanto se discutia a formação e especialização de bibliotecários e afins, o IX CBBB, realizado em Porto Alegre naquele mesmo ano, tinha como tema central a "Integração do Sistema de Informação no Desenvolvimento Nacional", defendendo que a criação de sistemas nacionais de informação, de bibliotecas e de arquivos seria a saída para o déficit profissional existente.

O discurso do evento em si é pouco claro, embora haja registro de debate realizado entre vários participantes (CBBB, 9, 1977a), mas não há conclusões, tampouco o que é debatido gera alguma recomendação, a não ser a de que todos esses sistemas nacionais precisam ser criados e um não substitui o outro, como se nota na declaração final do evento: "O conceito e sistema integrado de bibliotecas não se desvincula do desenvolvimento de um sistema nacional de arquivos, infraestrutura do sistema nacional de informação científica e tecnológica" (CBBB, 9, 1977b, p.353).

Por fim, são feitas recomendações à Presidência da República que incluem a implantação de um sistema nacional de informação para o Brasil nos moldes de um modelo proposto pela UNESCO e

[...] que seja estabelecida política global, concernente à informação para o desenvolvimento, considerando em igualdade de condições as diferentes áreas da atividade humana: arquivos, bibliotecas públicas, bibliotecas especializadas, centros de documentação e serviços de documentação (CBBB, 9, 1977c, p.357).

As preocupações debatidas no evento se justificam segundo a avaliação de 1978 divulgada pelo CNPQ, de acordo com a qual as perspectivas em Ciência da Informação, Bibliotecas e Arquivos revelaram que [...] "as questões básicas do potencial da informação para o desenvolvimento não tinham ainda sido respondidas, e que o IBICT não havia encontrado as condições necessárias para o desenvolvimento de suas atribuições" (CNPq, 1978⁵⁷, citado por Tarapanoff, 1984a, p. 293).

⁵⁷ CNPQ. **Avaliação e Perspectivas, 1978:** Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília, CNPq, 1978 p. 49-67.

A avaliação do CNPQ pode justificar porque a Ciência da Informação ou os especialistas em informação ou, ainda, os cientistas da informação, não foram pauta do congresso de 1977. Surgidos como essenciais para o sucesso das redes e sistemas de informações necessários ao desenvolvimento, davam mostras de não terem sido suficientes. A “nova ciência” e seus representantes não estavam correspondendo às expectativas construídas. Seguramente porque outras variáveis interferiam na resolução do problema e teriam sido ignoradas no afã de se propor uma solução única e inovadora.

Esse insucesso que a Biblioteconomia e Ciência da informação parecia enfrentar em relação a sua participação nos planos de desenvolvimento, são de certa maneira explicados pela professora Maria Augusta Cesarino, em artigo de 1978, apresentado na Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, em que reflete sobre como a Biblioteconomia brasileira, marcadamente de influência estadunidense, não havia se preocupado em sequer adaptar-se às necessidades reais da cultura brasileira, e que mesmo diante da automação de processos e da nova abordagem voltada à informação poucas alterações se observava:

À primeira vista, parece que houve poucas alterações substanciais. Procurou-se **uma modernização de terminologia** e, mais uma vez, impressionados com as inovações tecnológicas, os cursos de biblioteconomia desdobraram seus currículos de modo a acolher os detalhes dos modernos processos técnicos e dos milagrosos equipamentos mecânicos e eletrônicos que resolveriam o problema da informação (Cesarino, 1978, p.221, grifo nosso).

Além disso, analisando o campo de trabalho e a atuação dos bibliotecários que na época estavam em sua maioria alocados em bibliotecas especializadas, e após cuidadosa análise sobre as diferenças entre Bibliotecas especializadas, Centros de Documentação, Centros de Análise da Informação a autora afirma que:

A terminologia nova, que proliferou confusamente, não pode ser explicada apenas como um «modismo» ou como «a coqueluche dos novos rótulos» que facilitam a venda de um produto antigo.

[...]

No Brasil, profissionais que lidam com a informação especializada, bibliotecários ou não, estranhamente têm importado esta terminologia sem se preocupar com as alterações ocorridas por detrás dela, exceto quanto aos aspectos técnicos. Observa-se então **o fenômeno de se usar nomes que indicam tipos de serviços mais ambiciosos do que os que na realidade são oferecidos** (Cesarino, 1978, p.238, grifo nosso).

Em ambos os casos, seja ao admitir uma adaptação terminológica apenas impulsionada pelas inovações tecnológicas ou pela terminologia nova que se proliferava confusamente, identifica-se características próprias do surgimento da fórmula.

Enquanto Cesarino apontava as limitações da Biblioteconomia diante da necessidade de adaptação à realidade, naquele mesmo, a professora da UFMG que por anos antes havia coordenado o mestrado do IBICT, Abigail de Oliveira Carvalho, em trabalho apresentado no I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, realizado em Niterói, posteriormente publicado na Revista de Biblioteconomia da UFMG, retoma as ideias de cooperação entre os pares:

O número de cursos de pós-graduação em biblioteconomia e ciência da informação em funcionamento no Brasil já está a pedir comunicação mais intensa entre suas coordenações. Estudos básicos tornam-se necessários para o estabelecimento de uma política de pós-graduação na área e para uma tentativa de integração entre os cursos levando ao melhor aproveitamento dos recursos existentes (Carvalho, A., 1978, p.297-298).

A parte disso, como o ano em análise é o de 1978, registra-se que, curiosamente, a criação do mestrado da UNB em 1978 não foi pauta de nenhuma das edições daquele ano, nem do ano seguinte da Revista de Biblioteconomia de Brasília. No entanto, quando da realização do II Encontro sobre Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, a data é confirmada por Nice Figueiredo, coordenadora curso: "O curso de mestrado da UNB, planejado para o segundo semestre de 1977, por motivos alheios à vontade do Departamento de Biblioteconomia, só teve em março de 1978 [...]" (Carvalho, A. e Ferreira, 1979, p.35).

O II Encontro sobre Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação foi realizado em João Pessoa, sob a coordenação da CAPES, além da participação da UNB, também contou com representantes do IBICT, da UFMG, da PUCCAMP, USP (embora fosse área de concentração do mestrado em comunicação) e da UFPB (cujo curso estava em fase de implantação). Cada curso apresentou um relatório sobre sua situação e buscou-se identificar pontos de interesse comum entre os cursos, além da troca de experiências e formulação de sugestões para a melhoria do ensino. Ao final do evento, são definidas algumas recomendações

[...] relativas ao intercâmbio e ao diálogo constante entre os cursos de pós-graduação, ao planejamento conjunto de algumas atividades, à abertura dos cursos a profissionais de todas as áreas, à participação de discentes nos Encontros, ao estímulo a estudos que sirvam de subsídios às decisões relativas aos cursos (Carvalho, A. e Ferreira, 1979, p.38).

E durante o evento fica planejada a realização do III Encontro de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, no Rio de Janeiro, tendo com objetivo principal proporcionar o intercâmbio de ideias, experiências acadêmicas e profissionais, e expectativas e aspirações de crescimento da pós-graduação. Além de representantes dos cursos existentes, IBICT, UFMG, UNB, PUCCAMP e USP (este último como área de concentração do curso de mestrado em comunicação), também participaram representantes da CAPES e da ABEED, e as recomendações resultantes foram as seguintes:

- . necessidade de agilização na liberação dos recursos de fomento;
- . incentivo ao envio pelas instituições de candidatos a programas de pós-graduação;
- . incentivo ao uso consciente da informação pelas bibliotecas universitárias;
- . preparação do cadastro de professores pela ABEED;
- . realização de convênios culturais para vinda de estudantes latino-americanos;
- . necessidade de criação de programa de doutoramento, no País (Carvalho, A., 1987, p.13).

Perceba-se que os encontros vão construindo o tom da cooperação no discurso que também estará refletido no XCBBB, realizado em julho do mesmo ano, na cidade de Curitiba, tendo como tema central “Biblioteconomia: avaliação e perspectivas”, e em cuja declaração final se registrará:

As perspectivas para o campo estão refletidas, portanto, na crença de que a raiz dos melhoramentos a serem buscados está no estabelecimento de programas regulares de pesquisa, na medida do possível integrados, gerando maior compreensão das variáveis envolvidas e oferecendo subsídios confiáveis; e na crença, também, de que serviços bibliotecários mais eficazes somente advirão de atitude favorável à cooperação e integração dos mesmos, num esforço coletivo que exige o comprometimento de cada profissional, qualquer que seja sua área de atuação (CBBB, 10, 1979, p.1.175).

A Ciência da Informação também retornará ao discurso do evento e será tema de pelo menos três trabalhos apresentados. Tania Maria Guedes Botelho, cientista da informação e funcionária do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), em texto de redação um tanto confusa e pouco objetiva, discutirá sobre inovação, pesquisa e política de pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação e afirmará que:

A primeira área é a prática científica e a profissão; e a segunda, a substância intelectual como base da Ciência e sua parte prática. Uma importante faceta da segunda área diz respeito a realização das atividades de pesquisa que permitam construir uma base profissional e de conhecimento científico e, em fazendo isto tentamos desenvolver métodos para compreendermos o que fazemos ou o que não podemos fazer, ou o que é melhor fazermos na prática (Botelho, 1979, p.217).

E ao final de sua explanação concluirá que: “É, portanto, desejável que a fundamentação teórica de Ciência da Informação e da Biblioteconomia seja desenvolvida com o trabalho prático em Biblioteca e com a tecnologia da informação” (Botelho, 1979, p.220).

Já a professora assistente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), descreverá o papel da teoria em guiar pesquisas em Biblioteconomia e Ciência da Informação, e opinará:

A meu ver, a biblioteconomia não foi bem sucedida em desenvolver uma base teórica e um componente científico, faltando-lhe a tradição de indagações teóricas e experimentais, mas a ciência da Informação está tentando adquiri-los, admissivelmente com sucesso limitado (Amorim, 1979, p.917).

Por fim, a professora do Departamento de Biblioteconomia da UNB, Nice Menezes de Figueiredo, apresentará um trabalho sobre os problemas existentes e a evolução histórica da pesquisa em Biblioteconomia na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil, e concluirá que para o sucesso da pesquisa, na situação brasileira, se constatava a necessidade de um órgão coordenador “[...] para o desenvolvimento ordenado da pesquisa em biblioteconomia e ciência da informação” (Figueiredo, 1979, p.976).

Apesar do tom conciliador do evento, a presença da Ciência da Informação no discurso ainda vem imbuída de muita disputa e polêmica. De qualquer maneira, pode-se dizer que até aqui são dez anos da fórmula circulando e se cristalizando à medida que vai se tornando um referente social.

No ano de 1980 tem início o Governo Figueiredo marcado pela retomada gradativa das liberdades de discussão política, retorno dos exilados e alguma abertura democrática. Nessa realidade é lançado o III PND que dentre suas linhas gerais para ciência e tecnologia, contemplará, entre outras ações:

- apoiar as instituições de pesquisa já existentes, de forma a aproveitar e reforçar a sua capacitação, no sentido de maior desenvolvimento tecnológico da empresa nacional;
- fortalecer e ampliar o domínio do conhecimento científico, especialmente através da eliminação de carências e estrangulamentos nos programas de pós-graduação e pesquisa das universidades;

- e tornar acessível, no que for cabível esse conhecimento a outros níveis, através do ensino em nível de graduação e dos cursos de formação técnica especializada (Brasil, 1980⁵⁸ citado por Tarapanoff, 1984a p.294).

As ações previstas no III PND para a ciência e tecnologia foram desdobradas no III PBDCT que atribuía ao IBICT o papel de órgão central de coordenação das atividades de informação e tecnologia do país, para tanto, elencando ações programadas que influíram em seu crescimento (Martins, E., 2004).

Na UFMG, o ano era de comemorações aos 30 anos de atividades da Escola de Biblioteconomia e em discurso, a bibliotecária Maria Refina Gonçalves de Sousa Santos, na condição de representante dos ex-alunos do curso de pós-graduação, fará a seguinte análise:

Com o surgimento da situação de competição técnica, científica e econômica entre as grandes potências, principalmente nas duas últimas décadas, ficou patente a importância da informação nesse contexto. A possibilidade do maior e do mais rápido acesso às informações tornou-se um dos indicadores do grau de desenvolvimento em um país. A partir daí, a implantação e a organização de serviços que possibilitassem um eficiente sistema de recuperação de informações, tendo por suporte processos adequados de seleção e armazenagem, se fizeram necessárias. O papel do bibliotecário se alterou sensivelmente em função dessas mudanças. Várias outras denominações lhes foram atribuídas de acordo com a função que ele desempenha nas diversas instituições que trabalham a informação. São os bibliotecários também chamados de documentalistas, técnicos de informação e mesmo cientistas da informação (Reis, C. *et al.*, 1980, p.118).

Em novembro do mesmo ano, ainda na UFMG, acontece a IV Reunião de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação. Participam do Encontro representantes dos cinco cursos existentes: Mestrado em Ciência da Informação do IBICT; Mestrado em Administração de Bibliotecas da UFMG; Mestrado em Biblioteconomia da UFPB; Mestrado em Metodologia do Ensino de Biblioteconomia da PUCCAMP; Mestrado em Biblioteconomia e Documentação da UNB.

O objetivo do encontro seria a discussão e trocas de experiências para o desenvolvimento da pós-graduação e seguiram os seguintes tópicos:

- 1) Pesquisa em Biblioteconomia: uma experiência do Curso de Mestrado da Universidade Federal da Paraíba;

⁵⁸ BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. III Plano Nacional de Desenvolvimento. **Diário Oficial**, suplemento, 13 de fevereiro de 1980.

- 2) Especialização e mestrado: o problema da formação especializada em Biblioteconomia a nível de pós-graduação. (Universidade de Brasília)
- 3) Sistematização da orientação de dissertações (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia);
- 4) Aproveitamento do tempo escolar (Universidade Federal de Minas Gerais) (Cesarino e Ferreira, 1981, p.255).

As discussões do encontro são apresentadas em relatório publicado na Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG. O texto em questão trata de cada tópico em detalhe transcrevendo o teor dos debates ocorridos. Anna da Soledade Vieira, da UFMG, traça consideração de interesse à esta pesquisa quando aponta as deficiências existentes na formação em pós-graduação e alerta:

Por justiça, tem-se entretanto que admitir que os equívocos mencionados como típicos da pesquisa em Biblioteconomia e demais Ciências Sociais são um sub produto da política governamental, que supervaloriza a tecnologia, os «jogos estatísticos» e o modelo estrangeiro; tudo isso, por sua vez, conformando-se perfeitamente com o feitiço de um país capitalista dependente. Destarte, a revisão das falhas generalizadas nas pesquisas em Biblioteconomia principalmente através dos cursos de mestrado só é válida se considerado o contexto sócio-político que as gerou (Cesarino e Ferreira, 1981, p.257).

Ainda em busca de definições sobre os destinos da pós-graduação, em 1981, o CNPQ e o IBICT, em reunião que se realizou em Brasília, promoveriam consultas aos coordenadores dos cursos existentes (IBICT, UFMG, UFPB, PUCCAMP e UNB), para a discussão do documento base de um projeto de desenvolvimento de pesquisas no mestrado que havia sido elaborado a partir dos relatórios dos últimos Encontros de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. A reunião serviria para a proposição de objetivos e metas a serem alcançados em dois anos e para definição dos papéis do IBICT e dos coordenadores em relação a implantação do plano, tendo sido definidos os seguintes:

- . capacitação de docentes;
- . criação de condições de estabilização de quadros docentes e de pesquisa nas instituições de ensino
- . consolidação da pesquisa;
- . desenvolvimento do intercâmbio institucional dentro e fora do país;
- . aprimoramento do processo de recrutamento e seleção para os cursos de mestrado brasileiro;
- . ampliação de recursos bibliográficos;
- . estímulo à organização de cursos de especialização (Carvalho, A., 1987, p.16)

No ano seguinte, dando continuidade à implementação do mesmo projeto, uma nova reunião será realizada em duas etapas, uma em julho de caráter operacional, com o objetivo de definir a forma mais adequada de operacionalização do programa e outra em que se definiu as ações necessárias ao cumprimento das medidas aprovadas em 1981 (Carvalho, A., 1987, p.16-17).

Segundo Carvalho, A. (1987), nestas reuniões ocorridas em 1981 e 1982, também, foi lançada a ideia de criação da associação. Além disso, estas reuniões acabaram computadas como V e VI Encontro de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O que vai se notando nesse começo de década é que a disputa e polêmica entre Biblioteconomia e Ciência da Informação vai se arrefecendo. Em editorial de 1982 da Revista de Biblioteconomia de Brasília, Kira Tarapanoff anunciará sua nova fase:

A seção "Documentos históricos", será ativada sempre que surgir oportunidade, assim como a seção "Tendências", que visará a divulgação de novos métodos, perspectivas e rumos da Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Ciência da Informação, e áreas afins.

A Revista de Biblioteconomia de Brasília, nova fase, está à disposição da classe bibliotecária e áreas afins como veículo de comunicação e de suporte para o seu desenvolvimento (Tarapanoff, 1982, p.4).

Esse mesmo apaziguamento no discurso se notará no XI CBBBD, realizado em João Pessoa, que teve como objetivo discutir o papel da biblioteca e do bibliotecário no sistema formal e não-formal de educação, e tendo como tema central "Biblioteca e educação permanente". Em seu documento final denominado "Carta da Paraíba" esclarecerá:

Neste documento, usa-se a palavra Biblioteconomia na sua forma ampla, abrangendo tanto esta área em seu sentido restrito, como as outras disciplinas afins que lidam com a organização para a difusão da informação registrada em suportes convencionais e não-convencionais.

O termo biblioteca engloba todas as instituições que atuam de acordo com o objetivo acima indicado, independentemente do tipo de clientela e do nível de serviços que prestam.

A palavra bibliotecário é, portanto, usada para designar, de forma abrangente, todos os profissionais de informação, conforme o contexto acima expresso (Relatório final, 1982, p.299)

E sobre a formação desses profissionais de informação se posicionará da seguinte maneira:

O Ensino da Biblioteconomia e áreas afins, como a Ciência da Informação, deverá estar voltado para a análise crítica do contexto social, econômico e político, no qual se situam as bibliotecas e demais órgãos que lidam com a informação. Estudos de história da educação brasileira, dos movimentos de educação popular e da visão social do livro deverão ser alguns dos elementos dessa análise crítica, induzindo o aluno à pesquisa de campo, a fim de que ele se torne um conhecedor da realidade local. As expectativas desse ensino deverão estar voltadas para o desenvolvimento de uma consciência crítica dos futuros profissionais da área. A formação profissional do bibliotecário requer, tanto a nível de graduação quanto de pós-graduação, uma crescente interdisciplinaridade (Relatório final, 1982, p.303).

O que está se presenciando aqui é a fórmula assumindo-se definitivamente como referente social, por isso cristalizada no discurso e em franco processo de aceitabilidade, contudo a polêmica e a disputa seguem existindo, como se vê pelos acontecimentos a seguir.

O ano é 1983 e o Departamento de Biblioteconomia da UNB completava 20 anos. Em comemoração à efeméride, dentre outras atividades, realizou-se o VII Encontro de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, tendo como tema o novo currículo mínimo do curso de graduação em Biblioteconomia, sua análise e possíveis implicações sobre o currículo da pós-graduação.

Participaram do encontro representantes dos cursos de mestrado em Ciência da Informação do IBICT; e em Biblioteconomia da PUCCAMP, UFMG e UFPB e cada um dos representantes apresentou contribuições em forma de trabalhos que subsidiaram às discussões.

Dois desses trabalhos, no entanto, se destacam: Kira Tarapanoff, na condição de representante da UNB, em sua explanação conclui:

Cabe também à pós-graduação preocupar-se em formar profissionais mais integrados e participantes no contexto social, ainda que no seu aspecto de pesquisa a pós-graduação não deva apenas visar aplicações imediatas e que atendam a solução de problemas contextuais, mas procurar sobretudo **a identidade da Biblioteconomia como ciência, ou como disciplina**, propiciando o seu avanço e desenvolvimento (Tarapanoff, 1983, p.296, grifo nosso).

Abigail de Oliveira Carvalho, como representante do IBICT, por sua vez, dentre outras observações, afirma:

no esforço de aperfeiçoar recursos humanos devem ser previstos, além dos estudos sobre conteúdos técnicos de disciplinas, seminários e debates sobre questões como a reavaliação do objeto da área; **as limitações**, do ponto de vista conceitual e profissional, **que a denominação Biblioteconomia acarreta** por vincular uma área de conhecimento a uma instituição [...] (Carvalho, A., 1983, p.303, grifo nosso).

Por fim, diante das discussões ocorridas, considerando que é na pós-graduação que se formam e aperfeiçoam os professores que executam o currículo da graduação, pondera-se sobre a necessidade de reflexão de três pontos essenciais: objeto do ensino da Biblioteconomia; os objetivos do ensino da Biblioteconomia; o perfil do profissional bibliotecário (Síntese..., 1983, p.327).

Ainda naquele ano se realizará o XII CBBBD cujo tema principal foi “Informação e desenvolvimento nacional”, cujos anais não foram localizados, apenas o programa do evento. O temário se subdividiu em quatro grandes grupos: “Usuários”; “Recursos humanos”; “Infraestrutura da informação”; e “Informação, geração, difusão etc”.

A conferência de abertura teve como tema “Informação e poder” e foi proferida pela diretora da BN, Célia Ribeiro Zaher. Lembrando que o processo de reabertura política está em andamento, chama atenção na programação do “Grupo I - Usuários” o anúncio da palestra proferida por Tânia Mendes, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), cujo tema foi “Biblioteca e ideologia” tendo como debatedores o diretor de Assuntos Culturais da Prefeitura de Campinas, Ezequiel Teodoro da Silva e o bibliotecário do Departamento de Bibliotecas Públicas da cidade de São Paulo, Luís Augusto Milanesi.

Também é parte da programação, não submetidas aos grupos temáticos citados, conferências plenárias das quais se destaca uma sobre a “Informação para o desenvolvimento social”, proferida por Célio Francisco França, representante do Ministério da Desburocratização; e outra sobre “Informação e cultura”, com Darcy Ribeiro, na condição de vice-governador e secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

Como um todo, o conjunto das apresentações versa sobre recursos humanos, e são inúmeros os que usam a denominação “profissional da informação”. As denominações anteriores como especialista em Ciência da Informação e especialistas de informação parecem terem sido

sintetizadas nesta nova denominação, que por sua vez consegue abranger também os bibliotecários. Do mesmo modo a denominação “leitores” é definitivamente substituída por “Usuários”.

A respeito da formação profissional, em 1984 acontece em Paris, promovido pela UNESCO, o Simpósio Internacional para a Compatibilização da Formação Profissional e Treinamento em Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia. Suzana Pinheiro Machado Mueller, então professora do Departamento de Biblioteconomia da UNB, e participante do evento, relata suas impressões da seguinte maneira:

A experiência da autora como participante do simpósio vem reforçar tendências notadas no desenvolvimento da área, especialmente com relação à ampliação do conceito de informação e a uma paralela e crescente indefinição nos limites de cada ramo específico das profissões ligadas à informação.

[...]

O que se deseja é a formação de profissionais com visão tão ampla quanto possível, e treinamento versátil. Tal meta implica numa aproximação de cada setor em direção aos demais, baseado no reconhecimento da evolução da própria área, e finalmente da identificação de pontos comuns que possibilitem compatibilização na formação profissional. Não se visa de maneira alguma a integração de cursos no sentido de que uns venham a ser absorvidos ou dominados por outros, mas antes a exploração de interesses e necessidades profissionais mútuos, para o estabelecimento de uma base comum de formação profissional (Mueller, 1984, p.163-164).

A autora propõe como saída a criação de um núcleo básico comum, mais ou menos nos moldes do que ocorre atualmente com o ensino da engenharia, ou ainda como o ensino das Ciências Sociais em algumas universidades, em que o ingresso se faz no curso de Ciências Sociais e depois de cursado o núcleo básico o aluno se encaminha para a política, a sociologia ou a antropologia; no caso da “formação em informação”, o aluno se encaminharia para a Biblioteconomia, Ciência da Informação ou Arquivologia.

O fim do governo Figueiredo em 1985 marca também o fim da ditadura empresarial civil-militar, e tem início o governo Sarney que se constituirá como uma democracia tutelada, um período propagado como de transição, mas que se demonstrará “uma forma política nem explicitamente ditatorial, a ponto de ser combatida como tal, nem plenamente democrática e liberal” (Fernandes, 1981⁵⁹ citado por Codato, 2005, p.99).

⁵⁹ FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

Naquele ano, prestes a completar seu primeiro decênio, o curso de mestrado da UFMG será alvo de minuciosa análise elaborada por suas alunas, Alcenir Soares Reis e Andrea Hollerbach Siqueira Reis. O resultado dessa análise é publicado na Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG e é a primeira vez que, de todos os documentos investigados até aqui, os alunos se pronunciarão sobre sua formação, e o que acrescentam ao debate é impossível de ser ignorado:

Na verdade, existe toda uma problemática que dificulta a dinamização dos cursos de pós-graduação em qualquer unidade da Universidade, haja vista que os mesmos serão influenciados por questões mais gerais da própria instituição e que resultam da problemática política e social da sociedade brasileira. No caso da biblioteconomia, a esses problemas gerais se acrescem alguns específicos, decorrentes do próprio campo de conhecimento. Na medida em que ainda se encontra em discussão a situação epistemológica da biblioteconomia, sem um consenso de ser ela arte, técnica ou ciência, gera como consequência uma indefinição, que serve como emperramento dos possíveis avanços que se poderiam alcançar e da legitimidade que se poderia obter. É claro que esta situação é compartilhada com as disciplinas da área de Ciências Humanas. O agravante, entretanto, com relação à Biblioteconomia, é a existência de **uma percepção pobre no que se refere às suas possibilidades, fazendo com que seja compreendida como um serviço de apoio e suporte, subalterno às outras áreas**, visão às vezes compartilhada por seus próprios profissionais (Reis, A. e Reis, A. H., 1985, p.130, grifo nosso).

Na contramão da interpretação das representantes discentes, em 1986, voltará ao discurso a ideia de que a Ciência da Informação havia se desenvolvido mais rápido e tido uma ascensão social maior do que a conseguida pela Biblioteconomia. Isso se demonstra numa escolha assumida pela Revista de Biblioteconomia de Brasília, que desde sua criação, havia adotado como política editorial “[...] publicar traduções apenas quando tratar de assunto que **não tenha equivalente nacional** e que constitua **contribuição real** para o ensino, a pesquisa ou prática da profissão” (Tarapanoff, 1984b, grifo nosso). A editoria da revista, optará por traduzir e publicar uma entrevista com o professor T. D. Wilson, do *Department of Information Studies*, da *University of Sheffield*, concedida a Rodrigo Magalhães, diretor da Biblioteca do *British Council* em Lisboa, Portugal. A entrevista versa sobre a experiência do Reino Unido sobre o exercício da profissão de bibliotecário e sua relação com a do cientista da informação, assim como das tendências da profissão e do ensino da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

O entrevistado explica que no Reino Unido a divisão entre Biblioteconomia e Informação era menos evidente do que a divisão entre documentalistas e bibliotecários, com os primeiros trabalhando fundamentalmente em bibliotecas públicas e os segundos mais associados à organização da documentação em empresas e posteriormente com a Ciência da Informação. Diante disso o

entrevistador questiona por que a Escola de Biblioteconomia de *Sheffield* havia mudado seu nome para Departamento de Estudos da Informação, cuja resposta será:

[...] nós pensamos que o termo Estudos da Informação abarca a Biblioteconomia, a Informação, a gestão de informação e todos os outros aspectos relativos à organização, gestão e utilização de recursos de informação, orientados para grupos específicos de utilizadores. Por exemplo, está-se a dar agora, na Inglaterra, muita atenção ao trabalho de Informação para a comunidade nas bibliotecas públicas e verifica-se que as técnicas e processos utilizados na organização dos materiais para uso da comunidade são os mesmos utilizados numa biblioteca especializada ou pelo cientista da Informação (*Information Scientist*). **Não vejo qualquer problema em incluir a Biblioteconomia na grande área agora conhecida por Estudos da Informação** (Wilson, 1986, p.2, grifo nosso).

Diante da resposta recebida o entrevistador questiona se o entrevistado acreditava que mais departamentos de Estudos da Informação surgiriam das tradicionais escolas de Biblioteconomia, cuja resposta foi:

Para começar, a maior parte das escolas de Biblioteconomia do Reino Unido já se chamam Departamento de Estudos de Biblioteconomia e Informação ou Departamento de Biblioteconomia e Ciências da Informação. Quantas dessas escolas estarão devidamente equipadas para ensinar as novas idéias, baseadas na investigação a ser feita em sistemas de informação computadorizados ou os modernos conceitos de gestão de informação, é provavelmente questionável. Contudo, elas **tiveram, ao menos, a iniciativa de alterar o nome** da escola, bem como os nomes dos cursos ministrados (Wilson, 1986, p.2-3, grifo nosso).

Interessante notar que a simples mudança de nome é interpretada como uma iniciativa louvável e que os argumentos do entrevistado vão de encontro a interpretações como a de Carvalho, A. (1983, p.303) que considerava que a denominação Biblioteconomia acarretava limitações do ponto de vista conceitual e profissional "por vincular uma área do conhecimento a uma instituição".

Aliás, ambas visões corroboram tanto com as afirmações de Cesarino (1978, p.221 e 238) sobre como a recepção das abordagens voltadas à informação pela Biblioteconomia foi pouco substancial e limitada à simples "modernização de terminologia" e se configurou no "fenômeno de se usar nomes que indicam tipos de serviços mais ambiciosos do que os que na realidade são oferecidos"; como com a de Reis, A. e Reis, A. H. (1985, p.130) sobre a Biblioteconomia ser muitas vezes compreendida "como um serviço de apoio e suporte, subalterno às outras áreas".

Sobre essa vulnerabilidade da Biblioteconomia, as mesmas autoras afirmam que a "percepção pobre" sobre a Biblioteconomia era compartilhada por seus próprios profissionais, o que se comprova também em textos publicados naquele mesmo ano de 1986, na Revista de Biblioteconomia de Brasília, do mestrando do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UFPB, posteriormente professor da UNB:

[...] tudo é informação e que todas as nossas ações sociais, políticas, econômicas, culturais e administrativas se reduzem à informação, e baseados ainda na estrutura interna da Ciência da Informação, uma ciência nova que está emprestando à Biblioteconomia a sistematização teórica de que ela precisa [...] (Souza, 1986a, p.92).

E vai além:

[...] se fosse possível propor a mudança de seu nome, tendo em vista o seu objeto de estudo e sua abrangência, a chamaríamos hoje de Informologia, Informatologia ou Ciência da Informação, que, etimologicamente, é o que significa.

[...]

A Biblioteconomia, entendida aqui como informatologia ou ciência da informação, é o estudo dos fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações em todos os campos do saber [...]

A Biblioteconomia, assim entendida como ciência da informação, tem suas raízes na própria história da humanidade, pois a informação sempre marcou presença na vida do homem e em todos os segmentos da sociedade (Souza, 1986b, p.191).

Oportunamente, no mesmo número em que se publicou os textos acima citados, a Revista de Biblioteconomia de Brasília, usará do rígido critério sobre publicação de traduções para selecionar e divulgar uma versão ampliada de uma palestra proferida para várias plateias pelo professor Gay Garrison, do *College of Information Studies* da *Drexel University* realizada alguns anos antes, em 1983, na qual afirmará que:

Há dez anos apenas alguns poucos cursos tinham o título de Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Hoje em dia este termo é a norma [...]

A próxima onda provavelmente eliminará a palavra biblioteca dos títulos dos cursos, pelo simples motivo de que as bibliotecas e a Biblioteconomia agora fazem somente parte do currículo. A Universidade de Syracuse foi a primeira a mudar, em 1975, com sua Escola de Estudos em Informação. Em setembro de 1983, a Universidade de Drexel rebatizou sua antiga Escola de Biblioteconomia e Ciência de Informação como Faculdade de Estudos Informacionais, e, ao mesmo tempo, implantou um curso de graduação, além do atual curso de pós-graduação.

A mudança de nomes de cursos, apesar da pressa e, em alguns casos, da arbitrariedade da escolha, indica uma reorientação importante na filosofia, no que se refere ao escopo do currículo e às finalidades da educação. **Revela, também, um novo nível de agressividade por parte dos cursos** (Garrison, 1986, p.191).

A década que havia começado com um discurso de cooperação e parceria entre Biblioteconomia e Ciência da Informação vai retomando a disputa e a polêmica, que pareceu encontrar no VIII Encontro de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, realizado em Campinas (São Paulo), meios de negociação através da definição de áreas e linhas de pesquisa capazes de neutralizar as diferenças.

O evento ocorrido em 1986, teve como tema-base "Linhas e projetos de pesquisa dos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação: repensando o real e o ideal", do qual participaram representante dos cursos do IBICT, da PUCCAMP, da UFMG, da UFPB, da UNB e da USP (como área de concentração do curso de comunicação), inclusive de seu corpo discente, com apresentações de experiência e estudos sobre seus cursos de origem. Das discussões havidas durante o evento, consolidaram-se as seguintes propostas:

1. Realizar o próximo encontro em junho de 1987, em São Paulo.
2. O tema do próximo encontro será "Auto-avaliação e perspectivas para o futuro" visando a obtenção de dados que viabilizem um trabalho conjunto de estabelecimento de um Plano Nacional de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciências (sic) da Informação, com ênfase nas áreas de concentração e linhas de pesquisa. Enquanto não for estabelecido este plano os Cursos manterão suas atuais áreas de concentração e linhas de pesquisa.
3. Uma vez, definido o Plano e estabelecidas as áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa, as Instituições deverão assumir o compromisso de implantar e de viabilizar o desenvolvimento das mesmas.
4. Solicitar às agências financeiras um maior apoio aos docentes da área para que possam fazer o doutorado fora do país.
5. Solicitar às agências financeiras apoio para o incremento de programas contando com professores visitantes para o enriquecimento curricular dos cursos.
6. Solicitar apoio das agências para o desenvolvimento da Pós-Graduação "Strictu-Sensu" na área, garantindo a formação do docente, do pesquisador e de profissional de alto nível.
7. Implementar cursos de pós-graduação "Lato-Sensu" de modo a melhor atender às necessidades de aprimoramento dos profissionais da área.
8. Conseguir condições para melhoria e flexibilidade dos currículos, viabilizando, quando possível, ao aluno compor seu próprio currículo.
9. Integrar os alunos nos projetos de pesquisa das linhas existentes nos Cursos.
10. Oficializar a representação discente nos próximos encontros de pós-graduação (Propostas, 1987, p.116-118).

Além das propostas oficiais, Carvalho, A. (1987, p.18) defenderá a ideia aventada desde os V e VI encontros, da criação de uma associação:

Uma Associação de Pós-Graduação na área viria facilitar a obtenção dos objetivos definidos em conjunto e que vêm sendo paulatinamente atingidos, mas que são, ao mesmo tempo, permanentes e dinâmicos, como por exemplo:

- . troca de experiências e resultados;
- . promoção de intercâmbio e colaboração;
- . discussões para subsídio à formulação de políticas e ao estabelecimento de critérios de qualidade;
- . captação de recursos;
- . organização conjunta de seminários, simpósios;
- . assistência técnica ao ensino e pesquisa.

Não se registra no encontro qualquer discussão sobre aproximações e divergências entre a Biblioteconomia e Ciência da Informação, ao contrário, será comum as duas serem tratadas como “área”, por exemplo, a pós-graduação da área, os cursos da área etc. Entretanto sempre defendendo-se que “a área” seja representada em sua completude, ou seja, tanto do caráter técnico-científico da informação quanto do caráter social e cultural da informação e da biblioteca, e que essa representação seria operacionalizada a partir da definição conjunta de áreas de concentração e linhas de pesquisa.

No contexto político brasileiro, era instalada no Congresso Nacional a Assembleia Constituinte, órgão colegiado formado com a função de redigir uma nova constituição para o país, e naquela ocasião, composta, em sua maioria, por parlamentares eleitos. A democracia era o assunto da vez no discurso nacional que se manifestou também no XIV CBBB, realizado em Recife, cujo tema central foi "Biblioteca e democratização da informação" dividido em outros quatro subtemas, a saber: "Informação em ciência e tecnologia"; "Preservação de acervo cultural"; "Política bibliotecária"; "Novas tecnologias em bibliotecas e centros de informações". Não se identificou nos trabalhos apresentados discussões sobre Biblioteconomia versus Ciência da Informação, tampouco discussões sobre a natureza teórica de ambas. Trabalhos que trataram sobre a formação profissional usaram termos como "pessoal da informação" ou "pessoal da área", a exemplo do que se observou anteriormente quando se utilizou “profissional da informação”, demonstrando que a distinção do ponto de vista da divisão do trabalho não configurava uma preocupação relevante para aquele momento.

O ano da promulgação da “Constituição Cidadã”, 1988, não registrou, no material selecionado para pesquisa, qualquer discussão acerca da Ciência da Informação, seja por sua abordagem teórica ou

de suas aproximações e distinções em relação a Biblioteconomia.

O mesmo se observou nos anais do XV CBBBD, realizado no Rio de Janeiro, em 1989, que se dedicou ao tema “Gerência da informação” explorado a partir dos seguintes aspectos: “a formação do gerente”; “o valor da informação”; “a biblioteca no contexto institucional”; “marketing”.

É também em 1989 que acontece um evento de grande importância para a área. A proposta de criação de uma associação de pós-graduação que de acordo com Carvalho, A. (1987) havia sido discutida nos V, VI e VII Encontro de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, consolidou-se em 1989:

[...] a preocupação em sintonizar harmoniosamente ensino e pesquisa começou a despontar no final da década de 80. Assim, sentiu-se a necessidade de política geral de Pós-Graduação para a área de informação e conseqüentemente essas mudanças que vinham ocorrendo explodiram durante o X Encontro realizado em 1989 em Brasília, culminando com a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (*sic*) (Población, 1991, p.5 e 6).

A partir da criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), discussões sobre as necessidades da pesquisa e ensino teriam sido aprofundadas e os laços entre os cursos teriam sido estreitados (Población, 1993, p.18).

O fim da década de 1980 será marcado, portanto, pela retomada de uma aparente convivência harmoniosa entre Biblioteconomia e Ciência da Informação. Sabendo que em algum momento da década seguinte esse cenário muda, já que é quando os cursos de mestrado em Biblioteconomia promoveram a mudança de nomenclatura para Ciência da Informação, na próxima seção a documentação selecionada para o período será minuciosamente analisada a exemplo do que se fez até aqui.

4.4 A Ciência da Informação como área do conhecimento: o processo de aceitação da fórmula.

O que se observou até aqui foi o surgimento da Ciência da Informação no final da década de 1960 e início da década seguinte diretamente relacionada às necessidades impostas pela utilização da informação científico-tecnológica nos programas de desenvolvimento do país; e a formação de um profissional especializado para seu tratamento.

Ao longo da década de 1970, por compartilhar práticas e profissionais com a Biblioteconomia, intensa discussão é feita sobre os limites de cada uma. A realidade material dos fatos observados é que apesar de se lançar como nova ciência, ela se mostrou mais como especialidade técnica e qualificação de mão de obra num campo de trabalho majoritariamente ocupado por bibliotecários.

O começo da década seguinte se mostra menos intenso nesse embate e mais preocupado com a somatória de forças, mas a ideia de que a nova ciência era capaz de acomodar sob si todas as áreas do conhecimento que tinham na informação seu objeto de estudo e trabalho voltará à tona em meados de 1980, seguido novamente de um discurso de comunhão e parceria.

Inicia-se então a década de 1990, que se configura no cenário político como a fase de consolidação do regime liberal-democrático, que reflete o modelo neoliberal adotado e a supervalorização da ideia de empreendedorismo privado, valor das empresas, dos negócios, e das organizações na sociedade. Esse quadro influenciará as abordagens sobre a informação que irá se direcionar para estudos relacionados à questões econômico-gerenciais, inteligência competitiva, gestão do conhecimento, gestão da qualidade, informação de valor agregado etc. (Codato, 2005; Martins, E., 2004).

Em 1990, é realizado, em João Pessoa, o XI Encontro dos Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, do qual participaram os representantes da IBICT, UFMG, PUCCAMP, UNB, UFPB e USP (como área de concentração da pós-graduação em Comunicação). Agora organizado e liderado pela ANCIB, cujo incentivo para criação teria vindo do CNPQ:

O **CNPq**, enquanto **agência de fomento** responsável pelo apoio à pesquisa e formação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, vem trazendo já há algum tempo, através de seus representantes, preocupações quanto à área de Ciência da Informação.

[...] foi sugerida a criação de uma sociedade científica que congregasse a pós-graduação e a pesquisa. A **ANCIB** representa então hoje, importante **interlocutor da Ciência da Informação junto ao CNPq**, através da qual poderá interagir mais fortemente com a comunidade (Oliveira, M., 1991, p.11-12).

A fala acima é de Marlene de Oliveira que participou do evento na condição de relatora do CNPQ. Veja-se que entra no discurso um elemento importante, o fomento à pesquisa de formação de recursos humanos, mas este fomento, ao que parece, está restrito à Ciência da Informação. Não é difícil supor, portanto, que a alteração na denominação dos cursos tenha relação como o papel da ANCIB como interlocutora da Ciência da Informação junto a principal agência de fomento da época.

Refletindo o discurso neoliberal que se estabelecia, Regina Marteleto, pesquisadora do IBICT, ao abordar, em sua comunicação, o tema "A Ciência da Informação e o 3º mundo". Para além da argumentação sobre economia da informação, mercado informacional etc, o que chama atenção é, segundo a autora:

No plano acadêmico a pergunta básica se torna: Afinal, o que é a Ciência da Informação? Qual o seu objeto de estudo?, pergunta irrelevante se pensarmos que o que ela se pretende e o que tem por objeto já estarem contidos no seu próprio enunciados ela se quer Ciência, seu objeto é a informação (Marteleto, 1991, p.17).

Percebe-se que começa a circular a ideia de que a Ciência da Informação se define pelo próprio nome, não carece de fundamentação, é o que é, simplesmente.

Tanto que, ainda no evento, sem maiores exposições que tivessem a ver com a fundamentação teórica, mas ao contrário, baseada apenas na argumentação sobre a necessidade de adequação ao mercado, Anna da Soledade Vieira, representante da UFMG, ao relatar os feitos da gestão 1988-1990, comunica que dentre os objetivos projetados para o período estava "revitalizar o curso de mestrado em Biblioteconomia" e que nesse processo se incluía a proposição da alteração do nome para curso de mestrado em Ciência da Informação" (Vieira, 1991, p.36-37).

Por fim, diante desse cenário de mudanças, Else Valeo, representante da PUCAMP no evento, quando da sua comunicação, conclamou: "o que fica para nossa reflexão agora para os próximos anos é resgatar o sentido da Pós-Graduação. Nós queremos pensar com personalidade, isto é, com independência do discurso oficial, esteja ele nos planos de governo ou na fala universitária ou na literatura" (Valeo, 1991, p.55).

E ao término do encontro, são consolidadas seis recomendações pelos representantes dos cursos, das quais se destacam:

2. Que os Cursos de pós-graduação se incubam de focalizar a informação não necessariamente associada à biblioteca.
3. Que os órgãos de fomento destinem recursos ao setor de informação do país no âmbito da pesquisa e do ensino em Ciência Informação e áreas correlatas, na mesma da destina a outras áreas onde já existem proporção que de pesquisa consolidados (Recomendações, 1991, p.68).

A ideia de desvincular a informação à biblioteca tanto segue a tendência do discurso neoliberal, no qual informação se relacionado com mercado e negócios, como pode ter fortalecido a Ciência da

Informação como a quem compete tratar dessa informação que já não pode mais estar restrita à biblioteca e, por extensão, à Biblioteconomia.

O CBBB chega a sua XVI edição em 1991, e é realizado em Salvador. As discussões da ocasião ainda giram em torno do discurso do desenvolvimento do país tendo como tema central, exatamente o mesmo escolhido para a IV edição de 1971, "Biblioteca e desenvolvimento econômico e social". Os trabalhos apresentados foram divididos nos subtemas: "A biblioteca pública no processo de educação permanente"; "A questão das bibliotecas escolares"; "Articulação universidade/sociedade: contribuição da biblioteca universitária"; "Pesquisa e desenvolvimento: contribuição da biblioteca especializada"; "Novos suportes para gerenciamento e armazenamento da informação"; "Biblioteca, desenvolvimento social e cultura"; "Ensino da Biblioteconomia" e em nenhum deles se observou discussões sobre questões teóricas Ciência da Informação e Biblioteconomia, nem de seus limites em relação ao ensino e formação de profissionais.

Se no CBBB o discurso liberal ainda não havia encontrado eco, o mesmo não se pode dizer do Simpósio Internacional "A Informação no Terceiro Milênio", realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1992, cujos trabalhos e resumos de palestras foram apresentados na Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Dentre as palestras apresentadas destaca-se a de Anna da Soledade Vieira, ora apresentada como consultora de empresa, outrora professora da UFMG e idealizadora de seu curso de mestrado, que reflete inteiramente o discurso que agora surgia em função de uma "sociedade da informação" que se estabelecia e para qual

[...] o novo profissional da informação deverá ter sua capacitação orientada para o diálogo com o cliente e com seus pares, os quais, por sua vez, advirão de áreas acadêmicas diversificadas e atuarão em atividades especializadas no setor. Dele se pedirá ainda uma competência profissional ampla [...]
O desenvolvimento de tal profissional exigirá a parceria entre universidade, empresa e associações de classe, trabalhando segundo um currículo contingencial que atenda à diversidade das características regionais e setoriais da demanda, sem perder de vista o caráter universal do conhecimento (Vieira, 1993, p.111)

Dentre os trabalhos apresentados, destaca-se o de Blaise Cronin, diretor da Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação da *Indiana University*, no qual o autor afirma delinear as recentes tendências de alguns países de "primeiro mundo", avaliando quais os reflexos dessas tendências para países em "desenvolvimento", como o Brasil, e partindo da constatação de que:

Na realidade a área tem-se mostrado confusa, ideologicamente fragmentada e inclinada a soluções de curto prazo. Certamente, o problema de "duas culturas" permanece sem solução e a dicotomia entre biblioteconomia e ciência da informação persiste (Cronin, 1993, p.42).

O autor também comenta sobre a situação da área no ambiente acadêmico dos Estados Unidos: "Vários estudos têm abordado o "descaso por parte de outros profissionais, quanto à pesquisa feita por professores de biblioteconomia", e a percepção de que **"uma escola de biblioteconomia não melhora a imagem da elite universitária"** (Stieg, 1991⁶⁰ citado por Cronin, 1993, p.45, grifo nosso).

E como recomendação para a situação brasileira opina:

Embora no Brasil se tenha investido uma soma relativamente significativa em programas tradicionais de biblioteconomia e ciência da informação, poder-se-ia aprender com os erros cometidos nos programas do primeiro mundo, evitar a fase de amadurecimento e mover-se diretamente em direção à criação de escolas e programas sintonizados com o clima econômico e social em vigor (Cronin, 1993, p.60).

As afirmações do autor podem sugerir a razão pela qual os departamentos das universidades aos poucos foram mudando suas denominações para acolher a Ciência da Informação por que a "Biblioteconomia não melhora a imagem da elite universitária", lembrando ainda das alegações de Wilson (1986, p.2-3) sobre a louvável a iniciativa de se alterar o nome dos departamentos, mesmo sabendo que não estariam devidamente equipados para ensinar as novas ideias; e as de Garrison (1986, p.191) sobre a mudança de nomes revelar um novo nível de agressividade por parte dos cursos.

Essa saída artificial para o reconhecimento da área pelo meio acadêmico pode ser observada nos registros do XII Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, realizado também em 1992, em São Paulo, promovido pela ANCIB, e do qual participaram os seis cursos existentes à época: IBICT, UFMG, PUCCAMP, UNB, UFPB e USP (agora na condição de programa autônomo carente apenas de homologação pela universidade).

⁶⁰ STIEG, M. F. The closing of library schools: darwinism at the door. *Library Quarterly*, v.61, n.3, p.266-272, 1991.

Na ocasião, Dinah Población, então presidente da ANCIB e professora da Escola de Comunicação e Artes da USP, apresentou um levantamento histórico sobre o ensino da Biblioteconomia no Brasil, no qual identifica quatro fases:

Fase I (1915-1928) - formação com influência européia;
Fase II (1929-1969) - mudança de direção da influência européia para o pragmatismo americano;
Fase III (1970-1985) - ufanismo nacionalista caracterizado pelo crescimento quantitativo das escolas
Fase IV (1986-) - estabilização do crescimento quantitativo e início do período de reflexão, objetivando a avaliação qualitativa no ensino ministrado a nível de graduação (Población, 1993, p.11).

Segundo a interpretação da autora, no mesmo período da fase III iniciou-se a fase I da pós-graduação (1970-1985), a partir da criação do curso do IBBD e

Nessa mesma década de 70 foram criados mais cinco cursos de pós-graduação, no mesmo nível de mestrado. No entanto, todos foram denominados de Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia, pelo fato de terem sido instalados em escolas cujos cursos de graduação eram de Biblioteconomia (Población, 1993, p.13, grifo original).

A afirmação da autora, no entanto, é no mínimo equivocada, já que ao menos no caso da UFMG, a decisão pela denominação Biblioteconomia à Ciência da Informação foi uma escolha defendida por suas idealizadoras (Vieira, 1977, p.138).

Aliás, a alegação de que a denominação Biblioteconomia havia sido uma imposição burocrática, não encontra sustentação nem no próprio discurso da autora, já que em outro momento do mesmo texto afirma:

A partir da criação da ANCIB [...] foram aprofundadas as discussões e fortalecidos os laços entre os cursos. Como consequência desse amadurecimento nota-se a transformação que vem ocorrendo também na designação dos cursos: quatro deles estão sendo reformulados e alterando a denominação de **Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia para Ciência da Informação**. Essa denominação "científica" que vem sendo mantida pelo IBICT/UFRJ desde 1970, passou a vigorar a partir de 1991 na Universidade de Brasília e está em fase de processo de mudança em 1992, na Universidades de Minas Gerais, USP e PUCCAMP (Población, 1993, p.18, grifo original).

Para além do cientificismo atribuído ao curso do IBBD a autora, também reivindica um pioneirismo latino americano: "[...] em 1970 o primeiro curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação (CPGI) (*sic*), sendo o primeiro na América Latina" (Población, 1993, p.13).

Por fim, sobre os destinos da pós-graduação, alinha-se ao discurso neoliberal que se propagava na época:

Prevê-se para 1993 o início da FASE III com características de "Ciência" gerando conhecimento que sustentarão a conceituação teórica bem como a concretização de práticas, que possam contribuir para o avanço científico colocando o país entre os mercados competitivos em contínua transformação (Población, 1993, p.22).

A afirmação de que só se usou a denominação Biblioteconomia por questões relacionadas ao organograma institucional, ignorando toda a discussão existente sobre o tema e demonstrado aqui nos excertos apresentados; ou mesmo quando alega outra versão de que seria o resultado de um amadurecimento dos cursos; somada à ênfase no pioneirismo do IBBD, evidencia uma das propriedades da fórmula que é constituir-se como lugar de memória, num visível apagamento de acontecimentos históricos em detrimento de um vanguardismo científico brasileiro em relação ao tema.

Ainda no XII Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, a representação do curso da PUCCAMP apresenta as reflexões de seus docentes, buscando juntar o discurso das últimas décadas e identificando:

[...] que a essência da nossa profissão está no Registro e Recuperação de Informação, e isso significa Recursos Informativos, isto é, Fontes de informação. As Fontes de informação da década de 90, na década de 70 era a própria Bibliografia. O que mudou? Mudou a percepção das Fontes de informação, agora na década de 90 entendidas fora da hegemonia de ICT.

[...]

Temos então duas questões dessa problemática que é a formação do profissional nas linhas de pesquisa: o tipo de informação a ser trabalhada e o tratamento a ser desenvolvido (Mostafa, 1993, p.33-34).

À parte o malabarismo discursivo para se criar equivalência entre recursos informativos e fontes de informação, o que se nota aqui é que a alegação, antes possível, de que à Ciência da Informação cabia a informação técnico-científica e à Biblioteconomia a sócio-cultural, agora ambas se tornam domínio da Ciência da Informação.

E o XII Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia ainda revela mais informações sobre a realidade da área na década de 1990.

Se em 1977, quando da concepção do curso, suas idealizadoras entenderão que o termo biblioteca era mais genérico e em seu sentido *lato* e cobria o papel e as funções de outros serviços de informação (Vieira, 1977, p.138), passado quinze anos, essa interpretação será superada e um projeto de reestruturação do curso da UFMG, apresentado no evento, sustentará mudanças tanto em sua estrutura curricular como em sua denominação:

Considera-se imprescindível uma mudança de ênfase da "instituição biblioteca" para a "informação".

[...]

Os desafios colocados pela dinâmica da sociedade pós-industrial, pela complexidade do uso da tecnologia, e pelas diferentes interfaces que a questão da informação propõe, fazem com que o atual nome do programa de pós-graduação tenha que ser mudado, para incorporar a pretendida ampliação do escopo. Dessa forma, propõe-se a denominação "Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Nível Mestrado, que consegue melhor incorporar o caráter interdisciplinar inerente ao espectro das especificidades constantes do presente projeto. O nome proposto reflete a abrangência e a complexidade implícitas na feição que se está imprimindo ao mestrado da EB/UFMG (Curso..., 1993, p.42-44).

Por fim, na parte que cabe à manifestação da UNB, como participante do XII Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, registra-se que o curso de Doutorado em Ciência da Informação havia sido aprovado pelo Conselho Universitário podendo ser iniciado a partir do segundo semestre de 1992 (Relatório suscinto..., 1993, p.59-60).

E sobre o curso de doutorado da UNB, Jaime Robredo, chefe do Departamento de Biblioteconomia, e Suzana Pinheiro Machado Mueller, coordenadora de pós-graduação, apresentaram a proposta de sua criação ao Conselho Universitário sob a seguinte justificativa:

Em diversas áreas, como é o caso da ecologia, por exemplo, é difícil determinar com precisão as fronteiras que as separam de outras áreas. Assim a Ecologia encontra-se intimamente ligada à Química, à Física, às Ciências Biológicas ou à Botânica. Da mesma forma, no caso da Ciência da Informação, orientada para a compreensão do fluxo e da transferência do conhecimento registrado, não é possível separar nitidamente determinados aspectos do registro, armazenagem e processamento da informação (atividades próprias de bibliotecários e arquivistas, entre outros), dos sistemas que visam a difusão e a recuperação da informação. Tais sistemas englobam recursos da comunicação e das telecomunicações, da informática, da linguística, da lógica e da administração (Robredo e Mueller, 1991, p.1)

Ainda no projeto há um resumo sobre a "área de conhecimento" do curso:

O termo Ciência da Informação foi cunhado há mais de 25 anos e é hoje mundialmente aceito e compreendido como a área do conhecimento que engloba os aspectos relativos ao registro, processamento, armazenamento, difusão, recuperação e uso da informação documentária, independentemente do tipo de suporte em que foi registrada. Representa, provavelmente, o único termo capaz de identificar os aspectos de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade que caracterizam os processos de registro e transferência dos conhecimentos em toda a sua abrangência (Robredo e Mueller, 1991, p.1).

Fato curioso é que ao apresentar a evolução do Departamento de Biblioteconomia onde o curso seria criado, os propositores do projeto relembram a criação em 1978 do curso de mestrado em Biblioteconomia e Documentação como um acontecimento que abriu portas à pesquisa e a aquisição de fundamentação, e que

O termo documentação, no nome do curso e no diploma conferido, denotava a intenção dessa abertura, pois segundo o Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, este termo e seu correlato **documentologia** significa "... conjunto de conhecimentos e técnicas que têm por fim a pesquisa, reunião, descrição, produção e utilização de documentos de qualquer natureza, abrangendo assim, a bibliologia, a museologia, a arquivologia, a iconografia, a discografia, a filmologia e as coleções de história natural (herbários, jardins botânicos, jardins geológicos, etc)" (Robredo e Mueller, 1991, p.2, grifo original)

Diante do exposto, fica a reflexão: quais as diferenças materiais entre a Documentação e a Ciência da Informação? Para melhor visualização dos argumentos apresentados no texto da proposta, elaborou-se o quadro abaixo:

QUADRO 7 – Comparação entre os objetos e atividades da Documentação e Ciência da Informação apresentados na proposta de criação do doutorado da UNB

| Objeto da Documentação | Objeto da Ciência da Informação |
|--|---|
| documentos de qualquer natureza | informação documentária, independentemente do tipo de suporte em que foi registrada |
| Atividades de Documentação | Atividades da Ciência da Informação |
| pesquisa, reunião, descrição, produção e utilização de documentos de qualquer natureza | registro, processamento, armazenamento, difusão, recuperação e uso da informação documentária |

Fonte: elaborado pela autora a partir de Robredo e Mueller (1991).

Face a essa explicação, nova reflexão se apresenta: Seria mesmo a Ciência da Informação “[...] o único termo capaz de identificar os aspectos de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade que caracterizam os processos de registro e transferência dos conhecimentos em toda a sua abrangência” (Robredo e Mueller, 1991)?

Ao que parece a fórmula em seu processo de aceitabilidade passa a ajustar definições que lhe são convenientes para se justificar. Embora não fique claro quais as reais intenções sobre a mudança do nome que se observava nesse início da década de 1990, é possível identificar no discurso que havia relação com o desprestígio acadêmico da Biblioteconomia; com a possibilidade de atrair candidatos de outras formações que não só os bibliotecários; somado a uma “tendência mundial” que pode ter a ver com o discurso da globalização que se difundia na época.

Em 1994 realiza-se o que ficará conhecido posteriormente como I ENANCIB. Oficialmente denominado I Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia, o evento acontece em Belo Horizonte, promovido pela ANCIB e patrocinado pelo CNPQ, tendo como parte de sua programação o XIII Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Essa, provavelmente, terá sido a última edição dos encontros iniciados em 1976.

A ANCIB já se organizava em grupos de trabalho: "Informação tecnológica"; "Informação e Sociedade/Ação Cultural"; "Representação do conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação"; "Administração/Gestão/Avaliação e estudos de usuário", "Formação profissional/Mercado de trabalho"; "Produção científica/Literatura cinza"; "Novas tecnologias/Bases de dados/Fontes de Informação". Os trabalhos apresentados no evento foram reunidos seguindo cada um desses grupos.

Há um conjunto de trabalhos em seus anais que como não correspondem a nenhum dos grupos de trabalho da ANCIB provavelmente se originaram do XIII Encontro Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia já que aparecem como última seção no documento e conforme o sumário sob o título de “Políticas de Pesquisa dos Cursos de Pós-Graduação”. Além disso, as características dos textos apresentados guardam semelhanças com as dos textos de suas edições anteriores, ou seja, cada representante apresentando a situação de seu curso e os pontos de reflexão que desejava suscitar. E é nesse espírito que o professor doutor da USP, Edmir Perrotti, ao lembrar a formação multidisciplinar da Escola de Comunicação e Artes (ECA); a trajetória do Departamento de Biblioteconomia e Documentação (CBD); e sua estreita vinculação com os cursos de Comunicação, reflete que

[...] a vinculação CBD-ECA revelaria também alguns pontos problemáticos. Um deles, foi uma certa tendência à diluição da identidade dos cursos, especialmente porque estamos numa área que até hoje **tem dificuldade em definir com clareza seu objeto**. É a biblioteca, isto é, o espaço? Ou é o documento, o suporte? É a informação, um elemento impalpável que pode ser tudo e pode ser nada dependendo do ângulo de visão? Ou seria tudo isso junto, apesar dos **riscos permanentes de autêntica salada científica?** [...]

Desse Modo, o casamento precoce de parceiros que ainda não tinham definido com clareza sua auto-imagem produziu muitas vezes sérias dificuldades ao reconhecimento, gerando ambigüidades que persistem até hoje (Perrotti, 1994, p.47, grifo nosso).

Contudo, apesar das inquietações apresentadas, acaba por assumir a Ciência da Informação como área do conhecimento: "em que pesem os problemas, a verdade é que neste quarto de século o CBD conseguiu construir as bases para a produção de conhecimentos em Ciência da Informação" (Perrotti, 1994, p.47).

É preciso que se tenha em mente que o processo de aceitabilidade da fórmula não anula nenhuma de suas propriedades, então ainda que tenha se tornado um referente social, tenha se cristalizado no discurso e se apresente como um lugar de memória, ela continua carregando seu caráter polêmico, por isso permanece suscitando indagações e reflexões como a que se nota no texto acima citado.

Ainda no ano de 1994 acontece o XVII CBBB, em Belo Horizonte, sob tema central "Transferência da informação no limiar do ano 2000", dividido nos subtemas "Informação para a ciência, tecnologia e negócios"; "Redes e sistemas de informações"; "Indústria e mercado de informação"; "Direito à informação e à leitura: construção da cidadania". Como se nota, a temática remete diretamente ao discurso neoliberal da época e não se observou trabalhos que discutissem a "problemática" da Ciência da Informação, esse momento já é de aceitação da fórmula e há pouco espaço para o questionamento e nenhum para sua contestação.

Em 1995 realiza-se o II Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia (II ENANCIB). Realizado em Valinhos (São Paulo). O evento ganhava visibilidade e são apresentadas cinquenta pesquisas reunidas sob seis grandes temas: "Informação tecnológica e Administração de serviços"; "Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria de classificação"; "Novas tecnologias/Bases de dados/Fontes de informação [e a educação]" (sic); "Informação e sociedade"; "Produção científica e literatura cinzenta"; "Formação profissional e mercado de trabalho".

O evento não reserva mais espaço para a apresentação dos cursos de pós-graduação existentes e é sabido que até aquele momento apenas o curso da UFPB permanecia como mestrado em Biblioteconomia, sendo que a última a fazer a mudança havia sido a PUCCAMP naquele mesmo ano.

A Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG é encerrada em 1995 e continuada em 1996 pela *Perspectivas em Ciência da Informação* que tem seu primeiro número dedicado aos "Fundamentos teóricos da informação" com editoria especial de Isis Paim, professora da Escola, que justifica a escolha do tema considerando que "O conteúdo do presente fascículo representa o esforço de se avançar na exploração, pertinente, de conceitos e tendências na ciência da informação" (Paim, I. 1996, p.7).

Um dos artigos de destaque da edição é assinado por Rosa Maria Quadros Nehmy, Carlos Henrique Rezende Falci, Jarbas Greque Acosta e Rosane R. Braga, alunos do mestrado da UFMG, e resulta de discussões ocorridas durante a disciplina "Fundamentos teóricos da informação", ministrada pela professora Isis Paim. Nele os autores se utilizam da teoria de Thomas Kuhn sobre a estrutura das revoluções científicas e ao discutirem a cientificidade da Ciência da Informação concluem que o modelo utilizado não adquiriu densidade se comparada ao ocorrido nas ciências sociais:

Não existe, entre os praticantes da ciência a informação, convergência sobre sua história. Se nas ciências sociais há um acordo tácito sobre sua origem e pelo menos sobre quais são seus autores clássicos (a tríade Marx, Weber e Durkheim), na ciência da informação não parece haver tal consenso.

[..]

Não há consenso na ciência da informação sobre suas realizações passadas e presentes, assim como não o há nas ciências sociais. No entanto, **na ciência da informação não há sequer acordo sobre sua origem como área de conhecimento** (Nehmy *et al*, 1996, p.16-17, grifo nosso).

Como o modelo de Khun não se mostra suficiente para conformar as condições da Ciência da Informação, os autores articulam diversas teorias e referências e, novamente retomando as ciências sociais, identificam:

Outro ponto semelhante ao da trajetória das ciências sociais que pode servir como referência para análise é o da institucionalização disciplinar. Na realidade a ciência da informação, enquanto uma área derivada da biblioteconomia ou como uma área autônoma, se institucionalizou também antes de obter o estatuto de cientificidade ou de ter alcançado a maturidade científica. Mas as condições especiais em que ocorre sua institucionalização devem ser pesadas para melhor compreensão da questão. As ciências sociais tiveram uma experiência de

institucionalização através de uma crescente especialização de suas disciplinas - a sociologia, a economia, a ciência política e a antropologia - formando assim comunidades específicas de pesquisadores. A ciência da informação segue o caminho inverso, constituindo-se como especialidade acadêmica a partir da formação pós-graduada de profissionais de variadas origens (Nehmy *et al*, 1996, p.23)

Ainda no mesmo fascículo de estreia e também sob autoria de alunos do curso de mestrado, Marconi Eugênio, Ricardo Orlandi França e Rui Campos Perez, um outro artigo explora o mesmo modelo de Khun e identifica que a Ciência da Informação se apresentava como ciência imatura:

A ciência da informação apresenta algumas características importantes na nossa análise. Conforme vimos anteriormente, ainda não existe um consenso quanto a uma definição de informação. O objeto de estudo da ciência da informação ainda não é claro. Além disto, a própria ciência não foi claramente definida, nem há consenso sobre o que, de fato, ela seja. Não há na ciência da informação algo que Kuhn chama de paradigma, alguma idéia que seja consensual, hegemônica e que defina limites para o desenvolvimento dessa ciência. Nota-se já uma busca por uma fundamentação teórica forte que sustente a ciência da informação, mas que ainda não existe de modo bem definido; observa-se, entretanto, uma estruturação crescente em torno do conceito de bibliometria.

De acordo com o exposto acima e considerando o modelo de evolução da ciência segundo Kuhn **podemos concluir que a ciência da informação ainda se comporta como uma ciência imatura** em busca de um paradigma que dê sustentação e abra os horizontes para o estudo e pesquisa nesta área (Eugênio; França e Perez, 1996, p.34, grifo nosso).

Os autores, então, propõem sua interpretação através da conjugação e articulação entre ciência e tecnologia, podendo, assim, ser considerada como ciência social aplicada.

A argumentação de ambos os artigos evidencia uma preocupação em justificar a Ciência da Informação como ciência seguindo os modelos aceitos pela comunidade científica. O que se observa é o processo de aceitabilidade da fórmula extrapolando o ambiente compartilhado pela Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia etc., e buscando reconhecimento na ciência enquanto macro estrutura. Esse movimento também remete à ideia de campo de Bourdieu, o reconhecimento da autoridade científica pelos demais atores da ciência é questão de sobrevivência.

Por fim, dentre outros artigos que não discutem diretamente a condição da Ciência da Informação, é incluído no fascículo a tradução de um ensaio apresentado em 1991 na *International Conference on Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives* por Tefko Saracevic, professor da School of Communication, Information and Library Studies, Rutgers University, no qual discute "a origem histórica da Ciência da Informação juntamente com

seu papel social na sociedade da informação" (Saracevic, 1996, p.41) e a medida que constrói essa narrativa epopeica vai interrelacionando outras áreas de práticas e de saberes para ao final afirmar:

Tem um registro comprovado de interdisciplinaridade. Sob qualquer nome ou patrocínio, as atividades profissionais e científicas desempenhadas pela CI são necessárias. Sobretudo, a necessidade dessa atividade organizada é crítica para a sociedade moderna. Preenchendo tal necessidade, a CI poderá ser melhor definida e reestruturada, como a sociedade requer (Saracevic, 1996, p.60).

Refletindo sobre os três artigos de destaque da edição, é possível perceber indícios da constatação feita em pesquisa de mestrado quando a autora do presente trabalho identificou que das temáticas abordadas na produção da pós-graduação em relação às categorias temáticas utilizadas na análise, os

Fundamentos em Ciência da Informação mostrou-se a mais expressiva desde o surgimento da Pós-Graduação e as subcategorias que lhe conferem a preferência são a Bibliometria e os Estudos Interdisciplinares. Desse modo, os fundamentos da Ciência da Informação vêm se sustentando na legitimidade e autoridade científica conquistada pela Bibliometria e no argumento da Interdisciplinaridade (Momesso, 2017, p.70).

Ciência imatura ou não, fato é que a Ciência da Informação em fins da década de 1990 se consolidava. O curso da UFPB altera seu nome em 1997 e a partir de então, sem mais representantes de pós-graduação em Biblioteconomia o evento da ANCIB retira a denominação de sua terceira edição e é apresentado como III Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, mas também como III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, que

[...] traduz, na fluência das ideias dos trabalhos apresentados, que a área está em consolidação.

A ANCIB, sendo a Sociedade Científica daqueles que desenvolvem pesquisas em Ciência da Informação, tem a finalidade de incentivar a troca de idéias, a sistematização e a divulgação do conhecimento gerado pela sua comunidade de pesquisadores (Barreto, 1997, p.6).

Outro ponto importante que se observa nessa época é uma certa naturalização sobre a indefinição da Ciência da Informação. Essa condição não é algo que importe muito mais e esse comportamento também se observa no discurso da UNB como apresentado no relato de experiência sobre a reformulação do currículo de seu curso de Biblioteconomia, em 1998, publicado na Revista de Biblioteconomia de Brasília:

Várias tentativas de definir Ciência da Informação têm sido feitas e há várias e diferentes definições disponíveis na literatura. Essas definições sofrem influências da formação e visão particular de seus autores, e do estágio de desenvolvimento tecnológico prevalente na época em que são formuladas.

Mueller (1996)⁶¹ observa que "embora haja muita literatura e muita discussão sobre a falta de uma definição clara da área de atuação da ciência da informação, há consenso sobre seu interesse central (Miranda, Mueller e Zandonade, 1998, p.75)

Mas apesar de um certo "tanto faz" sobre uma definição para a Ciência da Informação, é fato também que o período foi marcado por discussões e reflexões sobre a informação. Uma vez que a Ciência da Informação passa a ser reconhecida como área do conhecimento, além da busca por elementos que comprovem sua cientificidade como se viu nos trabalhos de Nehmy *et al*, (1996) e Eugênio; França e Perez, (1996), existe um esforço no sentido de definir seu objeto, já que ele não mais se limita apenas à informação científica como havia sido anteriormente interpretado.

Um fascículo temático da revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, publicado em 1999, versa sobre a "retórica da informação" e dedica-se à divulgação de parte dos resultados alcançados por uma pesquisa conduzida, entre os anos de 1996 e 1998, pela professora da Faculdade de Letras da UFMG, Vera Casa Nova, em parceria com o Programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Biblioteconomia da UFMG e que teve como questão principal "o que é uma informação?" (Nova, 1999).

Dentre os artigos que compõem a publicação, destaca-se o de Alcenir Soares Reis, professora da UFMG, outrora aluna do mestrado em Administração de Bibliotecas, em que reflete sobre as seguintes questões: retórica-ideologia, são indissociáveis e complementares? Qual contribuição que o entendimento destes conceitos representam para a Ciência da Informação?. São elementos chaves de sua discussão as definições assumidas para retórica, ideologia e informação:

Assim, se a retórica se centra no caráter da persuasão, vale compreender que esta se realiza através de um processo que leva a crer em alguma coisa, sem necessariamente levar a fazer; por outro lado só se efetiva o caráter retórico se a persuasão se faz sem a ocorrência de mecanismos coercitivos. Assim, a retórica consiste em efetivar-se um discurso convincente em que o sujeito "convencido" não coloque em dúvida a legitimidade do processo [...]

⁶¹ MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Formação do profissional e educação continuada: que profissional devemos ser?. In: SIMPÓSIO BRASIL SUL DE INFORMAÇÃO, 1996. *Anais...* Londrina: UEL, 1996. p.253-272.

[...] enquanto a ideologia atua “para legitimar, justificar, defender, manter a ordem social”.

[...]

Informação – substrato da vida social, fundamental à compreensão dos fenômenos, requerendo daquele que a recebe submetê-la a um processo de análise, crítica e reflexão, para que, inserindo-o na historicidade dos processos sociais possa ser incorporada como conhecimento, norteador a ação (Reis, A., 1999, p.146, 151 e 155).

Por fim, sobre a interrelação desses três elementos, conclui:

[...] cabe, a partir do próprio objeto da ciência da informação, evidenciar que tanto no processo quanto na organização da informação neles estão presentes retórica e ideologia. Concretamente o processo de produção de informações consolida, na realidade, a representação de diferentes discursos que têm tanto a função de persuadir quanto advém de diferentes lugares sociais, estando portanto impressos nas mesmas visões de mundo, ou seja, buscam persuadir e consolidar as concepções hegemônicas (Reis, A., 1999, p.158).

Vale aqui lembrar que em 1985, na condição de aluna, a professora havia alertado para a existência de uma percepção pobre sobre a Biblioteconomia no que se referia às suas possibilidades fazendo-a ser compreendida como subalterna a outras áreas (Reis, A. e Reis, A. H., 1985, p.130).

Mas apesar de em outros tempos essa condição da Biblioteconomia ter sido objeto de sua reflexão, agora, mesmo alertando sobre a necessidade de se contrapor à postura dominante a autora parece ceder às concepções hegemônicas sobre a informação:

Assim, se os pontos antecedentes guardam uma vinculação com uma dimensão epistemológica e a esta deve se somar também um questionamento de caráter ideológico, haja vista a necessidade de se contrapor à postura dominante que vem atribuindo um caráter messiânico à informação. De um ponto de vista crítico é necessário entender que **informação constitui um dos aparatos da estrutura social**, exigindo portanto para sua compreensão o desvelamento das articulações de poder bem como uma visão histórica da sociedade e das relações sociais que nela se engendram (Reis, A., 1999, p.154).

Convém registrar ainda outra passagem importante do texto, que retrata a condição da época e que traz elementos para a discussão sobre um possível assujeitamento ideológico no processo de aceitabilidade da fórmula:

Tendo como base as discussões que se efetivam no campo da ciência da informação deparamo-nos com uma compreensão, de certa maneira dominante, presente nas diferentes formulações, de que a informação na contemporaneidade constitui o instrumento chave para a inserção dos sujeitos, para a transformação da realidade, bem como fator crucial para a produção. Em termos teóricos a literatura advoga sua importância de forma inclusive apologética, apresentando-a

como quarto poder na sociedade, pela conferência do atributo de sociedade da informação ou era informacional uma vez que a sociedade contemporânea se fundamenta cada vez mais em leituras e releituras de informações disponíveis na sociedade. Por outro lado a questão informacional amplia-se e ganha maior visibilidade como resultante do desenvolvimento e aprimoramento das tecnologias micro-eletrônicas que estão permitindo cada vez mais utilizar-se em uma velocidade antes impensável, das resultantes advindas dos processos de produção, armazenamento, processamento e utilização do conhecimento (Reis, A., 1999, p.152-153).

Interessante perceber que a sociedade da informação vem aparecendo no discurso da Ciência da Informação como justificativa para sua própria existência, interpretação compartilhada por Martins, A. (2021, §4) que considera que “na Ciência da Informação, a «sociedade da informação», como um pressuposto, pode ser compreendida desde uma questão fundante do campo: a explosão informacional, que exige redimensionar ações de organização e acesso a suportes e conteúdos informacionais”.

E na concepção da autora a própria sociedade da informação pode ser compreendida como uma fórmula discursiva, usada como promotora e legitimadora da ideologia da globalização e do neoliberalismo:

Este movimento é resultado histórico de um processo mundial de grande complexidade e não-homogêneo, que culminou no **modelo de globalização neoliberal e na sua «mais completa tradução»: a sociedade da informação**. Os nexos que o compõem incidem também sobre o que comumente se entende, a partir de perspectivas culturais e antropológicas, como «mediações» que engendram processos, práticas, objetos e fenômenos informacionais, sobretudo aqueles operados por meio da relação dos sujeitos com as tecnologias da informação e comunicação (Martins, A., 2021, §33, grifo nosso).

Sob a justificativa das necessidades impostas pela realidade da sociedade da informação, ganharam força temas como marketing informacional e o novo (ou novíssimo) profissional da informação que passam a constituir as discussões de dois grupos de pesquisa liderados por professores do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília: “marketing da informação” e “mercado de trabalho” para o bibliotecário, cujos resultados dos trabalhos efetuados por ambos são apresentados em duas edições da Revista de Biblioteconomia de Brasília. Sobre essas temáticas afeitas ao discurso neoliberal, ressalta-se a argumentação utilizada em editorial:

Este fascículo é dedicado ao tema Marketing da Informação, assunto que ainda não se consolidou enquanto área de pesquisa em Ciência da Informação, apesar de sua relevância, uma vez que no contexto da sociedade da informação não se pode abrir mão da importância da matéria-prima informação como insumo básico e fator indispensável para a evolução da sociedade, o que reveste de importância a visão do mercado da informação [...] A resistência à aceitação do marketing ainda é sentida no próprio setor de informação, formado de organizações que, historicamente não têm compromisso em apresentar seu lucro em termos de dinheiro ganho, além de, via de regra, representar em alto investimento para sua manutenção. Independentemente dessa situação, **o “negócio da informação” existe. A relutância no seu verdadeiro entendimento só tem prejudicado, tanto a imagem dos profissionais da informação,** quanto as organizações inseridas no setor de informação, retardando o melhor aproveitamento de oportunidades, que venham permitir o reverso da situação ora vivenciada (Amaral, 1999/2000, p.1-2, grifo nosso).

Ainda demonstrando aderência ao discurso neoliberal, outros dois volumes da mesma revista publicaram apresentações relativas à sessão do IV ENANCIB, realizado em Brasília, no ano 2000, dedicada a discussões sobre “planejamento de sistemas” e “inteligência competitiva”.

Dentre as apresentações, a de autoria do professor da UNB, Antônio Lisboa Camargo de Miranda, e do pesquisador do IBICT, Aldo de Albuquerque Barreto, permite identificar a propriedade da fórmula referente a sua condição como lugar de memória:

No início, **o paradigma da Ciência da Informação dos anos 50** compreendia a noção do processo que envolve o movimento da informação em um sistema de comunicação humana.

[...]

É costume atrelar-se o desenvolvimento da pesquisa em Ciência da Informação ao advento da pós-graduação, o que é correto, mas um outro fator igualmente decisivo deve ser considerado - a implantação dos grandes sistemas de informação no Brasil dos anos 50 aos anos 80. [...] A pós-graduação, portanto, não pode ser vista apenas como causa mas também como efeito dessa ação organizacional no cenário dos sistemas de informação no referido período (Miranda e Barreto, 1999/2000, p.277, grifo nosso).

Veja que o que se comete aqui é praticamente um anacronismo, uma tradição artificial em prol de uma “robustez histórica”.

Em outro trabalho da mesma edição, Emir J. Suaiden, também professor da UNB defende que a mudança ocorrida nos nomes dos cursos de Biblioteconomia para Ciência da Informação foi resultado “[...] de uma série de fatores relacionados com rupturas de paradigmas, mercado de trabalho e novos desafios da sociedade da informação” (Suaiden, 1999/2000, p.329) e afirma ainda que

a pós-graduação em Ciência da Informação na América Latina é o melhor caminho para se criar uma mentalidade de pesquisa. Numa sociedade globalizada e competitiva a Ciência da Informação tem que apresentar resultados que sejam compatíveis com o processo de desenvolvimento (Suaiden, 1999/2000, p.331).

Por fim, ainda naquela edição, Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, professora do IBICT, dá conta de ações do governo impulsionadoras da Ciência da Informação:

O mais recente grande programa de governo, vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, é o Sociedade da Informação, instituído em dezembro de 1999, tendo dois objetivos principais: "articular, coordenar e fomentar o desenvolvimento e utilização segura de serviços avançados de computação, comunicação e informação e suas aplicações na sociedade, mediante a pesquisa, desenvolvimento e ensino..." e "fornecer, desta maneira, subsídios para a definição de uma estratégia para conceber e estimular a inserção adequada da sociedade brasileira na Sociedade da Informação".

[...]

Além do Programa Sociedade da Informação, o Plano Plurianual 2000-003 contempla a Ação Desenvolvimento de Pesquisas em Informação Científica e Tecnológica, coordenada pelo IBICT e vinculada ao Programa Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico [...] (Pinheiro, 1999/2000, p.373-374).

Reconhecer a Ciência da Informação como elemento estruturante da sociedade da informação agora também tinha a conveniência do financiamento de suas pesquisas pelos programas de governo da época, e isso pode ter sido uma das razões para que o processo de aceitabilidade da fórmula tivesse seu auge no ano 2000.

Chega ao fim o período definido para esta pesquisa, mas não sem antes analisar o último número selecionado da revista *Perspectivas em Ciência da Informação*. Era, portanto, o ano 2000 e a Escola de Biblioteconomia da UFMG completava 50 anos e como parte de suas comemorações foi lançado um número especial da revista, ou como optou a editora e vice-diretora da mesma, Lídia Alvarenga, um *festschrift*, isto é, "uma publicação constituída de textos escritos com a finalidade de se homenagear e registrar os feitos de uma entidade ou pessoa", denominação utilizada no meio acadêmico de tradição anglo-germânica (Alvarenga, 2000, p.1).

Na ocasião, é lembrada a memória de Etelvina Lima, outrora professora da casa, que dentre outros grandes feitos, foi a idealizadora do mestrado da Escola de Minas. Defensora da Biblioteconomia em detrimento da Ciência da Informação, afirmava haver no Brasil uma artificialidade no ensino da Biblioteconomia em função da utilização de programas importados de culturas diferentes (Vieira e Lima, 1977, p.127), ironicamente homenageada num *festschrift* que apresenta sua época como superada:

Sentimo-nos muito agradecidos pelo acolhimento de nossos pares ao nosso desejo de adequar o nome da entidade aos seus atuais objetivos e metas de estudo. Temos consciência de que a evolução da Escola não poderia ter sido diferente, sabedores de que as entidades que crescem sintonizadas com suas naturezas específicas, harmonizando-se com a série de mudanças desencadeadas pela sucessão dos tempos, estão fadadas a atingir, naturalmente, o estágio máximo de suas potencialidades.

À Escola de Biblioteconomia, parabéns!

À Escola de Ciência da Informação, o futuro! (Alvarenga, 2000, p.8).

Curioso é que o diretor da Escola de Biblioteconomia da UFMG, agora denominada Escola de Ciência da Informação, reconhece que "os profissionais bibliotecários ocupam o epicentro desta ecologia profissional" (Barbosa, 2000, p.9).

Nota-se, no entanto, que a interpretação da homenageada não era datada. Em entrevista realizada em agosto de 1998, prestes a completar 80 anos, teria afirmado:

Então, a coisa foi mudando e essa questão do nome, para mim, é secundária. Se ciência da informação é mais abrangente, eu não tenho capacidade para discutir o uso da palavra ciência da informação. Eu penso que deveria ser tecnologia da informação mas... eu não tenho capacidade para dizer que isso seja uma ciência (Cesarino e Caldeira, 2000, p.65).

Diferentemente da homenageada, outros autores participantes do *festschrift*, são seguros em definir a Ciência da Informação. É o caso de Eduardo Wense Dias, professor titular da Escola de Biblioteconomia da UFMG, segundo o qual:

Há algumas visões conflitantes sobre o tema, mas uma análise da literatura existente serve para confirmar algumas posições consensuais: que **há um campo de conhecimento** no qual atuam profissionais, docentes e pesquisadores [...]

Há aqueles cuja visão é de distanciamento das duas subáreas (biblioteconomia e ciência da informação), mas os argumentos são fracos.

[...]

A ciência da informação, *strictu sensu*, é caudatária direta de uma longa tradição de tratamento da informação especializada, que começa na biblioteconomia com as bibliotecas especializadas, passa pelos centros de documentação e, hoje em dia, prefere a terminologia ciência da informação (Dias, 2000, p.67, 69 e 78-79, grifo nosso).

Curioso é que mesmo diante de afirmativas incisivas o próprio autor recomenda: "É um conselho que poderia ser muito útil aos profissionais da informação. Por exemplo, fala-se em ciência da informação como se fosse um conceito solidamente estabelecido, quando isso não é verdade" (Dias, 2000, p.68).

Por fim, um artigo é dedicado a apresentar as justificativas para a solicitação de mudança de nome da Escola de Biblioteconomia para Ciência da Informação:

O reconhecimento da necessidade de adequar-se à nova realidade levou a Congregação da Escola de Biblioteconomia da UFMG a aprovar, por unanimidade, o presente pedido de alteração do nome da Escola de Biblioteconomia da UFMG para Escola de Ciência da Informação da UFMG.

[...]

Dentre os diversos argumentos apresentados para essa mudança destacam-se os seguintes:

a) a biblioteconomia tem como objeto central de seu estudo a informação que, considerada em uma perspectiva ampla, inclui não apenas o livro e a biblioteca mas também outros tipos de materiais e unidades de informação;

b) a maioria das escolas de biblioteconomia, em todo o mundo, têm mudado suas denominações de forma a evidenciar a evolução de seus programas e da própria área, fato que vem ocorrendo no Brasil, inclusive em escolas do interior do País;

[...]

d) as diretrizes curriculares da educação nacional, do Ministério da Educação - MEC, incluem a biblioteconomia, a arquivologia e a museologia como disciplinas da área da ciência da informação (Barbosa *et al.* 2000, p.81).

Veja que inclusive no MEC a Ciência da Informação já se constituía como área do conhecimento.

Com isso tem-se finalizada as análises sobre o *corpus* documental definido, e na seção a seguir são retomadas as diretrizes desta pesquisa para que sejam realizadas suas considerações finais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo geral desta pesquisa: “Identificar elementos capazes de promover a compreensão sobre o contexto de surgimento da Ciência da Informação no Brasil e a adoção da denominação em substituição Biblioteconomia e/ou Documentação em programas de pós-graduação e instituições de estudos e pesquisas”, pode-se dizer que foi o mesmo atingido.

Para alcançar esse objetivo optou-se pela análise do discurso das instituições envolvidas com o surgimento da denominação: a Biblioteca do DASP e o IBBD; e com as instituições que passaram pela mudança de denominação: os mestrados da UFMG e da UNB, amparando-se ainda nas discussões ocorridos no âmbito do CBBD e do que foi denominado aqui como eventos conjuntos de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Em relação ao seu surgimento, embora se esperasse encontrar no discurso da Biblioteca do DASP uma discussão teórica capaz de sustentar a criação do IBBD, o que se viu foi uma instituição dominada pelo “discurso da modernidade” e por si só insuficiente para justificar a idealização e construção da entidade. Pode-se até argumentar a possibilidade de uma retomada do projeto iniciado na BN no início do século XX, mas não é possível traçar relações diretas entre o modelo de biblioteca moderna defendido pelo DASP e o centro bibliográfico a que se referia o IBBD. Mesmo assim, tratava-se de uma investigação que não podia deixar de ser feita já que por diversas vezes o instituto é apresentado como a evolução natural das atividades da Biblioteca do DASP.

Já em relação ao discurso do IBBD, embora só apareça no final da década de 1960, a denominação Ciência da Informação apareça no discurso, esta se propõe como uma superação da Documentação Científica e se consolida nos anos seguintes como área de domínio da informação técnico-científica.

Quanto a mudança de denominação nos mestrados da UFMG e UNB, encontrou-se farta documentação a respeito e inúmeros indícios de como se deu esse processo.

O que remete aos objetivos específicos da pesquisa, no que tange a “identificar as características que definiram a luta concorrencial pela autoridade científica entre a Ciência da Informação e a Biblioteconomia e Documentação”, demonstrou-se na análise inúmeros exemplos desse fenômeno que se instalou tão logo do surgimento da denominação e se estende até mesmo quando a Ciência da Informação se consolida como área do conhecimento. O que se observa ali é ainda a disputa pela

autoridade científica da Ciência da Informação diante de outras áreas, e não só apenas da Biblioteconomia e Documentação, mas no que se estabelecia como sociedade da informação.

E sobre “analisar a denominação Ciência da Informação segundo a noção de fórmula”, cada um dos “momentos da fórmula” no discurso e cada uma de suas propriedades puderam ser identificados. Foi possível observar seu surgimento, sua circulação, a cristalização no discurso e por fim seu processo de aceitabilidade inclusive de seu ápice.

Em resumo, a fórmula teve sua gênese no fim da década de 1960 mais relacionada a formação de um profissional especializado do que a uma área do conhecimento, vai construindo novas significações ao longo da década de 1970, é defendida como estratégia para atrair novos interessados e alcançar *status* acadêmico durante a década de 1980, conquista aceitabilidade estimulada pelo discurso neoliberal que se instala a partir da década de 1990, e se consolida em 2000 amparada pelas políticas de fomento para a “sociedade da informação”.

Com relação às propriedades da fórmula, evidencia-se seu caráter discursivo já que ao assumir-se que a Ciência da Informação não tem uma definição para si e tampouco se define claramente seu objeto, ela existe essencialmente no discurso, porque se intitula a partir de um nome que se movimenta num ambiente de saberes e práticas compartilhados e que vai adquirindo seu caráter cristalizado porque se torna uma forma significativa relativamente estável. Com isso, dada sua recorrência, vai assumindo seu caráter de referente social, ou seja, em dado momento pode-se até contestar seus limites, sua definição, seu objeto, mas jamais uma existência, e justamente por promover encontros e confrontos dos discursos ela assume seu caráter polêmico. Na condição de referente social ela também vai demonstrando sua propriedade como lugar de memória, já que, ao remeter-se a ela, mobiliza-se também uma história sobre ela

Houve momentos em que essa história foi tão longe que chegou a flertar com o anacronismo. Quando a fórmula é referenciada como um *continuum* desde a década de 1950, época em que a denominação sequer circulava no Brasil, evidencia-se seu caráter como lugar de memória, mas por reivindicar um passado que extrapola sua própria gênese a fórmula retoma-se também seu caráter polêmico.

Então, convencionando-se de que se está diante de uma fórmula é preciso lembrar que tal análise não se sustentou em procurar o verdadeiro sentido da denominação Ciência da Informação. O que

se pretendeu foi explorar sua participação nas questões relevantes de um certo contexto e período determinados, e isso se cumpriu.

E como discurso e ideologia são pares indissociáveis, é possível afirmar que ao longo do percurso aqui trilhado pode-se observar a fórmula sendo submetida e se apropriando da ideologia da modernidade (a biblioteca moderna), do desenvolvimento (a biblioteca e/ou a informação em função do desenvolvimento do país), do liberalismo (a informação para negócios, a inteligência competitiva, o marketing) e com seu apogeu na sociedade da informação.

Por fim, considerando as premissas que nortearam a presente pesquisa e avaliando-as em relação às análises realizadas, pode-se constatar que, nenhuma delas pode ser invalidada. Recapitulando-as:

a) a adoção da denominação Ciência da Informação no IBBD não é resultado de discussões conceituais anteriores à criação do curso de mestrado;

Foi possível identificar intensa discussão sobre a questão logo de seu surgimento e até meados da década de 1970. Depois desta ainda se discute sobre o que seria a Ciência da Informação, mas há um certo entendimento de que ela trata da informação técnico-científica, enquanto à Biblioteconomia cabe a informação sócio-cultural, por assim dizer. Na década de 1980 se observa uma certa parceria entre Ciência da Informação e Biblioteconomia, não se identificando muita disputa e uma certa tendência a serem reconhecidas como áreas distintas. Mas ao final da mesma década e início da década de 1990 a Ciência da Informação subordina a Biblioteconomia como disciplina de apoio, e nesse momento não se nota muita “resistência”, ao contrário, vê-se uma certa aceitação a essa condição.

b) a adoção posterior da denominação por outros cursos criados à mesma época do curso do IBBD é um fenômeno de assujeitamento ideológico, isto é, condição em que os sujeitos são levados a identificar-se ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social sem que tomem consciência plena do fato, mas ao contrário, tenha a impressão de que são senhores de sua própria vontade.

De certa maneira isso acontece quando se encontram vários argumentos baseados na adoção da denominação como mobilizadora da construção de *status*. Por outro lado, pode ter havido um certo

oportunismo dos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Documentação em adotar a denominação Ciência da Informação por apresentar maior aderência ao discurso neoliberal e oferecer maior permeabilidade no ambiente científico, reconhecimento no meio acadêmico e sobretudo financiamento considerando os programas de governo da época e a difusão da ideia de sociedade da informação.

c) as discussões conceituais anteriores à criação do primeiro mestrado em Ciência da Informação estão registradas nas publicações do IBBD e eventos da época;

Embora nem sempre tenham sido suficientes para compreensão do cenário que se construía, as publicações institucionais se mostraram registros capazes de aclarar as discussões de uma época.

d) a mudança na nomenclatura dos mestrados em Biblioteconomia e Documentação para Ciência da Informação no Brasil é matéria ignorada;

Do ponto de vista da análise do discurso a premissa se confirma, mas as publicações demonstraram que há muito registro sobre a adoção da nova nomenclatura.

f) a análise do discurso institucional é uma chave de interpretação adequada aos resultados esperados;

Sobretudo se como institucionais sejam compreendidos os ambientes de compartilhamento do discurso, ou seja, não apenas as instituições de ensino e pesquisa, as associações de classe e as sociedades científicas, mas também os grupos de pesquisas e os eventos.

g) a noção de fórmula em análise do discurso é um referencial analítico capaz de promover entendimento sobre o fenômeno de “surgimento e disseminação” da denominação Ciência da Informação no Brasil.

Considerando a complexidade em se compreender a Ciência da Informação a partir dos modelos científicos existentes, a noção de fórmula somada ao conceito de campo de Bourdieu mostraram-se elementos capazes de se estabelecer interpretações válidas sobre seu estatuto.

Apesar de confirmadas as premissas e alcançados os objetivos, é evidente que discussão sobre o tema não se esgota aqui. Desde a data limite determinada para esta análise até os dias atuais, se passaram quase 25 anos e, de lá para cá, muita discussão sobre o assunto deve ter havido porque

como já apontado anteriormente o caráter polêmico da fórmula não se perde com sua aceitação.

Além disso, outro aspecto a ser explorado diz respeito aos impactos da adoção da denominação Ciência da Informação sobre as áreas de concentração e linhas de pesquisa existentes para a Biblioteconomia. Há indícios de que a Biblioteconomia tenha seguido a tendência de ser compreendida como área de apoio e secundarizada (aspecto que afeta diretamente a produção de conhecimento específico sobre bibliotecas), além de limitada a seu caráter técnico já que existem atualmente, no país, pelo menos dois mestrados profissionais em Biblioteconomia em funcionamento.

Por fim, o que a análise evidenciou é que o surgimento e desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil pode ser compreendido como um fenômeno da ordem do discurso que cumpre com as propriedades de uma fórmula discursiva, o que não faz dela algo inválido ou inexistente, mas que considerando as condições *sui generis* com que foi alçada à condição de área do conhecimento no Brasil, merece maiores estudos a fim de que se possa construir um arcabouço teórico próprio e, sobretudo, brasileiro. Mas o que foi feito desse espaço construído a partir da aceitabilidade da fórmula, é assunto para outra pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Lídia. Editorial. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.5, n.especial, p.7-8, jan./jun. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23289/18824>>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- ALVES, Júlia Falivene. **A invasão cultural norte-americana**. 31. reimp. São Paulo: Moderna, 1999. (Coleção Polêmica).
- AMARAL, Sueli Angelica do. Editorial. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.23/24, n.1, especial, p.1-3, 1999/2000. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46602/35747>>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- AMORIM, Maria José Theresa. Em busca de teoria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, Curitiba, 1979. **Anais...** Curitiba: FEBAB, 1979. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/2001>>. Acesso em 11 jan. 2024.
- APERFEIÇOAMENTO: curso de bibliotecário. **Revista do serviço público**, v.3, n.2, p. 164-174, 1941. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/9562>>. Acesso em: 08 jan. 2024.
- ASSUNÇÃO, Jandira Batista de; FIUZA, Marysia Malheiros. Reformulação do currículo do Curso da Escola de Biblioteconomia da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.3, n.2, p.218-233, set. 1074. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36009/28304>>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Palavras da diretoria. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.5, n.especial, p.9-10, jan./jun. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23290/18825>>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- BARBOSA, Ricardo Rodrigues; CENDÓN, Beatriz Valadares; CALDEIRA, Paulo da Terra; BAX, Marcello Peixoto. Novo nome e novo paradigma: da Biblioteconomia à Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.5, n.especial, p.81-91, jan./jun. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23298/18833>>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Apresentação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 3, Rio de Janeiro, 1997. **Resumos...** Rio de Janeiro: ANCIB, 1997.
- BARROS, Maria Antonieta de Mesquita. O boletim bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. **A biblioteca**, n.3, p.2-5, jan./dez. 1954.
- BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, v.1, n.1, 1944a.
- BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, v.1, n.2, 1944b.
- BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, v.1, n.3, 1944c.
- BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, v.8-9, 1944d.

BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, v.1, n.9-10, 1944e.

BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, v.1, n.12, 1944f.

BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, v.2, n.1, 1945a.

BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, v.2, n.3-4, 1945b.

BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, v.2, n.7-8, 1945c.

BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, v.2, n.11-12, 1945d.

BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, jan. 1951/ago. 1952.

BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, n.1, jan./abr. 1953.

BIBLIOTECA, A. Rio de Janeiro: DASP, n.10, jul./dez. 1958.

BIBLIOTHECA do D.A.S.P., A. **Revista do serviço público**, v.1 n.2 e 3, 1939. Disponível em <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/9414/6449>>. Acesso em 07 jan. 2024

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: IBBD, v.1, n.1, jan./fev. 1955a.

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: IBBD, v.1, n.4, jul./ago. 1955b.

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: IBBD, v.2, n.5, set./out. 1956.

BOLETIM INFORMATIVO. Rio de Janeiro: IBBD, v.3, n.3/4, maio/ago. 1957.

BORDIGNON, Talita Francieli. A Aliança para o Progresso e a educação como pretexto para a consolidação do capitalismo. In. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, São Paulo, 2011.

Anais... São Paulo: ANPHU, 2011. Disponível em:

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300881299_ARQUIVO_AAliançaparaoProgressoeeducacaocomopretextoparaaconsolidacaodocapitalismo.pdf>. Acesso em 11 jan. 2024.

BOTELHO, Tania Mara Guedes. Inovação e pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, Curitiba, 1979. **Anais...** Curitiba: FEBAB, 1979. Disponível em:

<<http://repositorio.febab.org.br/items/show/1954>>. Acesso em 11 jan. 2024.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155. Tradução de Paula Montero. Tradução de Le champ scientifique, originalmente publicado em Actes de La Recherche em Sciences Sociales, n.2-3, p.88-104, jun.1976.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999?.(Coleção Pesquisas).

BRAPCI. **Sobre**. [2022]. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/#/>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Walter Costa Porto. 3.ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. (Constituições Brasileiras, v.4).

Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes_Brasileiras_v4_1937.pdf?sequence=9>. Acesso em 07 jan. 2024

BRASIL. Decreto nº 579, de 30 de julho de 1938. Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 30 jul. 1938. Seção 1, p.15168.

Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-norma-pe.html>>. Acesso em: 07 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.124, de 27 de fevereiro de 1954. Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, nos termos da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 4 mar. 1954. Seção 1, p.3322. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35124-27-fevereiro-1954-323012-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.416, de 30 de outubro de 1940. Regulamenta o art. 3º do Decreto-lei n. 2166, de 6 de maio de 1940. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 01 nov. 1940b. Seção 1, p.20512. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6416-30-outubro-1940-327499-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 08 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911. Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 14 jul. 1911. Seção 1, p.8679. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 62.937, de 2 de Julho de 1968. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 3 jul 1968. Seção 1, p.5481. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.166, de 06 de maio de 1940. Desdobra as carreiras de Bibliotecário, que especifica, nas de Bibliotecário e Bibliotecário-Auxiliar, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 08 maio 1940a. Seção 1, p.8253. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2166-6-maio-1940-412203-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Desdobra%20as%20carreiras%20de%20Bibliotec%C3%A1rio,que%20he%20confere%20o%20art>>. Acesso em: 08 jan. 2024

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.693, de 14 de Julho de 1944. Dispõe sobre a criação de uma entidade que se ocupará do estudo da organização racional do trabalho e do preparo de pessoal para as administrações pública e privada. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 15 jul. 1944b. Seção 1, p.12462. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6693-14-julho-1944-452525-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, DF, 16 jan. 1951. Seção 1, p.809. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1310-15-janeiro-1951-361842-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 09 jan. 2024

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 jul. 1962. Seção 1, p.7149. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4084-30-junho-1962-353848-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 1998. Seção 1, p.1. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9674-25-junho-1998-352853-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CAMPELLO, Bernadete. Editorial. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.1, n.1, p.5-6, jan./jun. 1996.

CAMPIGLIA, Guelfo Oscar. Editorial. **Notícias**, v.1, n.3, 1967a.

CAMPIGLIA, Guelfo Oscar. **A formação de “cientistas da informação”**. São Paulo: Serviço de Documentação da USP, 1967b.

CAMPIGLIA, Guelfo Oscar. **Estudo preliminar para o projeto de um "Sistema Nacional de Documentação e Informação Técnico-Científicas, Econômicas e Sociais"**. São Paulo, 1968. Apresentado na XX Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência pelo coordenador da Seção T - Documentação.

CAPES. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. Publicado em 2020, atualizado em 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

CARVALHO, Abigail de Oliveira. Debates sobre a pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação (1976 a 1983). In: ENCONTRO DE COORDENADORES DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, Campinas, 1986. **Anais...** Brasília: IBICT, 1987.

CARVALHO, Abigail de Oliveira. Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação; reflexões, sugestões, experiências. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.7, n.2, p.289-309, set. 1978. Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36243/28370>>. Acesso em 11 jan. 2024.

CARVALHO, Abigail de Oliveira. Repercussão da reforma do currículo de graduação em biblioteconomia sobre a pós-graduação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.11, n.2, p.299-310, jul./dez. 1983. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/30275/25659>>. Acesso em 13 jan. 2024.

CARVALHO, Abigail de Oliveira; FERREIRA, Maria Luiza A. G. Relatório do II Encontro sobre Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, 1978. **Boletim ABDF**, v.2, n.2, abr./jun. 1979.

CARVALHO, Maria Martha de. Apresentando. **Revista de Biblioteconomia da UFMG**, v.1, n.1, 1972.

CARVALHO, Maria Martha de. Educação para Biblioteconomia em nível de pós-graduação no Brasil. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 1977. **Anais...** Porto Alegre: FEBAB, 1977. Disponível em:

<<http://repositorio.febab.org.br/items/show/1134>>. Acesso em 11 jan. 2024.

CESARINO, Maria Augusta da Nobrega. Bibliotecas especializados, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia?. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.7, n.2, p.218-241, set. 1978. Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36239/28374>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

CESARINO, Maria Augusta da Nobrega. O ensino de Biblioteconomia: um currículo a ser mudado. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 2, n.1, p.43-59, mar. 1973. Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/33157/28213>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CESARINO, Maria Augusta da Nobrega; CALDEIRA, Paulo da Terra. Últimas palavras: entrevista realizada no dia 04 de agosto de 1998. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.5, n.especial, p.49-66, jan./jun. 2000. Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23296/18831>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

CESARINO, Maria Augusta da Nobrega; FERREIRA, Maria Luiza Alphonsus de Guimarães. Relatório da IV Reunião de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.10, n.2, p.254-281, set. 1981. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36394/28467>>. Acesso em 13 jan. 2024.

CNPQ. **Áreas do Conhecimento - Ciências Sociais Aplicadas**. [2022]. No site o documento é parte dos anexos do Diretório de Grupos de Pesquisa - Bases de dados. Disponível em:

<<https://lattes.cnpq.br/web/dgp/arvore-do-conhecimento>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de sociologia e política**, p.83-106, nov. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

COMISSÃO editorial. Nota. **Revista de Biblioteconomia da UFMG**, v.24, n.2, 1995. <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/38327/29857>>. Acesso em 05 jan. 2024.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 6, Belo Horizonte, 1971. **Boletim informativo, n.2**. Belo Horizonte: FEBAB, 1971. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/818>>. Acesso em 11 jan. 2024.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 1977. **Debates**. Porto Alegre: FEBAB, 1977a. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/1127>>. Acesso em 11 jan. 2024.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 1977. **Declaração final**. Porto Alegre: FEBAB, 1977b. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/1153>>. Acesso em 11 jan. 2024.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre, 1977. **Recomendações**. Porto Alegre: FEBAB, 1977c. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/1154>>. Acesso em 11 jan. 2024.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, Curitiba, 1979. **Declaração**. Curitiba: FEBAB, 1979. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/2050>>. Acesso em 11 jan. 2024.

CRONIN, Blaise. Profissionalização ou proletarização da atividade informacional?. Tradução de Isis Paim e Bernadete Santos Campello. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.22, n.1, p.38-65, jan./jun. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/37476/29185>>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CURSO de pós-graduação em Ciência da Informação - nível mestrado: o projeto de reestruturação [UFMG]. In: ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 12, São Paulo, 1992. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 1993.

DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.5, n.especial, p.67-80, jan./jun. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23297/18832>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

ESPANHA, Hagar. **Experiência do IBB em programas de pós-graduação**. Revista de Biblioteconomia da UFMG, v. 3, n.1, p.13-26, mar. 1974. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/35989/28236>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

EUGÊNIO, Marconi; FRANÇA, Ricardo Orlandi; PEREZ, Rui Campos. Ciência da Informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.1, n.1, p.27-39, jan./jun. 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22307/17915>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FERREIRA, Maria Luiza A. G.; CALDEIRA, Paulo da Terra; BAHIA, Maria Auxiliadora; ARAÚJO, Maria Elizabeth Bonfim. Currículo mínimo de biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.6, n.1, p.92-99, mar. 1977. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36208/28342>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FIGUEIREDO, Nice de Menezes. Pesquisa em biblioteconomia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, Curitiba, 1979. **Anais...** Curitiba: FEBAB, 1979. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/2008>>. Acesso em 11 jan. 2024.

FONSECA, Edson Nery. Bibliografia, biblioteconomia e documentação. **A Biblioteca**, n.10, p.6-11, jul./dez. 1958.

FONSECA, Edson Nery. Um desafio à Biblioteconomia brasileira. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.3, n.1, p.1-2, jan./jun. 1975b. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/28443/24825>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FONSECA, Edson Nery. Introdução. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.4, n.1, p.9-18, mar. 1975a. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36015/28307>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FOSENCA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos Serviços de Documentação no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v.108, n.1, p.37-52, jan./abr. 1973. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2416>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FONSECA, Edson Nery da. Paráfrase de Carlos Drummond de Andrade. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.1, n.2, p.93-100, set. 1972. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/33116/28199>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FURTADO, Aída. I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. **A biblioteca**, n.3, p.10-18, jan./dez. 1954.

GARCIA, Joana Coli Ribeiro. Conferências do Georgia Institute of Technology e a ciência da informação: "de volta para o futuro". **Informação & Sociedade: estudos**, v.12, n.1, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/153/147>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

GARRISON, Guy. Novos rumos na educação em Biblioteconomia; a experiência norte-americana. Tradução de Daniel Francis Sullivan. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.14, n.2, p.161-174, jul./dez. 1986. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/41678/32431>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

GASPAR, Lúcia. **Jorge Abrantes**: cronologia e bibliografia. Recife, Biblioteca da FUNDAJ, 2010?. Disponível em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca-1/biblioteca/acervos/inventarios-documentais-e-indices/jorge_abrantes.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Educação à distância). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 11 jan.2024.

GIL, Natália. Analfabetismo da população brasileira nas análises de Giorgio Mortara sobre o censo de 1940. **Revista brasileira de estudos da população**, v.39, p.1-15, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/yLwbwzLcNBGRXsScPHmGTCm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 jan. 2024.

HAVARD-WILLIAMS, P. S.E.O.: a Biblioteconomia no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.3, n.1, jan./jun. 1975. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/28446/24826>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

IBICT. **Ciência da informação 50 anos**. [2020]. Disponível em: <<http://50.ppgci.ibict.br/historia/>>. Acesso em 26 dez. 2023.

INFOCAPES: boletim Informativo. Brasília: CAPES, v.5, n.4, out./dez. 1997. Disponível em <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/1997INFOCAPESn41997.pdf> >. Acesso em: 29 dez. 2023.

INFOCAPES: boletim Informativo. Brasília: CAPES, v.7, n.1, jan./mar. 1999. Disponível em <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/1999INFOCAPESn11999.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

INFOCAPES: boletim Informativo. Brasília: CAPES, v.10, n.1, jan./mar. 2002. Disponível em <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2002INFOCAPESn12002.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de “fórmula” em análise do discurso**: quadro teórico e metodológico. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **Analisar discursos institucionais**. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Helena Boschi. Uberlândia: EDUFU, 2018. (Tradução de Estudos da Linguagem, v.1).

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Estado atual do ensino da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 1, n. 1, p. 51-58, jan./jun.1973. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/19872/28481>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

LIMA, Etelvina. O bibliotecário brasileiro na década dos 70. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.1, n.2, p.212-218, set. 1972. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/33129/28208>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

LIMA, Etelvina. Introdução. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.3, n.1, p.7-12, mar. 1974. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/35988/28235>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. (Linguagem, 64).

MARTELETTO, Regina. A Ciência da Informação e o 3º mundo: um ponto de vista. In: ENCONTRO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, João Pessoa, 1990. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 1991.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Sociedade da informação: capitalismo, mediações e ajustes. **Études de communication**, n.57, dec. 2021. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/edc/12465>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abril, 2009. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/119.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MARTINS, Eduardo Vieira. O contexto político e o discurso da Ciência da Informação no Brasil: uma análise a partir do IBICT. **Ciência da informação**, v. 33, n. 1, p. 91-100, jan./abril, 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1072/1167>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Pesquisa em ciência da informação no Brasil: síntese e perspectiva. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n.3, especial, p. 277-292, 1999/2000. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46562/35692>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; ZANDONADE, Tarcísio. Reformulação curricular do curso de Biblioteconomia: experiência da Universidade de Brasília. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.22, n.1, p.71-92, jan./jun. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46138/35785>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MOMESSO, Ana Carolina. **Análise das referências nas dissertações em Ciência da Informação da PUC-Campinas aprovadas no período de 2007 a 2009**. 2009. 114f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência da Informação com habilitação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/23993/1/MOMESSOanaCarolina_TCC_AnaliseDasReferenciasNasDissertacoesEmCiencia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MOMESSO, Ana Carolina. **Trajetória da Ciência da Informação brasileira**: análise a partir de seus temas de pesquisa. 2017. 103f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-31102017-154311/publico/ANACAROLINAMOMESSO.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MOSTAFA, Solange Puntel. A pós-graduação na PUCCAMP. In: ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 12, São Paulo, 1992. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 1993.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar. Apresentação. In.: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar (orgs.). Fórmulas discursivas. São Paulo, Contexto, 2011.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Apresentação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.19 n.1, jan./jun. 1995. Disponível em <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46354/35449>>. Acesso em 05 jan. 2024.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Em busca de uma base comum para a formação profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia: relato de um simpósio promovido pela UNESCO. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.12, n.2, p.157-165, jul./dez. 1984. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/30209/25614>>. Acesso em 13 jan. 2024.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; FALCI, Carlos Henrique Rezende; ACOSTA, Jarbas Greque; FRAGA, Rosane R. A ciência da informação como disciplina científica. **Perspectivas em Ciência da informação**, v.1, n.1, p.9-25, jan./jun. 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22306/17914>>. Acesso em: 16 jan. 2024.

NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: IBBD, v.1, n.1, jan./fev. 1967.

NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: IBBD, v.2, n.5/6, set./dez. 1968.

NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: IBBD, v.3, n.1, jan./mar. 1969a.

NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: IBBD, v.3, n.4, out./dez. 1969b.

NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: IBBD, v.4, n.1, jan./mar. 1970.

NOTÍCIAS DIVERSAS. Rio de Janeiro: IBBD, v.2, n.1, jan. 1964a.

NOTÍCIAS DIVERSAS. Rio de Janeiro: IBBD, v.2, n.2, fev. 1964b.

NOTÍCIAS DIVERSAS. Rio de Janeiro: IBBD, v.2, n.4, abril 1964c.

NOTÍCIAS DIVERSAS. Rio de Janeiro: IBBD, v.2, n.5, maio 1964d.

NOVA, Vera Casa. Novas retóricas para um novo tempo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.4, n.2, p.137-138, jul./dez. 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23276/18813>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

ODDONE, Nanci. Lydia de Queiroz Sambaquy e a Ciência da Informação no Brasil. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6, Florianópolis, 2005. **Anais...** Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, 2005. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/paper/viewFile/1690/827>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a Ciência da Informação no Brasil. **Ciência da Informação**, v.35, n.1, p.45-56, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1152/1315>>. Acesso em 09 jan. 2024.

ODDONE, Nanci. Lydia Sambaquy e a biblioteca do DASP: contribuições para a constituição do campo biblioteconômico no Brasil. **Acervo**, v.26, n.2, p.77-91, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://cip.brapci.inf.br/download/43996>>. Acesso em: 07 jan. 2024.

OLIVEIRA, Hélio. **O racismo que (não) se vê**: a fórmula consciência negra e a atopia do discurso racista brasileiro. 2018. 221f. Tese (Doutorado em linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1014605>>. Acesso em: 07 jan. 2024.

OLIVEIRA, Hélio. Fórmulas discursivas: um roteiro de pesquisa. In: OLIVEIRA, Hélio; POSSENTI, Sírio (orgs.). **Rumor público**: polêmica e fórmula discursiva. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2021.

OLIVEIRA, Hélio. “Bovid-17” e “Comunavírus”: fórmula discursiva, reformulação e memória. **Linguasagem**, v.35, p. 171-185, nov. 2020. Dossiê Discurso em tempos de pandemia Disponível em: <<https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/828/479>>. Acesso em 27 dez. 2023.

OLIVEIRA, Hélio; POSSENTI, Sírio. Apresentação. In: OLIVEIRA, Hélio; POSSENTI, Sírio (orgs.). **Rumor público**: polêmica e fórmula discursiva. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2021.

OLIVEIRA, Marlene. Relatório da representante do CNPq. In: ENCONTRO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, João Pessoa, 1990. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 1991.

PAIM, Isis. Apresentação. **Perspectivas em Ciência da informação**, v.1, n.1, p.7-8, jan./jun. 1996.

PERROTI, Edmir. A pós-graduação em Ciência da Informação na ECA/USP. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 1, Belo Horizonte, 1994. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 1994.

PFROMM NETTO, Samuel. A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.4, n.1, p.19-39, mar. 1975. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36016/28179>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Cenário da Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, Salvador, 2007. **Anais...** Salvador: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA, 2005. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/65/1/PinheiroENANCIB2007.pdf> >. Acesso em 11 já. 2024.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Infra-estrutura da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n.3, especial, p. 367-390, 1999/2000.

Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46568/35704>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. [Apresentação]. In: ENCONTRO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, João Pessoa, 1990. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 1991.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. Pesquisa e pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil: duas fases (1970/85 - 1986/1992). In: ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 12, São Paulo, 1992. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 1993.

PROPOSTAS. In: ENCONTRO DE COORDENADORES DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, Campinas, 1986. **Anais...** Brasília: IBICT, 1987.

RECOMENDAÇÕES. In: ENCONTRO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, João Pessoa, 1990. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 1991.

REDAÇÃO. Apresentação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.1, n.1, 1973.

REIS, Alcenir Soares dos. Retórica-ideologia-Infomação: questões pertinentes ao cientista da informação?. **Perspectivas em Ciência da informação**, v.4, n.2, p. 145-160, jul./dez. 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23278/18815>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

REIS, Alcenir Soares dos; REIS, Andrea Hollerbach Siqueira. Análise do curso de pós-graduação em biblioteconomia da Escola de Biblioteconomia da UFMG: a ótica discente. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.14, n.1, p.123-145, mar. 1980. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36500/28549>>. Acesso em 13 jan. 2024.

REIS, Cacilda Basílio de Sousa; RABELLO, Odília Clark Peres; SANTOS, Maria Regina Gonçalves de Souza; ROCHA, Vilma Moreira Santos; REIS, Andréa Hollerback Siqueira; ROCHA, Ildeu de Abreu. Escola de biblioteconomia da UFMG: 30 anos de atividades. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.9, n.1, p.114-124, mar. 1980. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36275/28393>>. Acesso em 13 jan. 2024.

RELATÓRIO final (Carta da Paraíba). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11, João Pessoa, 1982. **Anais...** João Pessoa: FEBAB, 1979. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/2102>>. Acesso em 13 jan. 2024.

RELATÓRIO suscinto de atividades do curso de mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília - ano de 1991. In: ENCONTRO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 12, São Paulo, 1992. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 1993.

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, v.1, n.1, 1937. Disponível em:
<<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/9767/6825>>. Acesso em 07 jan. 2024

RIBEIRO, Fernanda Leite. A ciência da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5, São Paulo, 1967. **Anais...** São Paulo: FEBAB, 1967. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/713>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

ROBREDO, Jaime; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Proposta de criação do curso de doutorado em Ciência da Informação**. Brasília: Departamento de Biblioteconomia-UNB, 1991.

SALGADO, Luciana Salazar; DAMACENO, Livia Beatriz. Transparência: uma fórmula do neoliberalismo. In: OLIVEIRA, Hélio; POSSENTI, Sírio (orgs.). **Rumor público: polêmica e fórmula discursiva**. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2021.

SANTOS, Hercules Pimenta dos; VENÂNCIO, Renato Pinto. O projeto de criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) nas cartas de Paulo Carneiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, Salvador, 2016. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: <<https://cip.brapci.inf.br/download/189081>>. Acesso em: 10 jan.2024.

SARACEVIC, Tefko. Curso sobre ciência da informação para estudantes de Biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.3, n.1, p.40-64, mar. 1974. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/35991/28238>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308/17916>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SERVIÇO público e a constituição de 10 de novembro, O. **Revista do Serviço Público**, v.1, n.2, 1938. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/9550/6586>>. Acesso em: 07 jan. 2024.

SHERA, Jesse Hauk. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, Hagar Espanha (Org.). **Ciência da Informação ou Informática?**. Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105

SILVEIRA, Alex; PAIM, Glauce. Reforma universitária: a política educacional brasileira do governo Castelo Branco e Costa e Silva (1964-1969). **Cadernos FAPA**, n. 2, 123-130, 2º sem. 2005.

SÍNTESE das conclusões; implicações do novo currículo da graduação sobre o currículo da pós-graduação na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.11, n.2, p.327-329, jul./dez. 1983. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/30274/25658>>. Acesso em 13 jan. 2024.

SOUZA, Sebastião de. A biblioteconomia frente à informática. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 7, Belém, 1973. **Anais...** Belo Horizonte: FEBAB, 1973. Disponível em: <<http://repositorio.febab.org.br/items/show/1000>>. Acesso em 11 jan. 2024.

- SOUZA, Sebastião. Fundamentos filosóficos da Biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.14, n.2, p.189-196, jul./dez. 1986b. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/41680/32435>>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- SOUZA, Sebastião. Informação, cosmovisão, interdisciplinaridade e Biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, 1986, v.14, n.1, p.89-96, jan./jun. 1986a. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/41666/32411>>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- SUAIDEN, Emir J. A pesquisa em Ciência da Informação na América Latina. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n.3, especial, p. 329-332, 1999/2000. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46565/35698>>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- TARAPANOFF, Kira. Editorial. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.10, n.1, p.3-4, jan./jun. 1982. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/30308/25674>>. Acesso em 13 jan. 2024.
- TARAPANOFF, Kira. Editorial. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, 1986, v.12, n.1, p.1-3, jan./jun. 1984b. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/30172/25597>>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- TARAPANOFF, Kira. O impacto do novo currículo mínimo de Biblioteconomia sobre a pós-graduação: o mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.11, n.2, p.285-297, jul./dez. 1983. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/30274/25658>>. Acesso em 13 jan. 2024.
- TARAPANOFF, Kira. Planejamento da informação científica e técnica do Brasil. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.13, n.2, p.284-301, set. 1984a. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36477/28536>>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- VALEO, Else. Avaliação do desempenho dos cursos de pós-graduação e perspectivas para a década de 90 - PUCCAMP. In: ENCONTRO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, João Pessoa, 1990. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 1991.
- VIEIRA, Anna da Soledade. CPG/EB/UFMG: avaliação e perspectivas gestão 1988-1990. In: ENCONTRO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, João Pessoa, 1990. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, 1991.
- VIEIRA, Anna da Soledade. Desenvolvimento de um novo profissional para um novo tempo. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.22, n.1, p.106-107, jan./jun. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/37493/29789>>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- VIEIRA, Anna da Soledade. A formação de administradores de bibliotecas: na berlinda o Programa da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.6, n.2, p.136-160, set. 1977. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36215/28358>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

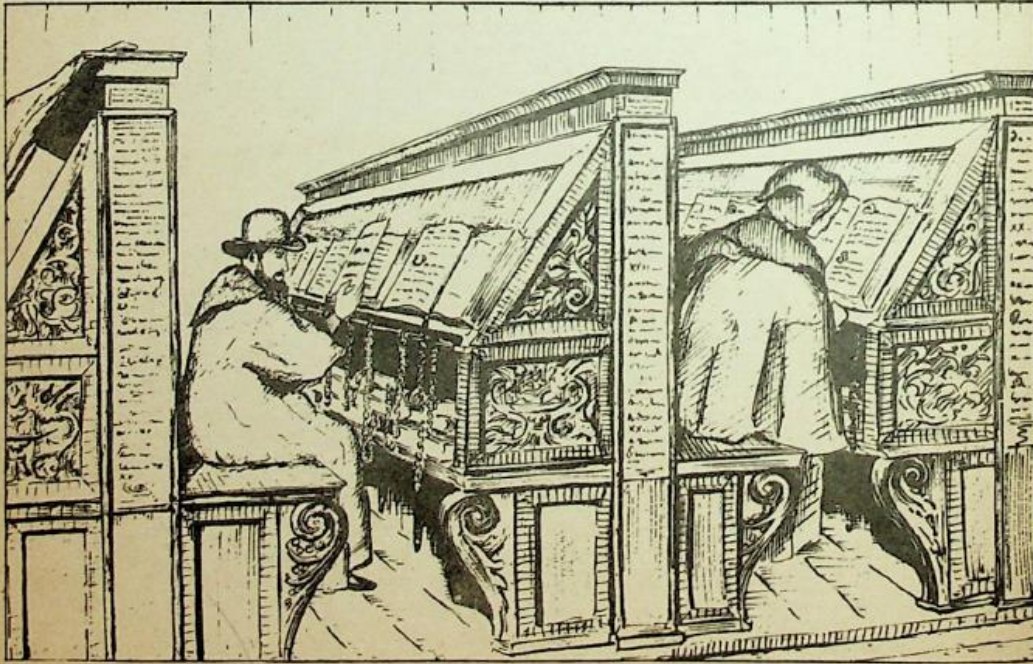
VIEIRA, Anna da Soledade; LIMA, Etelvina. A pós-graduação em biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.6, n.2, p.122-135, set. 1977. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36214/28359>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

WILSON, T. D. Tendências do ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Reino Unido. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.14, n.1, p.1-7, jan./jun. 1986. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/41659/32396>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ANEXOS

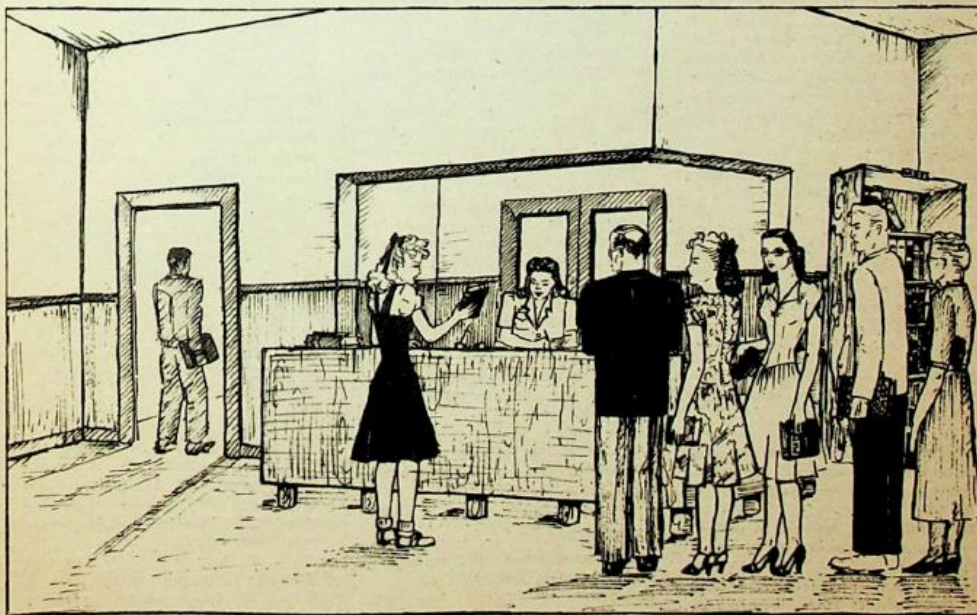
ANEXO 1 – Ilustração “Antigamente versus Hoje”. A BIBLIOTECA, v.1, n.2, p.14-15, mar. 1944.

ANTIGAMENTE...



Os livros eram manuscritos, raros e preciosos e, por isso, cuidadosamente acorrentados às estantes. O saber era privilégio de poucos.

HOJE...



As bibliotecas fazem questão de emprestar os seus livros para leitura a domicílio e a sua eficiência é avaliada pela quantidade de livros emprestados. Houve a democratização do saber.

ANEXO 2 – Ilustração “Biblioteca antiga versus Biblioteca moderna”. A BIBLIOTECA, v.1, n.3, p.26-27, abr. 1944.

AINDA HA BEM POUCO TEMPO, NA BIBLIOTECA ANTIGA



entre os leitores e os livros existia uma barreira intransponível ... e mais o bibliotecário.

HOJE, NA BIBLIOTECA MODERNA,



Os leitores gozam o privilégio do livre acesso às estantes e podem facilmente escolher o livro que necessitam.

ANEXO 3 – Ilustração “A biblioteca e a educação” (parte 1). A BIBLIOTECA, v.1, n.9-10, p.132, out. e nov. 1944.

A Biblioteca é uma instituição educacional de extraordinário poder. A sua influência se estende a tôdas as classes e a tôdas as idades.

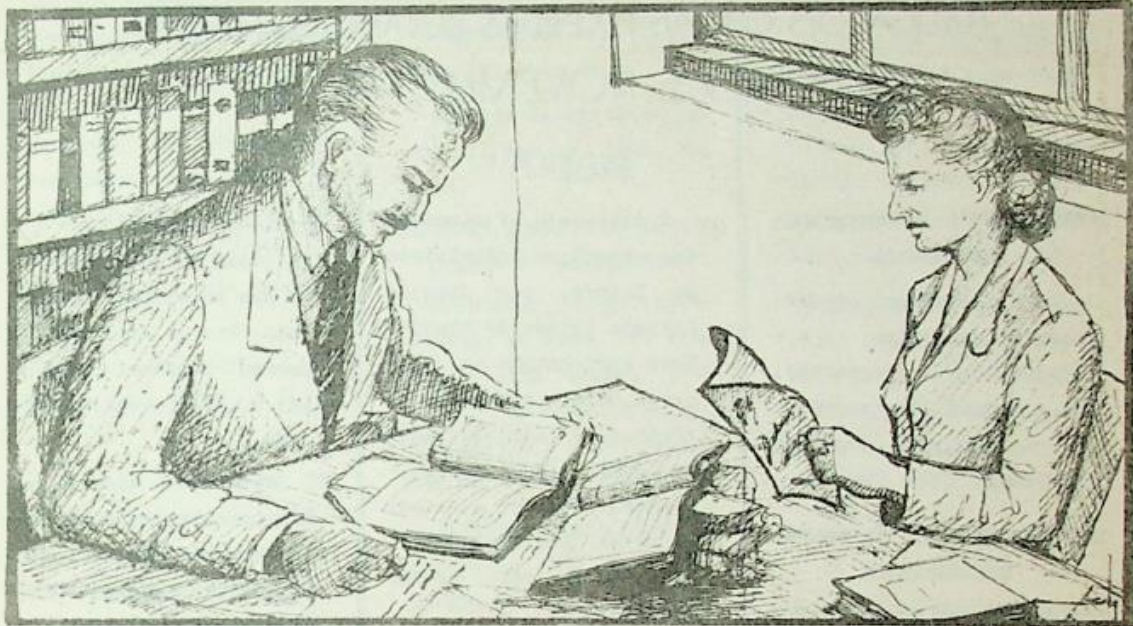


As crianças encontram na Biblioteca um mundo de imagens maravilhosas e um grupo infinito de amigos preciosos.



A Biblioteca moderna dedica à juventude o melhor de sua atenção e a mais carinhosa e eficiente orientação.

ANEXO 4 – Ilustração “A biblioteca e a educação” (parte 2). A BIBLIOTECA, v.1, n.9-10, p.133, out. e nov. 1944.



Na mocidade, quando a escola dá por terminada a sua tarefa, a Biblioteca continua a orientar a todos no seu objetivo principal de promover e incentivar o estudo, a pesquisa e a recreação intelectual.



Na velhice, os livros continuam sempre como os melhores companheiros e mais fiéis amigos e conselheiros e como a única fonte de perene mocidade

ANEXO 5 – Ilustração “O atendimento ao leitor na Biblioteca moderna” (parte 1). A BIBLIOTECA, v.1, n.12, p.160, dez. 1944.



ANEXO 6 – Ilustração “O atendimento ao leitor na Biblioteca moderna” (parte 2). A BIBLIOTECA, v.1, n.12, p.161, dez. 1944.

